

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ANDERSON MIGUEL KNOB

**EMPRESA MOTRIZ, ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT**

Porto Alegre

2019

ANDERSON MIGUEL KNOB

**EMPRESA MOTRIZ, ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Knob, Anderson Miguel

Empresa matriz, encadeamentos produtivos e desenvolvimento regional: um estudo de caso de Lucas do Rio Verde - MT / Anderson Miguel Knob. -- 2019.

91 f.

Orientador: Ivan Colangelo Salomão.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Agroindústria . 2. Redistribuição industrial. 3. Desenvolvimento regional. I. Salomão, Ivan Colangelo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANDERSON MIGUEL KNOB

**EMPRESA MOTRIZ, ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovado em: Porto Alegre 16 de janeiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão – orientador
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
UFRGS

Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Junior
UFRGS

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo arranjo sinérgico dos fatores que me trouxeram até aqui, pelos prazeres e percalços, erros e acertos, pelo que tenho e também pelo que não tenho, por tudo que passou e o que ainda está por vir.

Ao professor Dr. Ivan Colangelo Salomão, pela condução homérica deste estudo, digna de *Honoris Causa* destarte as incontáveis correções e a paciência colossal que se fizeram necessárias. Também pelas contribuições que transcenderam a esfera acadêmica, provendo a receita e os ingredientes necessários para a construção de saberes e valores perenizados para toda vida. Sem seu nobre apoio nada disto seria possível.

Aos demais professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo conhecimento e experiências compartilhadas, tornando esta caminhada ainda mais cativante e proveitosa.

À equipe do PPGE da UFRGS, pela solicitude e disposição em solucionar as urgências advindas ao longo do percurso.

Aos meus pais Geraldo e Dulci Knob, pelos conselhos, apoio moral, financeiro e também pela sábia vivência diária, compartilhando comigo de forma doce o que a vida lhes ensinou de forma dura, vocês foram a essência desta luta. Também agradeço às minhas irmãs Daniela Knob e Claudia Knob pelos momentos de luta divididos no percurso.

A todos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização deste sonho.

Muito Obrigado!

“Os homens nobres lhe dizem como chegar aonde você está indo, os homens ainda mais nobres o acompanham ao seu destino”.

RESUMO

O perfil das agroindústrias no Brasil sofreu uma profunda transformação nas últimas três décadas que, caracterizada pela evolução de paradigmas tecnológicos, alteração nos modos de regulação e aumento do regime de acumulação, impulsionou a descentralização das atividades produtivas e permitiu à algumas economias regionais alcançar novos estágios de desenvolvimento. Neste sentido, o objetivo do estudo é avaliar as teorias do desenvolvimento regional adaptadas às agroindústrias, identificando os fatores influentes na escolha da localização dos polos industriais e seus possíveis desdobramentos sobre a economia local. Para isto, se fez um estudo de caso no município de Lucas do Rio Verde (MT), analisando as alterações econômicas e sociais desencadeadas pela implantação da unidade frigorífica de abate de aves e suínos, evidenciando a contribuição para a economia local e a influência na evolução dos indicadores socioeconômicos.

Palavras-chaves: Agroindústrias. Redistribuição industrial. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

The profile of agroindustries in Brazil has undergone a profound transformation in the last three decades, characterized by the evolution of technological paradigms, changes in the methods of regulation and increase of the accumulation regime, promoted a decentralization of agroindustrial activities and allowed some regional economies to reach new stages of development. In this sense, the objective of this study is to evaluate the regional development theories adapted to the agroindustries, identifying the influential factors in the choice of location of the industrial poles and their possible unfolding in a local economy. A case study was carried out in the municipality of Lucas do Rio Verde (MT), analyzing the economic and social changes caused by the establishment of a poultry and pork slaughterhouse, quantifying its contribution to the local economy and its influence in the evolution of socioeconomic indicators.

Keywords: Agroindustries. Industrial reconcentration. Regional development.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
BEC	Batalhão de Engenharia e Construção
BR	Rodovia Brasileira
BRF	Brasil Foods
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ou Comissão Econômica para a América Latina e Caraíbas
CEPA	Comissão Econômica para a África
CEPE	Comissão Econômica para a Europa
COOPERLUCAS	Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio Verde
EMA	Empresa Matogrossense de Alimentos Ltda
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agriculture Organization
FINBRA	Dados Contábeis dos Municípios nas Finanças do Brasil
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MT	Mato Grosso
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego.
PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados.
PEA	Projeto Especial de Assentamento
PEC	Projeto Especial de Colonização
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIN	Plano de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
RS	Rio Grande do Sul
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
SIAFI	Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL: APONTAMENTOS TEÓRICOS	14
2.1	OS POLOS DE CRESCIMENTO DE PERROUX (1955)	18
2.2	A CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA DE MYRDAL (1957)	21
2.3	OS ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS DE HIRSCHMANN (1958)	24
2.4	A BASE EXPORTADORA DE NORTH (1959).....	25
3	LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL: APONTAMENTOS TEÓRICOS	29
3.1	O ESTADO ISOLADO DE VON THUNEM (1826)	31
3.2	A LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL DE WEBER (1909).....	32
3.3	OS LUGARES CENTRAIS DE CHRISTALLER (1933).....	33
3.4	AS ÁREAS DE MERCADO DE LÖSCH (1939).....	35
3.5	A LOCALIZAÇÃO E ECONOMIA ESPACIAL DE ISARD (1956).....	37
4	AGROINDÚSTRIAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: TEORIA E O CASO BRASILEIRO	40
4.1	O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NO BRASIL	41
4.2	O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE CARNES	43
4.3	EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS: A MARCHA PARA O OESTE..	46
5	O ESTUDO DE CASO DA BRF EM LUCAS DO RIO VERDE (MT).....	50
5.1	A HISTÓRIA DE LUCAS DO RIO VERDE	50
5.1.1	Geografia Local.....	51
5.1.2	Economia do Município	52
5.2	O GRUPO BRF	53
5.2.1	O complexo agroindustrial em Lucas do Rio Verde.....	56
5.3	OS IMPACTOS SOCIOECONOMICOS NO MUNICÍPIO.....	58
5.3.1	Produto Interno Bruto e valor adicionado por setor.....	59
5.3.2	Cadastro Central de Empresas.....	63
5.3.3	Produção agrícola e pecuária	67
5.3.4	Finanças públicas.....	70
6	CONCLUSÃO.....	83
	REFERÊNCIAS.....	85

1 INTRODUÇÃO

Ao afirmar que “a sociedade não se pode tornar objetiva sem as formas geográficas. Por outro lado, os objetos que constituem a paisagem orientam, depois, a evolução da própria sociedade”, Santos (1986, p.199) descreve o espaço geográfico como sendo, simultaneamente, produto e agente das atividades econômicas, uma vez que à medida que proporciona os fatores de produção, também sofre transformações na paisagem natural em decorrência das atividades humanas. Desta forma, nota-se um vínculo estreito entre o desenvolvimento antropológico e o ambiente regional, relação que aprofunda-se principalmente a partir do período Neolítico, quando a sedentarização das populações nômades exige áreas aptas ao desenvolvimento da agricultura, ocupando-se, portanto, inicialmente as margens do Nilo e o Crescente Fértil no Oriente Médio.

Esta escolha criteriosa pelo espaço geográfico permanece vigorosamente ativa no comportamento humano e, conseqüentemente, nas empresas e agentes de mercado, que também agem de modo racional e selecionam minuciosamente as regiões onde inserir sua estrutura produtiva, ponderando fatores como logística de distribuição, infraestrutura, disponibilidade de recursos ou qualquer outro elemento que possa interferir no custo final do produto e competitividade de mercado. A tomada de decisão sobre onde implantar uma unidade fabril tornou-se ainda mais relevante a partir das concepções da nova ordem internacional, que, marcada pelo aumento na escala de produção, no comércio global e na tecnificação de alto custo, elevou a mobilidade de capital e tornou a assertividade da escolha incerta, podendo acarretar em grandes prejuízos caso mal orientada.

Considerando a busca pela melhor localização, um fenômeno que reviveu o interesse no estudo da Economia Regional foi a mudança no perfil do espaço geográfico desejado pelo setor agroindustrial, caracterizado por um rápido processo de descentralização e redistribuição industrial a partir da década de 1980, migrando grande parte do processo produtivo para regiões mais interioranas do país em busca da disponibilidade de grãos à baixo custo, condições edafoclimáticas favoráveis para a produção agropecuária e, eventualmente, incentivos fiscais concedidos por políticas regionais.

Este movimento migratório das agroindústrias pode ser observado a partir de diversos estudos, como Faveret Filho e Paula (1998, p. 125) ao analisar o “Projeto Buritis” em Rio Verde – GO, da Perdigão, e o designar como “a marcha das empresas avícolas e suinícolas para o cerrado” e em Lopes e Caixeta Filho (1997, p. 20) ao afirmar que “dada a localização geográfica do Estado de Goiás e sua proximidade a grandes centros consumidores, o mesmo

possui grande vantagem no processamento e na produção de alimentos, aproveitando a produção de matéria-prima agropecuária”. Já Castro e Fonseca (1995) dedicam-se ao estudo dos encadeamentos produtivos para a frente e para trás no desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste, assim como Talamini, Canever e Santos Filho (1998, p. 1) também apontaram que “a partir do final da década de 80 tem crescido o interesse na expansão das atividades de aves e suínos para regiões não-tradicionais, como é o caso dos estados da região Centro-Oeste”.

Apesar de ter sido intensificada nas últimas três décadas, a preocupação entre o espaço geográfico e as atividades econômicas já pôde ser observada em 1826, quando Von Thünen desenvolve o primeiro modelo espacial e insere a localização como fator determinante nas atividades agrícolas, criando anéis que determinam as culturas com maior viabilidade à ser produzidas em relação à distância dos centros urbanos, considerando para isso custos de transporte, perecibilidade e custo agregado do produto, entre outros. Com finalidades semelhantes para compreender a ocupação espacial, diversos outros autores decorrem das ideias de Thünen e a partir do início do século XX surgem as Teorias da Localização, corrente matizada pelas peculiaridades de cada autor, porém centrando a ênfase na importância da localização para o desenvolvimento econômico e sobrevivência das empresas. Como obras destaque estão a “Localização Industrial de Weber” (1909), a “Teoria dos Lugares Centrais de Christaller (1933) e as “Áreas de Mercado de Lösch” (1939), além de outras de menor magnitude.

Apesar de adaptáveis, estas teorias não conseguem explicar de forma generalista todos os catalisadores do desenvolvimento regional, exigindo adequações a cada realidade onde estão inseridas, uma vez que são fortemente influenciadas por fatores locais e particularidades de cada contexto. Assim, compreendê-las em conjunto com a realidade local pode torná-las mais aplicáveis e permitir uma visão mais precisa e assertiva sobre os possíveis efeitos e desdobramentos de políticas públicas, otimizando os ganhos de desenvolvimento econômico.

Embasado nas Teorias Clássicas da Localização e do Desenvolvimento Regional, este estudo desenvolve uma análise específica para o caso de Lucas do Rio Verde - MT, observando as principais transformações socioeconômicas ocorridas no município que estão ou não relacionadas à implantação da unidade frigorífica de abate de aves e suínos em 2006 pela Sadia S/A, atual Brf. Relacionado com trabalhos desta mesma natureza e seguindo metodologias de análise regional já existentes na literatura, a observação dos impactos gerados pela inserção da empresa motriz ocorre por meio de séries históricas dos indicadores

socioeconômicos municipal, determinando qual o comportamento e relação destes com a implantação da unidade fabril.

O interesse no estudo justifica-se por algumas características intrínsecas do setor agroindustrial de carnes que o fazem um forte indutor do crescimento econômico e desenvolvimento regional, como a alta demanda por mão-de-obra local, a formação de encadeamentos produtivos em via agrícola e urbana, o desenvolvimento de empresas satélites e expansão do conhecimento técnico e científico à nível regional. À medida que se aumenta a variabilidade de trabalhos e o conhecimento sobre o tema, o setor agroindustrial angaria mais importância em nível nacional e as medidas de fomento às agroindústrias tornam-se mais efetivas.

Considerando a importância do tema, este estudo assume como objetivo principal avaliar os desdobramentos da introdução da unidade frigorífica no município de Lucas do Rio Verde, mensurando os impactos e transformações socioeconômicas geradas na economia municipal e, em alguns casos, da região. Outros objetivos específicos conduzem o estudo, que também busca compreender os fatores que induziram a escolha do local, a importância da agroindústria para a sustentabilidade econômica atual de Lucas do Rio Verde e comportamento dos indicadores socioeconômicos de Lucas do Rio Verde tautócronos à implantação da unidade fabril. Ao final espera-se que o estudo possa ser extrapolado para outras regiões com características similares, porém, tomando-se os devidos cuidados para adaptá-lo ao ambiente regional em questão.

O presente trabalho classifica-se como pesquisa de abordagem qualitativa, com natureza aplicada, de objetivos descritivos e com procedimento sendo de estudo de caso, uma vez que buscasse explicar as transformações socioeconômicas da região a partir da observação de dados econômicos locais e amparada em obras clássicas sobre o tema, sem, entretanto, desenvolver modelos econométricos que quantifiquem detalhadamente a contribuição da empresa motriz no desenvolvimento regional. As informações da literatura clássica buscam explicar as causas que nortearam a escolha do município para implantação da unidade fabril e a forma como os impactos propagam-se à economia local. Já os dados socioeconômicos buscam confirmar possíveis alterações sobre a geografia econômica local e comparar as taxas de crescimento entre os períodos antes e depois da inserção, ponderando os eventos cronológicos do complexo agroindustrial.

A base teórica que compõe este trabalho são as Teorias Clássicas da Localização e as Teorias do Desenvolvimento Regional, além de outros livros, dissertações e artigos científicos devidamente citados. Para avaliar os impactos da instalação do complexo agroindustrial na

cidade de Lucas do Rio Verde – MT foram obtidos dados sociais e econômicos sobre o município a partir do *site* IBGE Cidades, na prefeitura de Lucas do Rio Verde e na empresa objeto do estudo.

O estudo está estruturado em cinco capítulos, além desta breve introdução, que apresenta a contextualização geral do estudo, justifica a importância da pesquisa, expõe os objetivos e a metodologia utilizada, assim como a fonte para obtenção dos dados e demais procedimentos relacionados ao seu desenvolvimento. O capítulo 2 apresenta as definições de desenvolvimento regional e as teorias clássicas sobre o tema. O capítulo 3 descreve os apontamentos teóricos da localização industrial, as obras clássicas e suas implicações na economia moderna, abordando os trabalhos de Von Thünen, Weber, Cristaller, Lösch e Isard. O capítulo 4 discorre sobre as definições de agroindústria e sua participação no processo de industrialização brasileira, aprofundando-se em seguida no setor de carnes, na formação da cadeia produtiva e na relevância para os demais setores da economia. Ainda é retratada a migração dos processos produtivos agroindustriais para o Centro-Oeste ocorridos a partir de 1980, destacando as políticas públicas propulsoras, o contexto econômico nacional e os fatores permissores da ocupação, além das tendências e desafios futuros do setor.

O capítulo 5 apresenta o estudo de caso sobre Lucas do Rio Verde e o complexo frigorífico para abate de aves e suínos implantado em 2006 pela Sadia S/A, retratando inicialmente o contexto histórico da colonização e os aspectos geográficos, sociais e econômicos do município. Em seguida discorre-se sobre a formação e estrutura atual da empresa BRF, detalhando o complexo agroindustrial de Lucas do Rio Verde, as dimensões da unidade fabril, fatores influentes na escolha da localização, subsídios fiscais concedidos e investimentos empenhados. Posteriormente o trabalho busca compreender os impactos socioeconômicos gerados no município decorrentes da inserção do complexo industrial, diversas séries históricas que retratam o comportamento dos indicadores socioeconômicos locais, comparando taxas de crescimento antes e depois da instalação da empresa e, em alguns casos, comparados também à municípios vizinhos com estrutura produtiva similar. Para esta análise é fundamental considerar que a construção foi iniciada em 2006, porém o abate de aves e suínos apenas em meados de 2008 e o segmento de industrializados em 2010.

Por fim, no capítulo 6 é apresentada a conclusão do trabalho, destacando as principais convicções obtidas no estudo e também as dúvidas e pontos remanescentes, propondo novas pesquisas que possam agregar ao tema e enriquecer o escopo de conhecimento sobre as agroindústrias frigoríficas no desenvolvimento regional.

2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: APONTAMENTOS TEÓRICOS

A consolidação do desenvolvimento econômico está intrinsecamente ligada aos fatores de produção e atributos geográficos do ambiente regional, no entanto, estes não são necessariamente elementos determinantes, uma vez que a interação com as características sociais de cada comunidade cria atmosferas específicas e irreproduzíveis, determinando diferentes ritmos de desenvolvimento socioeconômico para cada local analisado. Esses ritmos, por sua vez, tendem-se à intensificar e geram espaços econômicos polarizados, guarnecidos de acentuados índices tecnológicos, socioeconômicos e com poderosa hegemonia sobre as regiões periféricas.

Desta forma, a existência de disparidades socioeconômicas entre as regiões e mesmo internamente à estas é natural e considerar extingui-las é utópico, ainda que ao longo da história diversos autores tenham se dedicado à construir pensamentos e modelos econômicos com o propósito de compreender os generantes necessários do crescimento e desenvolvimento econômico. Concomitante à evolução do pensamento econômico, manifesta-se também o surgimento de filósofos que, de diferentes maneiras, propugnavam uma sociedade mais justa e equitativa, como Proudhon, Marx, Durkheim e Weber. Neste processo, concebe-se poderosas correntes de pensamentos ao longo dos séculos XVIII e XIX que influíram diretamente na formação do conhecimento econômico contemporâneo.

A temática sobre o crescimento e desenvolvimento econômico já figura-se presente em obras fisiocratas desde o Iluminismo no século XVIII, mas é na Escola Clássica, sob influência da Revolução Científica e Industrial que desenvolve-se os alicerces básicos para as ideologias posteriores, se mantendo presente ao longo de todas as correntes econômicas seguintes, como na Escola Keynesiana e Neoclássica com os modelos de Harrod-Domar e de Solow até correntes mais contemporâneas, como Romer e Lucas nas abordagens do Crescimento Endógeno. Apesar das correntes prevalecentes terem sido elaboradas durante o século XX, seus alicerces teóricos remetem à autores vanguardistas, como as Teorias da Localização precedidas pela análise geográfica rural-urbana de Von Thunen e as Teorias do Desenvolvimento Regional norteadas pelas vantagens de aglomeração observadas por Alfred Marshall nos distritos industriais da Inglaterra no século XIX (CAVALCANTE, 2004).

O arcabouço teórico sobre desenvolvimento econômico é dividido em três correntes principais, sendo as “Teorias Clássicas da Localização” a corrente inaugural em 1826 e se estendendo até metade do século XX, quando a escassez de recursos monetários decorrente da Segunda Guerra Mundial e a eminente necessidade de reconstrução das economias europeias

fomentam a ascensão das “Teorias do Desenvolvimento Regional”. Inspirada nas percepções de aglomeração de Marshall e intervencionista de Keynes, esta corrente inclui elementos antes ignorados pelos neoclássicos, como as forças internas das concentrações urbanas, as relações entre os setores produtivos, o impacto de variáveis exógenas sobre o ambiente regional e as tendências de inércia da conjuntura econômica das nações, seja em direção ao progresso ou à crise. Com a decadência do sistema monetário internacional, o choque do petróleo e a crise do sistema fordista, inicia-se nos anos 70 a construção de novos modelos econômicos adaptados aos padrões de acumulação flexível, que, embasados nas mudanças dos regimes monetário, financeiro e produtivo, originam as abordagens do Desenvolvimento Local Endógeno.

Dentro deste contexto histórico, a presente seção destina-se a discorrer os principais conceitos, premissas e autores relevantes da segunda corrente econômica, intitulada de Teorias do Desenvolvimento Regional, aprofundando-se nos autores de maior relevância, como Perroux (1955), Myrdal (1957), Hirschman (1958) e North (1959).

As teorias do Desenvolvimento Regional ocuparam considerável destaque no cenário político e econômico mundial durante o pós Segunda Grande Guerra, embasando diversas políticas públicas dedicadas ao desenvolvimento econômico e redução das desigualdades regionais. Neste período, também conhecido como Era de Ouro do Capitalismo, surgem vários órgãos governamentais de nível internacional amparados pelo sistema de *Bretton Woods*, com destaque principal para a ONU (1945), da qual derivam-se as comissões dedicadas à Europa (CEPE), África (CEPA), América Latina (CEPAL) e para a Ásia e Extremo Oriente (CEPAEO), além do PNUD, ECOSOC e outros programas voltados para a promoção do desenvolvimento em áreas periféricas. No âmbito brasileiro destacam-se programas como a SUDENE em 1959, a SUDAM em 1966 e a SUDESCO em 1967, entre outros (CAVALCANTE, 2007).

Estas comissões preconizavam uma série de políticas econômicas que, apoiadas nos pressupostos das Teorias do Desenvolvimento Regional, defendiam condutas protecionistas para consolidar a indústria nacional através da substituição de importações, medidas de locação dos recursos externos para romper ciclos de subdesenvolvimento, integração setorial para intensificar os encadeamentos produtivos e crescimento das receitas a partir da exportação de manufaturas. Estes princípios podem ser encontrados, respectivamente, nos trabalhos de Perroux, Myrdal, Hirschman e North, os quais compartilhavam a concepção da primazia do setor industrial para o crescimento econômico e fortalecimento das aglomerações urbanas, sendo a expansão das atividades industriais resultado de desequilíbrios externos em interação com novas demandas por importação (CARDOSO, 1995).

A percepção destes autores sobre o setor industrial e aglomerações remete-se à Marshall (1920), considerado o primeiro a observar vantagens econômicas presentes exclusivamente nas aglomerações industriais e que excedem as questões físicas do espaço geográfico, mas fundamentam-se na interação entre os agentes econômicos. Para o autor as empresas situadas nas aglomerações possuem acesso à vantagens que não obteriam atuando isoladamente e otimizam seu processo produtivo ao desfrutar de fatores endógenos ao ambiente regional, como redes de empresas com serviço especializado, custos de transação e de insumos reduzidos, facilidade no acesso à informação e pesquisas tecnológicas.

As vantagens presentes nas aglomerações partem de três fontes distintas, elencadas por Marshall (1920) em economias de escala, economias de escopo e nas externalidades positivas da própria concentração. Entre as externalidades positivas o autor destaca três como elementares e intitula este agrupamento de “Tríade Marshalliana”, composto por disponibilidade de mão-de-obra qualificada, presença de prestadores de serviços ou matérias primas específicas e os *spillovers*, entendidos como transbordamentos de tecnologias e conhecimentos técnicos no ambiente regional. Procedentes do pensamento de Marshall, outros autores também apontam para a importância das externalidades de produtores geograficamente concentrados, como Krugman (1991), Porter (1990), Markusen (1995) e Scott (1998).

Para Fujita e Thisse (1995) a tríade marshalliana conduz o ambiente regional para a especialização das atividades econômicas em virtude de dois fatores principais: os altos custos para realocar a estrutura produtiva da planta industrial e o aumento proporcional das vantagens econômicas com o tempo em que a empresa se encontra estabelecida na região. Concordante à este pensamento, Carlos (2000) defende que as externalidades das aglomerações tendem a potencializar a concentração, pois a proximidade dos agentes econômicos promove o desenvolvimento de empresas satélites, atração de investimentos externos, qualificação da mão de obra, intensificação no fluxo de informações e adequação da infraestrutura regional.

A partir da observação da concentração de firmas e departamentos do mesmo segmento, Porter (1999, p. 211) cunha o conceito de *cluster* e o define como “um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculada por elementos comuns e complementares (...)”, cujo interesse não está na simples aglomeração de empresas concorrentes, mas no potencial dos vários componentes da cadeia produtiva maximizados pelo aumento no fluxo de informação, bens e serviços, com custos de transporte e tempo reduzidos.

Por outro lado, as aglomerações sofrem forças descentralizadoras que induzem ao deslocamento das empresas de regiões tradicionalmente industriais para regiões novas e sem legado histórico na atividade. Esse deslocamento justifica-se pela busca de “externalidades” benéficas, como incentivos fiscais concedidos pela administração local, mão-de-obra com custo inferior e sindicatos menos organizados. Outro fator que justifica a fuga das grandes cidades é citado por Santos (2003 p. 24) como as “deseconomias de aglomeração”, definidas como dificuldades presentes em grandes centros urbanos geradas pela concentração, como o congestionamento do trânsito, encarecimento das áreas urbanas e problemas sociais, como a violência.

Segundo Benko (2002) as “deseconomias de aglomeração” são caracterizadas em duas situações distintas:

As de natureza econômica, como a poluição e degradação do meio natural, a sobrecarga das redes de comunicação que provoca congestionamento nas metrópoles, a alta excessiva dos preços imobiliários e aumento do custo dos serviços públicos. E as de natureza sócio-política, ligados tanto às relações de trabalho, que tendem a evoluir para uma grande rigidez, envolvendo negociações coletivas de salários, regulamento do trabalho, pressões sindicais, quanto às políticas urbanas, que podem aumentar os custos de produção pela modificação dos e pela imposição, criando “clima” desfavorável aos negócios (BENKO, 2002, p. 148).

Os benefícios decorrentes das atividades industriais induzem os governos municipais e estaduais à conceder incentivos fiscais e vantagens das mais diversas ordens com o propósito de atrair empresas motrizes, adotando medidas como redução ou isenção de determinados impostos, doação de terrenos, apoio em implantação de infraestrutura e outros, porém, sem as garantias de angariar os retornos desejados e desencadeando intensas “guerras fiscais” entre as regiões (OLIVEIRA, 2003).

Coelho (1996) também observa que na maioria das vezes a implantação de atividades “estranhas” à realidade regional atrai grandes massas populacionais de outras regiões sem a devida preocupação de aporte às premissas básicas de bem-estar social, aumentando a população submetida à vulnerabilidade social. Como solução, o autor sugere que investimentos externos sejam direcionados com base nas potencialidades locais para a atividade à ser inserido. Esta visão prioriza o desenvolvimento regional endógeno, onde os benefícios desfrutados pelas empresas não sejam induzidos por políticas públicas forçadas, mas partem de origens naturais da estrutura de mercado local, sendo sinérgicos à comunidade e disponham sustentabilidade ao complexo produtivo através dos fatores endógenos da região.

Para fortalecer estas potencialidades locais, Porter (1986) elencou pontos fundamentais que devem ser construídos por políticas públicas, como a criação e

fortalecimento de MPEs locais, melhoria da infraestrutura urbana, produtiva e social, incentivo a qualificação da mão-de-obra local, existência de serviços de apoio tecnológico, elaboração de novos tipos de relações empresariais, como cooperativas e empresas comunitárias e a promoção da imagem do município. Desta forma, as administrações locais assumem também um caráter empreendedor no cenário econômico e não apenas administrativo, tornando-se responsáveis por gerir parcerias, captar recursos e induzir novas oportunidades de desenvolvimento.

2.1 OS POLOS DE CRESCIMENTO DE PERROUX (1955)

A “Teoria dos Polos de Crescimento” foi desenvolvida pelo economista francês François Perroux (1903-1987) em 1955 ao observar o processo de concentração industrial de países europeus, mais precisamente a França e Alemanha. A teoria de Perroux apresenta traços marcantes da influência de Schumpeter (1912), principalmente na importância concedida à inovação e evolução dos paradigmas tecnológicos. Em seu trabalho, Perroux dedica-se ao estudo das relações existentes entre o que denomina de “empresas motrizes” e “empresas movidas” e a interação das atividades produtivas destas empresas com o espaço econômico regional. Além desta relação, Perroux também discorre sobre os axiomas básicos do desenvolvimento regional, suas premissas, especificidades e formas de polarização (SOUZA, 1980).

Ao analisar as desigualdades econômicas entre as nações, Perroux (1955) afirma que o crescimento econômico não apresenta padrão de comportamento homogêneo e generalizado, mas “manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1955, p. 146 *apud* MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011, p. 65). Para Perroux (1955), estes polos de crescimento resultam da interação entre agentes ativos e passivos, sendo os ativos representados por indústrias motrizes e polos de atividades concentradas e agentes passivos as indústrias movidas e regiões dependentes.

Para estar classificada como empresa motriz é necessário que cinco critérios básicos quanto à produção e magnitude na economia regional sejam atendidos, sendo eles:

- a) crescer à taxa média superior da indústria nacional;
- b) possuir várias ligações de insumo-produto através de compra e venda dos insumos, realizadas no ambiente regional;

- c) apresentar-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e estrutura oligopolista;
- d) possuir grande poder de mercado, influenciando preços dos produtos, insumos e a taxa de crescimento das atividades satélites à ela ligadas;
- e) produzir para os mercados nacional e estrangeiro (SOUZA, 2007).

Segundo Perroux (1955), a polarização impulsiona e propaga o desenvolvimento econômico de quatro modos distintos, sendo a via técnica, econômica, psicológica e geográfica. A polarização técnica refere-se aos paradigmas tecnológicos e inovações inseridas no sistema produtivo regional por meio das empresas motrizes e movidas; a polarização econômica ocorre por meio dos pagamentos concedidos as empresas satélites localizadas na região, salários e impostos municipais; a psicológica acontece por meio da atração de outros investidores em função das expectativas geradas pela sua inserção e a polarização geográfica resulta das transformações ocorridas no espaço urbano realizadas para abrigar a empresa motriz e que trarão benefícios para outros segmentos produtivos.

A contribuição das indústrias motrizes para a economia regional encontra-se além da produção global absoluta, mas nas inúmeras relações estabelecidas com as indústrias movidas, nas demandas propagadas à comunidade local e no estímulo a inovação das atividades produtivas. Além disto, a atividade industrial comumente gera demanda nos três setores da economia, no primário decorrente da necessidade por matérias primas, no secundário por meio de demandas de equipamentos e demais produtos industriais necessários ao processo de produção e no terciário através da prestação de serviços, geralmente terceirizados (PERROUX, 1969).

Na implantação de uma determinada empresa motriz ou mesmo ao longo do processo operacional de produção é indispensável o atendimento à um conjunto de premissas básicas para viabilizar o empreendimento. Dentre os fatores que compõem este conjunto alguns são congênitos ao ambiente regional, como a disponibilidade de matéria prima, recursos naturais e fatores edafoclimáticos ou podem ser induzidos, como infraestrutura construído com investimento de capital e atração de força laboral.

Os investimentos de implantação geralmente originam-se da própria empresa motriz em conjunto com financiamentos procedentes de políticas públicas, já o atendimento à demanda da força laboral ocorre por meio das contratações diretas e indiretas, sendo as contratações diretas realizadas pela empresa central e abrangendo o alto contingente populacional, demandando inclusive alterações da infraestrutura municipal para abrigá-las, já as contratações indiretas estão sob encargo das empresas satélites, destinadas a executar

determinadas etapas dentro do processo e que atendem as necessidades de força laboral através da contratação da população local, repassando parte dos ganhos aos colaboradores através do pagamento da folha salarial.

No entendimento de Perroux (1967), compete ao Estado a responsabilidade de promover suporte as empresas motrizes, seja com participação na pesquisa e difusão de inovações, abertura de mercados e inclusive no aporte financeiro:

O poder de disposição das grandes unidades no interior duma nação não é completamente independente do poder público que, mesmo nos países liberais, estimula a investigação, ajuda a propagar as grandes inovações, participa na conquista dos mercados e, no âmbito dum território cuja extensão e recursos físicos se revestem de extrema importância, contribui poderosamente para a instauração de eixos de desenvolvimento, zonas de desenvolvimento e nos de tráfico. (PERROUX, 1967, p. 213).

Este processo de introdução de novas atividades econômicas via empresa motriz é inquestionável indutor do crescimento econômico regional, uma vez que altera as estruturas de produção, expande o nível de emprego e crescimento da população economicamente ativa, fortalece a formação da classe média urbana e intensifica o fluxo de bens e serviços locais (PERROUX, 1967).

Entretanto, a introdução de empresas motrizes em determinado espaço geográfico não necessariamente assegura o êxito do desenvolvimento regional e expansão da economia, uma vez que são necessários fatores regionais intrínsecos ao espaço capazes de promover ganhos de mercado e produção de forma espontânea e natural, sem a necessidade de dispêndios por parte dos governos para se mantenham na região.

Os conceitos de Perroux foram intensamente aplicados para nortear políticas públicas de desenvolvimento regional em diversas economias mundiais, galgando forte influência nas tomadas de decisões de planejamento regional tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos, como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Rússia e inclusive o Brasil (CAVALCANTE, 2004).

Em decorrência de políticas públicas aplicadas erroneamente e programas malsucedidos, Perroux passa a receber duras críticas a partir de 1970, sendo culpado pelo insucesso na redução das desigualdades e por gastos colossais em empreendimentos ineficientes e ociosos, conhecidos posteriormente como “catedrais no deserto” ou “elefantes brancos” (CRUZ, 2000). O insucesso destas políticas públicas justifica-se por medidas forçadas para o desenvolvimento e pela demasiada valorização dos fatores exógenos no crescimento regional, sem considerar que partem de elementos endógenos os proventos

necessários para as regiões se destacar frente às outras em determinada atividade e instaurar novos empreendimentos no ambiente econômico regional.

2.2 A CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA DE MYRDAL (1957)

A corrente teórica do desenvolvimento regional também foi significativamente enriquecida por Gunnar Myrdal (1898 – 1987), economista sueco com ideologia social democrata e titular de posições com significativa magnitude nos ramos da economia e política, ocupando os cargos de deputado, senador, secretário executivo da Comissão Econômica para a Europa da ONU e ministro do Comércio e Indústria da Suécia. Integrante da Escola de Estocolmo, Myrdal (1957) se opõe a teoria clássica econômica e defende a intervenção do Estado na economia através de órgãos e agentes com o objetivo de corrigir as falhas de mercado que conduzem naturalmente para a concentração econômica e a desigualdade social entre regiões.

Diversos princípios e conceitos foram publicados por Myrdal, entretanto, seu trabalho mais notável foi a “Teoria da Causação Circular Cumulativa”, na qual divide os países entre desenvolvidos, aqueles detentores de alta renda per capita e índices sociais, econômicos e de crescimento satisfatórios e contínuos, e os países subdesenvolvidos, cuja economia encontra-se estagnada ou com baixo desempenho e apresenta graves disparidades sociais. Na teoria de Myrdal estas disparidades tendem a aumentar ainda mais os contrastes entre as regiões de forma natural, uma vez que aquelas mais desenvolvidas beneficiam-se pelos proventos oriundos de sua conjuntura econômica e, em contrapartida, as regiões subdesenvolvidas tendem à debilitar-se ainda mais, pois a inexistência de condições econômicas oportunas repele empreendimentos e limita a aplicação de recursos para políticas que induzam ao desenvolvimento, mantendo-as presas em um círculo vicioso de pobreza.

Como solução para romper este ciclo, Myrdal (1957) também se aproxima dos princípios de Keynes e defende a intervenção do Estado na economia através de políticas públicas que possam criar condições iniciais de crescimento e que se propagarão para os demais segmentos econômicos, instaurando um ciclo de progresso e prosperidade. Para o sucesso destas políticas, Myrdal determina uma metodologia a ser seguida para desenvolvê-las: inicialmente deve-se identificar as causas do subdesenvolvimento e da pobreza na região, em seguida é preciso verificar e compreender a interação destas causas com fatores exógenos sobre a economia local. Apenas em seguida inicia-se a elaboração das políticas públicas,

considerando os fatores econômicos e também os não econômicos influentes no desenvolvimento regional.

Estas políticas públicas dedicadas a promoverem o crescimento regional, quando elaboradas e aplicadas de forma eficaz, intensificam as atividades econômicas e propagam este crescimento orientado à todas as esferas da economia regional, aumentando o nível de emprego que, por consequência, amplia a renda da população e aumenta o consumo de bens e serviços locais. Esta expansão na demanda estimula a abertura de novas empresas, que ofertam mais empregos e cujos salários pagos aos novos colaboradores são reintroduzidos na economia regional através do consumo de necessidades básicas, gerando mais demanda. Da mesma forma, a recessão diminui a compra de bens de consumo ou duráveis e restringe a receita das indústrias, que por não obter lucratividades satisfatórias interrompem as atividades produtivas e realizam demissões, diminuindo a renda da população e o consumo de produtos de outras indústrias, instaurando desestabilidade na economia regional (LIMA; SIMÕES, 2009).

Myrdal (1965) também utilizam a causalção circular cumulativa para explicar a precariedade econômica e social de grande parcela da população negra norte-americana. Segundo os autores o preconceito praticado pela população branca, que historicamente ocupa as classes dominantes, dificulta a adesão à empregos e o consequente acesso a condições básicas de bem-estar social, como educação, saúde e moradia. A ausência destes elementos básicos impede o desenvolvimento da população negra que passa a dispor de ainda menos oportunidades de ascensão social, isolando-se nas camadas mais baixas da sociedade. Este baixo padrão de vida da população negra fomenta ainda mais o preconceito existente, aprisionando-a em um ciclo contínuo de extrema pobreza, que apenas pode ser rompido por alguma força exógena à esta inércia.

Outra observação de Myrdal (1965) sobre o comportamento do desenvolvimento econômico é o aumento das disparidades entre as regiões nas últimas décadas e a existência de predisposição espontânea e involuntária dos mercados para a concentração:

Se as forças de mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar remuneração bem maior do que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado. (MYRDAL, 1965 p. 51-52).

Nesse processo o autor afirma que as aglomerações econômicas geram duas forças distintas, os *backwash effects* ou “efeitos regressivos” e os *spreads effects* ou “efeitos propulsores”. O primeiro efeito tende a aumentar as desigualdades já existentes na região através da atração de investimentos, fluxo de capitais, capital humano e ganhos de aglomeração para as localidades centro em detrimento das regiões periféricas. Já o segundo efeito, os *spread effects*, geram externalidades positivas sobre as áreas circunvizinhas às aglomerações, principalmente por inseri-las no processo produtivo através do fornecimento de matérias primas ou serviços e na melhora da acessibilidade à bens de consumo e tecnologias originadas das localidades centro.

Apesar de incluídas no processo produtivo, as áreas periféricas são basicamente produtoras de bens primários, o que não demanda processos tecnológicos modernizados e cria poucos encadeamentos produtivos, tornando seu crescimento consideravelmente mais lento que as áreas desenvolvidas, onde a matéria prima é adquirida e industrializada de forma intensiva, desenvolvendo tecnologias, P&D, mão de obra especializada e investimento de capital. Estes elementos presentes nos países desenvolvidos proporcionam rendimentos imensamente maiores e que serão reinvestidos no processo produtivo, tornando-o mais lucrativo.

O Nordeste brasileiro é um nítido exemplo de uma região afetada negativamente pelos impactos dos *backwash effects* ocorridos a partir da década de 1930 com o Processo de Substituição das Importações. As políticas do PSI estimularam significativamente a evolução industrial do Brasil, porém a formação dos complexos industriais ocorreu de forma concentrada e desigual, alocados principalmente no estado de São Paulo e Sudeste. Este eminente processo de crescimento econômico desencadeou a emigração em diversas regiões do país para o Sudeste, sendo a maior parcela deste fluxo oriunda do Nordeste, que já padecendo de dificuldades internas e impasses econômicos regionais deteriora-se ainda mais com a contração populacional.

Em contrapartida, este processo também gerou consideráveis *spread effects* para o Nordeste. O desenvolvimento das indústrias de bens finais no Sul e Sudeste aumentaram significativamente a demanda por bens intermediários como petróleo e matérias-primas agrícolas, insumos encontrados em abundância na Bahia. Ao desenvolver estas cadeias para atender a demanda, o fluxo de capitais e das atividades econômicas relacionadas ao setor intensificaram-se, formando encadeamentos para outros segmentos e instaurando uma causação circular cumulativa de desenvolvimento.

2.3 OS ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS DE HIRSCHMANN (1958)

Em 1961 a obra *The Strategy of Economic Development* é publicada por Albert Hirschman (1915-2012), notável economista alemão dedicado ao estudo do crescimento e desenvolvimento econômico regional. Nesta obra o autor empenha-se em analisar as relações entre os diferentes setores da estrutura econômica, a propagação do crescimento econômico intersetorial e a formação de encadeamentos produtivos entre os segmentos econômicos gerados pelas demandas e ofertas necessárias à cada atividade.

Para Hirschman (1958) o desenvolvimento econômico é resultado de sucessivos desequilíbrios econômicos que geram oportunidades de ganho para os setores diretamente ligados à origem desta instabilidade e, ao usufruir destes desequilíbrios, os setores beneficiados se expandem de forma vertiginosa e geram demanda para os setores progressos e oferta para os setores posteriores. Este desequilíbrio é repassado para a próxima cadeia e conforme avança mais indústrias usufruem do crescimento inicial, aumentando de forma significativa o fluxo de bens e serviços. Desta forma, Hirschman (1958, p. 36) reitera que “(...) as desigualdades internacionais e inter-regionais de crescimento são condição inevitável e concomitante do próprio processo de crescimento”.

Segundo o autor, este crescimento surge inicialmente em setores líderes ou nas “indústrias mestre”, representadas por atividades econômicas com alto grau de encadeamento produtivo “para frente e para trás”, através da oferta do produto final e da demanda das matérias-primas. Para Hirschman (1961), a capacidade de induzir o desenvolvimento é proporcional ao número de encadeamentos produtivos gerados pela atividade e são mais intensos quando direcionados “para trás”, os *backwards*, criadores de demanda de matérias-primas, característica comum em indústrias de bens intermediários e de consumo final.

Nesta concepção, Hirschman (1985) não condena as exportações de produtos primários, mas as define como uma etapa para angariar recursos para a industrialização:

Por um lado, os novos rendimentos decorrentes do processo da produção dos produtos primários e sua exportação poderão ser despendidos inicialmente em importações; porém, essas importações, tendo atingido um volume suficiente, poderiam eventualmente ser substituídas por indústrias domésticas. O Mecanismo em alguma medida indireto, através do qual certas indústrias substitutivas de importações são criadas, por esse modo, como reflexo das implicações do produto primário de exportação, tem sido chamado apropriadamente de efeito em cadeia do consumo (*consumption linkage*); em contraste, os efeitos em cadeia retroativos e prospectivos *mais* diretos podem ser subsumidos sob o nome de efeitos em cadeia da produção. (HIRSCHMAN, 1985, p. 39-40).

A influência de Keynes é perceptível quando Hirschman adere uma posição intervencionista ao alegar ser obrigação do Estado criar condições para alavancar o desenvolvimento econômico em países subdesenvolvidos, principalmente quando fatores como capital financeiro, educação técnica, disponibilidade de crédito e infraestrutura não estão presentes, visto que dificilmente estes surgem de forma espontânea (HIRSCHMAN, 1961).

2.4 A BASE EXPORTADORA DE NORTH (1959)

Ao publicar a obra *Location theory and regional economic growth* o economista norte americano Douglass North (1959) propõe que as nações percorrem trajetórias diferentes para alcançar o crescimento econômico e desenvolvimento social, contrapondo-se assim as “Teorias de Crescimento dos Estágios Lineares”, corrente de pensamento na qual o crescimento das nações ocorre em etapas sequenciais e similares a todas regiões, bastando em comum apenas alguns aspectos iniciais na estrutura econômica. North contesta estas teorias ao observar que o processo de desenvolvimento dos países da Europa não se replica nos EUA ou em outras economias e não pode ser generalizado para todas regiões, principalmente para as economias subdesenvolvidas, como alguns países da Ásia e América Latina. O conceito principal da teoria de North fundamenta-se no crescimento econômico originado das receitas geradas pelas exportações do setor primário e na conseqüente propagação para os demais setores da economia, intitulado North como fundador da “Teoria da Base Exportadora”.

Nesta teoria o autor considera que as regiões podem ser providas de fatores locais específicos capazes de otimizar a produção e potencializar os rendimentos de determinada atividade econômica frente à outras regiões, justificando a produção de algum bem além da capacidade de consumo local com o objetivo de destinar o excedente para atender demandas externas de mercado. Para North (1955), as receitas obtidas pelas exportações são introduzidas na economia regional para fomentar o processo produtivo exportador e intensificam-se sobre os demais setores produtivos com efeito multiplicador, seja através dos pagamentos repassados às indústrias de apoio e fornecedores de matérias primas ou aplicadas no *upgrade* do paradigma tecnológico, gerando demanda para as indústrias de bens de capital e modernizando as tecnologias nacionais de produção.

Desta forma, North (1977) justifica as exportações como fonte de recursos para o desenvolvimento de outros setores:

A medida que as regiões cresciam em torno de uma base de exportação, desenvolviam-se as economias externas, o que melhorava a posição do custo competitivo de seus artigos de exportação. O desenvolvimento de organizações especializadas de comercialização, os melhoramentos no crédito e nos meios de transporte, uma força de trabalho treinada e indústrias complementares, foram orientados para a base de exportação. (NORTH, 1977 p. 300).

A formação das indústrias de exportação justifica-se pela existência de demandas externas sólidas e estáveis, entretanto, de forma individual este fator não é suficiente para garantir a consolidação destas atividades em determinado ambiente regional, uma vez que a distribuição das unidades produtivas é orientada pela busca da localização ótima de produção e provida dos fatores locacionais específicos para tal atividade, permitindo às empresas os menores custos finais de produção e a maior rentabilidade quando comparada a execução da mesma atividade com outras localidades geográficas. Entre os principais fatores atrativos destacam-se matéria prima abundante, recursos naturais disponíveis, infraestrutura logística para escoamento da produção, existência prévia de indústrias de apoio ou vantagens de mercado regional. Quando estes elementos se encontram presentes e harmonizados, origina-se um processo de expansão econômica regional, caracterizado principalmente pela formação de indústrias dedicadas à prestação de serviço e fomento dos insumos à atividade exportadora, aumento da população regional e fortalecimento das indústrias residenciais já existentes, destinadas ao atendimento da demanda local.

O autor destaca ainda que o progresso destas atividades de exportação induz a formação de centros nodais de distribuição que, beneficiados por sua localidade geográfica, permitem redução nos custos de comercialização física e especializam-se em transacionar a exportação de produtos finais e importação dos insumos necessários à produção. Desta forma, North (1959) argumenta que apesar de verificarem-se maiores taxas de emprego e renda nos setores industriais e de serviços, deve-se ao setor primário a origem dos estímulos para o crescimento e que a redução na oferta de empregos deste setor decorre de sua modernização, mas que em contrapartida cria demanda de vagas mais desenvolvidas nos setores seguintes.

Para comprovar e dimensionar os impactos das indústrias exportadoras sobre a economia regional e indicadores sociais North (1955) utiliza alguns modelos matemáticos, como o “Multiplicador Keynesiano” para quantificar o efeito das atividades exportadoras sobre o produto interno regional sob uma série histórica; o “Quociente de Localização” (QL) para avaliar o grau relativo de concentração das atividades exportadoras frente à outras regiões e o “Coeficiente de Especialização”, para determinar o grau de concentração de determinada atividade frente à outras atividades na própria economia regional. Para tornar

possível tais aplicações, North divide as empresas em dois tipos, as atividades básicas e não-básicas. As básicas estão diretamente vinculadas às atividades de exportação, já as não básicas dedicam-se a produção de bens e serviços para o mercado interno.

Além da evolução das infraestruturas logísticas regionais, o progresso das atividades exportadoras conduz ao amadurecimento das empresas básicas, melhora do rendimento operacional dos trabalhadores e afeta positivamente as perspectivas de empreendedores e firmas sobre a economia regional. Entretanto, a mera presença destes elementos não garante a sustentabilidade do desenvolvimento econômico regional, uma vez que os setores secundário e terciário possuem seu crescimento embasado nas atividades exportadoras e podem entrar em colapso com o esgotamento do setor primário, como em casos de queda da demanda externa e escassez dos recursos naturais (NORTH, 1977, p. 305).

Em alguma época, as regiões devem se transformar de uma base extrativa, em uma base exportadora industrial, e essa transformação estará cheia de dificuldades. Entretanto, tanto a alegação de que as regiões devem se industrializar para poder continuar crescer, assim como a alegação de que o desenvolvimento das indústrias secundária e terciária é, de certa forma, é difícil de se alcançar, baseiam-se em algumas incompreensões fundamentais (NORTH, 1977, p. 305).

Assim, North considera duas premissas básicas para o desenvolvimento econômico sustentável: a dinamização das atividades econômicas e a descentralização da renda per capita regional. A dinamização das atividades econômicas provê segurança à economia regional por torná-la independente de um único setor e resulta-se do arranjo das escolhas de produtores e empreendedores locais sobre quais itens produzir, orientados pela busca daqueles que lhe proporcionam as maiores taxas de retorno. Por integrar a mesma região, as melhores rentabilidades encontram-se nos mesmos produtos, concentrando a produção primária e tornando o ambiente econômico regional estagnado, apesar dos maiores lucros obtidos pelos produtores. Já a renda per capita, quando altamente concentrada cria perfis de demanda que não incidem sobre as ofertas da economia local, como a aquisição de artigos de luxo pelas camadas econômicas mais favorecidas e limitando as camadas mais carentes ao consumo de itens de subsistência (NORTH, 1959).

Apesar das atividades dedicadas à exportação equilibrar o saldo da balança comercial e introduzir consideráveis divisas monetárias nas economias regional e nacional, a sustentabilidade do sistema econômico não se fundamenta apenas na obtenção de receitas financeiras, mas na interação destas com os demais fatores econômicos regionais, como induzem a formação dos elementos básicos de bem-estar social e como distribuem-se pelas

várias camadas sociais da sociedade. Assim, a teoria da base exportadora recebeu oposição e críticas de vários autores da área por desconsiderar inúmeras variáveis e fatores influentes no crescimento e desenvolvimento econômico regional, como gastos governamentais, investimentos dos setores internos na economia, necessidades de importação e propensão a poupança, além de observar as relações comerciais apenas sob a ótica de demanda e ignorar as possibilidades de oferta.

Para Tiebout (1958) a teoria da base exportadora falha ao tornar a delimitação da região arbitrária, alterando as exportações para um componente interno caso a região analisada seja expandida. Para o autor, North também ignora a possibilidade de que determinado arranjo de fatores poderia conduzir para a redução das exportações, sem, entretanto, afetar o desenvolvimento regional, limitando a teoria da base exportadora apenas a capacidade de determinação da renda no curto prazo e não do desenvolvimento regional. A dependência de países externos e a insegurança de economias voltadas para exportação também são criticadas por Souza (1980), ao considerar que uma economia baseada nas exportações se torna vulnerável às oscilações conjunturais das economias externas e instaura instabilidade no mercado interno. Além disto, a teoria da base exportadora induz repulsa às importações, ignorando o bem-estar da população e diminuindo a competitividade das indústrias.

3 LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL: APONTAMENTOS TEÓRICOS

O espaço geográfico no qual localiza-se determinada atividade econômica influi diretamente sobre seu processo produtivo, taxas de lucro e viabilidade econômica, impacto decorrente de fatores atrativos presentes no ambiente regional capazes de otimizar as atividades operacionais e potencializar os retornos financeiros, como menores custos de fretes, disponibilidade de recursos naturais, matérias primas abundantes e vantagens econômicas do mercado regional. Desta forma, as empresas direcionam-se em busca destas localidades ótimas e, ao se estabelecer no espaço regional, geram externalidades econômicas positivas à economia local e induzem o crescimento econômico, além de desfrutar dos fatores atrativos e, eventualmente, de incentivos concedidos por políticas públicas de atração.

As Teorias Clássicas da Localização tem início na obra inaugural de Johann Heinrich Von Thünen em 1826 com "O Estado Isolado" e se formam basicamente na primeira metade do século XX, perdendo a hegemonia para os conceitos macroeconômicos keynesianos após as alterações na conjuntura política e econômica mundial na década de 1950. Nesta primeira corrente teórica os autores assemelham-se por incorporar análises geográficas urbano-regionais e considerar os fatores locacionais como determinantes e concludentes no processo de crescimento econômico, desconsiderando os impactos dos fatores aglomerativos na economia regional, que só viriam a ser abordados a partir da segunda metade do século XX nas teorias de desenvolvimento regional (SOUZA, 2007).

A partir de 1980 as questões referentes à localização das atividades econômicas retomam destaque no cenário político-econômico, fortalecidas pelo colapso do sistema fordista e pela estruturação do novo sistema de produção flexível. Neste novo sistema produtivo as empresas distribuem seu processo produtivo para novas áreas geográficas e embasam seu padrão de acumulação na automação integrada flexível, abertura comercial e desregulamentação econômica, abrangendo não apenas questões econômicas, mas também as relações sociais e tecnológicas entre as firmas. (CAVALCANTE, 2007).

O vertente sistema de produção flexível remodelou a estrutura produtiva e organizacional das empresas, induzindo os empreendimentos modernos à atomizar seus departamentos para diversas regiões no intuito de desfrutar as vantagens locais congruentes para cada etapa da produção. Desta forma, cada departamento localiza-se no ponto ótimo de produção, como os centros administrativos e unidades fabris *high tech* situam-se nas aglomerações e as atividades de extração e produção próximas as fontes de matéria prima. (AGOSÍN; TUSSIE, 1993).

A estrutura gerencial dos grandes empreendimentos modernos é segmentada, segundo Pacheco (1997), em cinco células:

- a) Centros decisório-administrativos;
- b) Laboratórios e centros de Pesquisa e Desenvolvimento;
- c) Unidades fabris;
- d) Fontes de matéria prima e energia;
- e) Centro de venda e distribuição.

Os centros decisórios encarregam-se da gestão e elaboração de diretrizes administrativas, localizados em centros urbanos providos de estrutura rodoviária e telecomunicações avançadas. Os departamentos de P&D concentram-se próximo de universidades, centros de pesquisas com aporte tecnocientífico e profissionais de alta qualificação técnica. As unidades fabris são divididas em duas formas distintas de produção, as *high tech*, com demandas semelhantes aos departamentos de pesquisa, e as *low tech*, destinadas à produtividade em larga escala, demandando mão-de-obra barata e insumos de produção. As fontes de matéria-prima buscam locais com disponibilidade de recursos naturais, fontes energéticas e logística para escoamento e, por fim, mencionam-se os centros de venda e distribuição dedicados à destinação dos insumos de produção e produtos finais para os mercados consumidores (PACHECO, 1997).

O deslocamento das empresas em busca das vantagens produtivas tem desencadeado um processo de desconcentração industrial nas áreas tradicionais e reconcentrado a produção em locais sem legado histórico na atividade, porém providos de elementos atrativos que permitem a maximização dos lucros. Esta tendência deve-se em grande parte à evolução dos paradigmas tecnológicos, responsáveis por transformar as empresas intensivas em mão-de-obra para intensivas em capital. Apesar de estimular o crescimento econômico, esta migração das unidades fabris geralmente abrange atividades de produção em escala, mantendo os centros decisório-administrativos, laboratórios de pesquisa e unidades *high tech* nas aglomerações urbanas.

As próximas seções tratam das obras clássicas que compõem as teorias da localização e, embasadas na perspectiva microeconômica de Von Thunen, buscam explicar a ocupação do espaço a partir das distâncias geográficas e custos de transporte, empreendendo influências em autores contemporâneos e motivando uma série crescente de pesquisas.

3.1 O ESTADO ISOLADO DE VON THUNEM (1826)

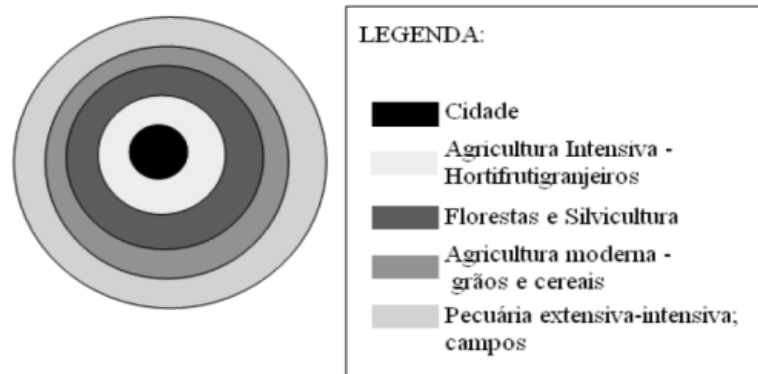
Em 1826 o economista alemão Johann Heinrich Von Thünen publica “O Estado Isolado em sua Relação com a Agricultura e a Economia Nacional” e se torna o primeiro autor a inserir o espaço geográfico como fator determinante na atividade econômica. “O Estado Isolado” foi considerada a obra inaugural das teorias de localização e precedeu outros importantes clássicos da literatura econômica, como a “Teoria da localização industrial”, de Weber; os “Lugares centrais”, de Christaller e a “Teoria da localização e economia espacial”, de Isard. (CAVALCANTE, 2004).

Sua obra propõe um modelo teórico que busca explicar a ocupação do espaço rural pelas atividades agropecuárias em função da distância do local de produção até os centros urbanos, retratado na Figura 1. O modelo é composto por os anéis que indicam a viabilidade de cada atividade agrícola em relação à sua localização com as cidades, representadas no ponto central do esquema. Os anéis mais próximos indicam viabilidade para atividades com maior frequência de produção e perecibilidade, como horticultura, fruticultura e gado de leite, à medida que atividades de produção sazonal e com possibilidade de estoque se concentram mais distantes, como silvicultura, grãos e pecuária de corte (OLIVEIRA, 2003).

Para explicar a ocupação espacial Von Thunen considera apenas o fator da distância e características intrínsecas de cada produto, como perecibilidade e preço praticado na cidade, supondo as condições de relevo e fertilidade como uniformes:

Von Thünen teoriza um Estado Isolado onde os fatores físicos não apresentariam variação. Nesse Estado, com área finita, de terra plana, arável e de fertilidade uniforme, haveria uma única e grande cidade, centralmente localizada, para a qual os agricultores encaminhariam sua produção e onde se abasteceriam de produtos manufaturados. (MESQUITA, 1978, p.8).

Figura 1 – Modelo da Localização Agrícola de Von Thunen (1826)



Fonte: Monatério e Calvante, 2008.

3.2 A LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL DE WEBER (1909)

Alfred Weber (1868-1958) foi um economista alemão reconhecido pela expoente obra “Teoria da Localização Industrial”, na qual destaca a localização ótima de produção como o fator determinante para o sucesso das firmas. Em seu trabalho Weber dedicou-se a estudar os fatores básicos que estruturam a localização ideal para as indústrias e elencou três fatores elementares: a distância dos insumos de produção e de centros consumidores, custo de mão-de-obra e forças aglomerativas internas. Assim, Weber defende que as firmas devem analisar separadamente o impacto de cada um destes fatores e concentrar-se no ponto que permita os custos mínimos de produção (WEBER, 1929).

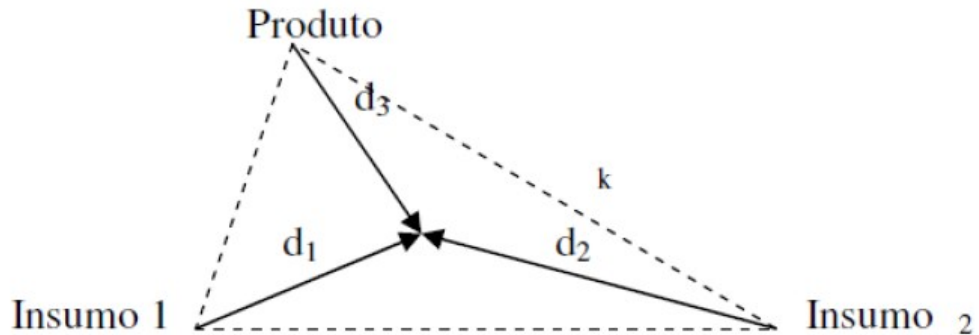
Segundo Clemente e Higachi (2000), o custo de produção de uma determinada indústria é afetado por fatores específicos - particulares a cada firma - e fatores gerais, que por sua vez é subdividido em fatores gerais regionais ou técnico-locacionais. Os fatores regionais correspondem às características da localização geográfica de uma forma ampla e determinam os custos de transporte e de produção, por exemplo. Já os fatores técnico-locacionais são o conjunto de elementos socioespaciais presentes em local específico dentro de uma região determinada e que correspondem aos ajustes finos da escolha locacional.

Para a validação de seu modelo teórico, Weber considera três suposições obrigatórias: as localizações das fontes de matérias-primas, assim como a posição e tamanho dos centros de consumo são dadas e conhecidas e a mão-de-obra encontra-se em oferta ilimitada a uma taxa de salário determinada.

Para Weber a escolha da localização industrial encontra-se em um paradoxo, visto que raramente as fontes de matéria-prima, centros consumidores, mão-de-obra e as forças aglomerativas encontram-se na mesma região. Assim, à medida que a firma busca se aproximar dos insumos, afasta-se dos centros consumidores e vice-versa. Esta relação de potencialidade inversamente proporcional obriga as empresas a encontrar um ponto de equilíbrio entre os fatores, aproximando-se daquele que representa os maiores custos no transporte (RICHARDSON, 1979).

A escolha desta localização pode ser explicada a partir do "triângulo locacional" (Figura 2), onde d_1 e d_2 representam a distância do local de produção até os insumos e d_3 o centro consumidor. O modelo demonstra que a localização ideal não concentra-se no mesmo espaço de um único insumo, mas que pondera as distancias afim de otimizar os custos de transporte.

Figura 2 – Modelo do Triângulo Locacional de Weber (1909)



Fonte: Monastério e Cavalcante (2011, p. 56).

No caso das agroindústrias, o produto final apresenta significativa diminuição de massa e volume após o processamento da matéria-prima, assim para este setor a melhor localização é próxima às matérias-primas, pois em função de seu peso maior, os custos de transporte tornam-se mais caros. Por exemplo, a conversão alimentar do suíno aproxima-se de 2,400 kg de ração para 1 kg de peso vivo, que por sua vez tem um rendimento de 70% de carcaça, desta forma, uma carreta que transporta 32.000 kg de carne processada corresponde à necessidade de transportar 110.000 kg de milho.

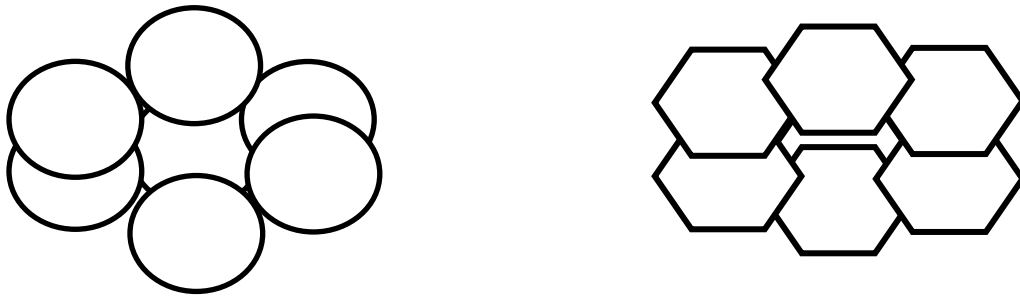
3.3 OS LUGARES CENTRAIS DE CHRISTALLER (1933)

A teoria de Walter Christaller analisa o espaço geográfico através de suas atividades econômicas e de sua relação com a organização da população. O geógrafo apresenta um modelo embasado nas ideias de Von Thunen e Weber, entretanto, transportadas para a realidade do espaço urbano e seu dinamismo. Christaller descreve o espaço geográfico como um sistema hierarquizado e em sua teoria alerta que a distribuição da população poderia afetar o desenvolvimento das localidades centrais. (DUARTE, 1976).

Para Christaller (1933), há uma relação diretamente proporcional entre desenvolvimento econômico e aglomeração populacional, uma vez que o aumento populacional demanda maior fluxo de bens e serviços. Além disto, Christaller também observa que as áreas de mercado se moldam em formatos que todos os espaços e consumidores são alcançados pela influência de alguma das empresas, porém pertencentes à que estiver na menor distância. Para explicar a formação destas áreas de influência Christaller propôs um modelo (Figura 3) composto de áreas circulares, porém observou que existem áreas que ficam descobertas e são demasiadamente pequenas para o surgimento de uma nova

firma. Desta forma, a influência de uma firma pode abranger distâncias maiores em alguma direção e expandem-se até onde inicia a outra, formando uma estrutura de colmeia (MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

Figura 3 – Modelo dos Hexágonos de Christaller (1933)



Fonte: Monastério e Cavalcante (2011, p. 57).

A dimensão das áreas de influência é formada por dois fatores principais: os custos de transporte e as características intrínsecas de cada produto, como a elasticidade preço e frequência de consumo. Com custos de transporte menores torna-se viável deslocar os insumos e produtos finais à uma distância maior, assim como produtos com elasticidade alta justificam a busca do consumidor por preços melhores, tornando os hexágonos maiores. As indústrias de produção em escala também tendem a aumentar o tamanho dos hexágonos, uma vez que a produção se concentra no espaço e necessita de grandes quantias de matéria-prima. (MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

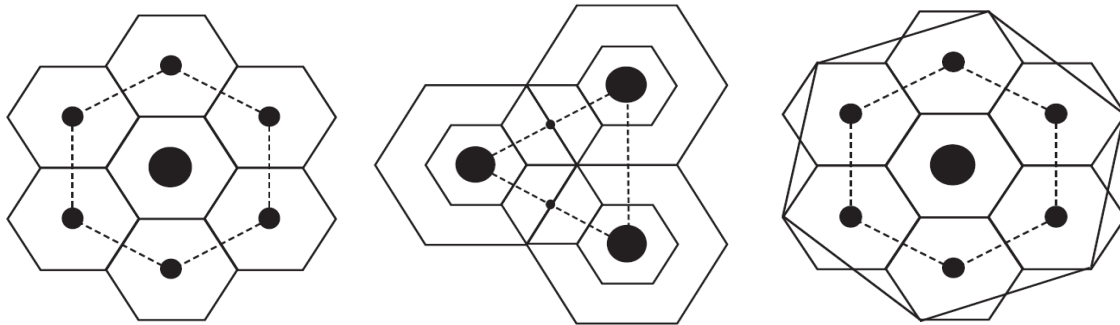
Ao observar as diferenças das áreas de mercado Christaller considera que as indústrias se dividem em processos produtivos de diferentes ordens e que pode existir influência do produtor de ordem superior sobre os de ordem inferior, abrangendo parte de outros hexágonos além da integralidade da área que o cerca. Esse padrão de ocupação se justifica pela minimização do número de centros, minimização do custo de transporte para os consumidores e minimização das áreas que são compartilhadas por mais de um ofertante. Assim, a ocupação espacial se embasa em três princípios: o princípio de mercado, o princípio de transporte e o princípio administrativo.

No princípio de mercado, que visa a minimização do número de centros, há uma influência visível do hexágono maior sobre o hexágono menor. Além do produtor de ordem superior abranger a integralidade do mercado que compõem o seu hexágono, abrange também um terço da área mais próxima dos seis produtores que se localizam nos vértices de sua área. O princípio de transporte, que trata da minimização das distâncias entre os centros e

consumidores faz que os ofertantes de bens de ordem inferior se localizem na metade da linha que une os centros de ordem superior. Neste princípio a área de mercado dos centros superiores é quatro vezes maior do que os centros inferiores. E por fim, no princípio administrativo o objetivo é a minimização da sobreposição dos centros de ordem superior sobre os de ordem inferior, nesse caso a área de mercado do centro superior seria sete vezes à dos superiores. (CAPELLO, 2006).

Os três princípios estão descritos na Figura 4, na qual os pontos representam os centros urbanos, os hexágonos sua área de influência e a linha tracejada a relação igualdade entre eles. A dimensão dos pontos varia de acordo com seu grau de influência, sendo os maiores mais representativas na economia regional.

Figura 4 – Modelo de áreas de mercado dos três princípios de Christaller (1933)



Fonte: Monastério e Cavalcante, 2011, p. 58-59.

Da esquerda para a direita: áreas de mercado segundo o princípio de mercado, o princípio de transporte e o princípio administrativo.

Apesar do modelo proposto por Christaller apresentar algumas limitações, como a distribuição desuniforme da riqueza, as diferenças geomorfológicas dos espaços físicos e a imprevisibilidade da escolha do local de compra dos consumidores, o modelo é altamente útil e aplicável em políticas públicas, orientando a escolha da localização de centros e serviços de alta ordem, como universidades, hospitais e centros de pesquisa, na iniciativa privada é aplicada no planejamento de rotas de transportes, escolha da localização de novos parques industriais e orienta as firmas na compreensão da geografia econômica regional.

3.4 AS ÁREAS DE MERCADO DE LÖSCH (1939)

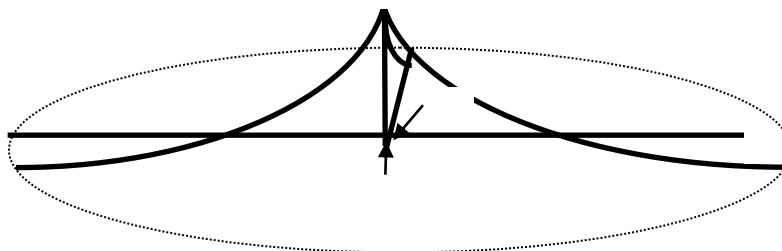
Apoiado nos pressupostos de aglomeração da teoria de Christaller, August Lösch também propõe que cada empresa abrange uma área de mercado, entretanto, estas podem se agrupar em um mesmo espaço físico e diminuir os custos de transporte e aumentar as

externalidades positivas da aglomeração, mantendo seu consumidor próprio, área da atuação e abrangência. Os principais ganhos estão na distância, produção em grande escala e concorrência (ALVES, 2011).

Em sua obra publicada em 1940, intitulada “A ordem espacial da economia”, Lössch foi o primeiro a relacionar em um único modelo a interação da demanda, preço final, distância e elasticidade de preços na receita final das firmas. Na relação entre distância e preço final o modelo coincide com Von Thunen e Christaller, resultando em um gráfico com preço final crescente à medida que se aumenta a distância de deslocamento do produto. Ao relacionar este aumento dos preços com a quantidade demandada a relação torna-se inversamente proporcional, reduzindo a demanda na medida que os preços sobem, porém sob influência da elasticidade-preço do produto, que quando é menor a queda da curva de demanda é mais lenta.

Para Lössch a demanda máxima estaria no ponto de origem do produto, reduzindo à medida que se afasta, principalmente em função do aumento do custo final do produto, tornando-se nula a partir de um ponto extremo. A área formada entre a quantidade demandada e a distância máxima representa o total de vendas da empresa em unidades e, quando rotacionada, dá forma à um cone que corresponde à receita total da empresa (Figura 5).

Figura 5 – O cone de Lössch (1940)



Fonte: Adaptado de Monastério e Cavalcante, 2011, p. 61.

O modelo gráfico pode ser expresso matematicamente através de uma equação, onde R é a receita total da empresa, q é a demanda do produto e varia em função do preço P_0 na origem acrescido do custo de transporte de acordo com a distância d . A integrada da curva determina sua área e ao rotacionar em volta do eixo y determina o volume do sólido, definindo a receita total da firma na determinada situação de mercado.

Para a validação de seu modelo, Lössch determina algumas premissas obrigatórias para os espaços geográficos, o mercado e os consumidores e empresas (BASTOS, 2007, p. 6):

- a) para o espaço: a distribuição espacial das matérias-primas, do trabalho e do capital é uniforme, assim como a infraestrutura de transporte e os custos de transporte são proporcionais à distância percorrida;
- b) para o mercado: o mercado é homogêneo, de concorrência monopolística e a demanda do produto é dada pela acessibilidade e densidade da população. Esta demanda do produto criada pela população gera a demanda do transporte. Os custos de transportes também definem a área ótima de mercado. Caso ocorra um excedente de produção, cria-se economias de escala a abrange-se à área de mercado até o ponto máximo de custos de transporte;
- c) para as firmas e consumidores: Os consumidores se distribuem de forma uniforme, assim como suas preferências e seus rendimentos. Sua otimização de compra ocorre próximo ao ponto de origem do produto e se orientam pela utilidade dos produtos. Já para as firmas considera-se uniforme as tecnologias de produção e a estrutura de custos, além de ser orientadas pela maximização de lucros.

Estas suposições permitem que o modelo de Lösch possa ser adaptado à outras regiões sem prejudicar sua aplicabilidade e reproduza efeitos similares em diversas realidades. As “áreas de mercado” de Lösch assemelham-se à hierarquia urbana proposta por Christaller, entretanto, diferencia-se das demais teorias da localização ao inserir outras variáveis como fatores determinantes da localização ótima e destacar como fator de sucesso a busca pela maximização dos lucros, e não os custos mínimos de produção.

3.5 A LOCALIZAÇÃO E ECONOMIA ESPACIAL DE ISARD (1956)

Walter Isard (1919-2010) exerceu um papel singular no curso das teorias da localização, tornando-se o principal difusor dos pressupostos teóricos e o primeiro autor a desenvolver uma obra de relevância sobre a localização das atividades econômicas fora do idioma alemão, publicando, em 1956, a obra *Location and Space Economy*. Nesta obra Isard propõem a incorporação de modelos teórico-econômicos para analisar o espaço geográfico e as localizações industriais, instituindo uma linha de pensamento conhecida como Ciência Regional. Seus estudos posteriores abordaram o comportamento econômico sob influência da variação espacial, principalmente aqueles relacionados aos custos de transporte, rendimentos crescentes e economia externa (KRUGMAN, 1994).

Apesar de considerar todas as principais teorias em sua análise, foi de Weber que Isard mais se aproximou, normatizando um modelo de minimização de custos, no qual analisa a troca de elementos quando ocorrem variações de preços nos insumos. A proximidade com Weber se dá em função da forma como Isard classifica os fatores locacionais, considerando como fator central na escolha locacional os custos de produção e transporte, determinando a distribuição espacial das atividades econômicas (DONDA, 2002).

Em seu estudo Isard harmonizou as teorias de Von Thünen, Weber e Lösch, abrangendo os efeitos das variações espaciais sobre as atividades econômicas. Segundo Krugman (1998) os impactos observados no horizonte da economia espacial estão diretamente correlacionados com a tendência do mercado em basear-se na concorrência perfeita durante as análises econômicas, devido a isso, se faz necessário aproximar-se da concorrência imperfeita e rendimentos crescentes para aplicação de uma análise empírica, explorando a interdisciplinaridade no estudo da localização e criando uma conexão entre ferramentas utilizadas para análise econômica e a periferia intelectual.

Logo que as obras de Isard começaram a ser traduzidas para outros idiomas, inicia-se uma fase de despertar de interesses em um grupo numeroso de autores dedicados ao estudo da temática da localização e, em consequência disso, surgem teorias mais complexas e detalhadas, como a obra de Motta (1960) que discorre sobre fatores de orientação industrial, caracterizada por estudos empíricos sobre teorias da localização a partir de diversos ambientes regionais no Brasil. Embasado em Isard, Motta (1960) define cinco fatores principais na orientação industrial, sendo estes as matérias-primas, o mercado, a mão-de-obra, a energia para atividade produtiva ou outro fator específico para determinado empreendimento.

Apoiado na Ciência Regional desenvolvida por Isard, Krugman (1998) argumenta que as concentrações populacionais e as atividades econômicas baseadas no comércio são suficientes para explicar as vertentes de distribuição entre as atividades agrícolas e industriais, sendo o deslocamento de um setor influente sobre o outro. O autor acrescenta ainda que, em conjunto, estes segmentos promovem o desenvolvimento da economia regional e a integração entre os agrupamentos empresariais, desenvolvendo indicadores socioeconômicos mais sólidos.

Essa integração entre os fatores históricos e físicos exige ações múltiplas de vários agentes responsáveis pelo desenvolvimento de políticas econômicas e sociais através da utilização do conceito de ciência regional, com isso as consequências acarretadas durante o desenvolvimento regional e urbano são reflexo do cenário econômico, pois o ambiente econômico favorável está ligado à diretriz de concentração espacial e locacional

(LIBERATO, 2008). Assim, a Ciência Regional de Walter Isard contribuiu consideravelmente para a formação de modelos teóricos de localização das firmas e métodos empíricos de análise espacial, incluindo a maioria dos modelos de *input-output* regionais empregados atualmente.

4 AGROINDÚSTRIAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: TEORIA E O CASO BRASILEIRO

Acompanhando as transformações tecnológicas e institucionais ocorridas na estrutura econômica moderna, a função das propriedades agrícolas e a agricultura tradicional também foram transfiguradas, abdicando do modelo produtivo de subsistência para um formato comercial e globalizado. Uma das características dessa metamorfose no setor é a segmentação do processo produtivo em etapas, onde a produção e fornecimento de recursos encontra-se nas propriedades agrícolas e as atividades de transformação concentram-se “fora da porteira”, ou seja, organizações externas às propriedades rurais, altamente especializadas e dedicadas ao beneficiamento dos produtos oriundo de “dentro da porteira”, encarregando-se também pela distribuição dos produtos finais. Além do produtor e das agroindústrias, integra-se ao agronegócio complexas estruturas de apoio, como indústrias de bens de capital, indústrias químicas, serviços bancários, instituição de pesquisas agrícolas, entre outros. Este conjunto de relações interdepartamentais entre os agentes envolvidos nas cadeias produtivas do setor primário denomina-se de complexos agroindustriais (ARAÚJO; PINAZZA, 1990).

Existem duas definições de agroindústria segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (PBDCT 1982, p. 19), classificadas em caráter conceitual ou operacional. A agroindústria de caráter conceitual define-se como aquela dedicada à produção alimentícia, seja elaborando a matéria-prima em produtos intermediários ou produtos de consumo final, já as agroindústrias operacionais dedicam-se à produção dos insumos e bens de capital.

Esta relação de interdependência entre os sistemas agrícolas e industrial é conhecida desde o século XVII, quando os agricultores utilizavam parte da produção para consumo próprio e outra parte vendiam para os artesãos, dos quais também compravam os equipamentos necessários para a produção. Hoje esta relação entre produtor e indústria permanece, porém com intermediários especializados e ainda mais complexa, considerando a evolução das instituições e do conjunto de insumos necessários para produção, como bens de capital, matéria-prima, produto final, comercialização e sistemas financeiros (RAMOS; REYDON, 1996).

Na literatura contemporânea a relação entre agricultura e indústria encontra-se presente em diversas correntes, mas sobretudo na corrente do desenvolvimento econômico regional, onde Perroux (1967) destaca a importância elementar da indústria para agregar valor aos produtos primários, ainda mais nos países retardatários e com economia embasada no sistema agrário-exportador. Já Hirschman (1961) destaca a viabilidade em expandir as

agroindústrias, uma vez que compõe o setor seguinte aos produtos agrícolas e possuem significativa capacidade em propagar o desenvolvimento, já que criam demanda no âmbito nacional e, possivelmente, oferta no âmbito internacional.

Ao buscar caminhos que possam apontar os encadeamentos, propõe que os encadeamentos para frente de um determinado setor sejam medidos pela proporção de seu produto total destinado às outras indústrias, e não à demanda final. E para o efeito de encadeamento para trás, através da medida da porcentagem de seu produto, que representa compras de outros produtos do mesmo setor e/ou de outros setores. (HIRSCHMAN, 1961, 150-161). Assim sendo, pondera:

[...] essas duas avaliações da extensão em que uma indústria qualquer se entrelaça com outras no âmbito da economia nacional podem ser tomadas como representativas dos efeitos em cadeia retrospectivos e prospectivos da ligação de uma indústria com outras na economia nacional somente na base de uma experiência mental. Teríamos que imaginar, em relação a cada indústria das redondezas, que o desenvolvimento do país houvesse começado por ela, de modo que se tenha a ilusão de terem as suas compras e vendas a outras indústrias nacionais se desenvolvido em consequência de sua criação. (HIRSCHMAN, 1961, p. 162).

4.1 O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NO BRASIL

A história brasileira manifesta-se profundamente concatenada com as atividades agroindustriais e remete seu início ainda no período colonial através dos engenhos dedicados à transformação da cana-sacarina em açúcar e permanece presente durante o ciclo do café, que se estende até 1930. Entretanto, neste período o Brasil é um país basicamente agrário-exportador, sendo caracterizado por Furtado (2007, p. 165) como um país “sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional”. Após 1930, em virtude das restrições decorrentes da crise mundial, das políticas desenvolvimentistas da Era Vargas e com o capital acumulado durante o ciclo do café, inicia-se o período conhecido como Revolução Industrial Brasileira, entretanto, mais voltado ao setor siderúrgico (CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

O setor agroindustrial volta a ter destaque a partir dos anos 1970, quando dois fatores alteram sua estrutura de demanda. Primeiro, as políticas de incentivo à exportação de produtos agrícolas semi-processados, o segundo fator deve-se à urbanização brasileira que levou a um aumento do consumo interno de produtos semelhante à de economias desenvolvidas. Ao longo da década de 1980, em decorrência das dificuldades macroeconômicas ocorre uma

abrupta redução de subsídios nas taxas de juros e do crédito rural, induzindo o governo à implantar as Políticas de Garantia de Preços Mínimos (PGPMs) – afim garantir a renda dos produtores rurais (RAMOS; REYDON, 1996).

Ainda nos anos 1980 ocorre a “Revolução Verde”, um considerável processo de modernização da agricultura mundial, que somado ao desenvolvimento dos centros urbanos em virtude do êxodo rural e o início da globalização, estruturam importantes setores dedicados ao fomento das atividades rurais, como fornecedores de máquinas, implementos, defensivos e demais insumos agrícolas. Estes processos de modernização conduziu as atividades econômicas para especialização, caracterizada por produção em larga escala e redução nos custos.

A urbanização e o avanços tecnológicos reestruturaram o setor agrícola, que segundo Araújo (1990) foi segmentado em “antes da porteira”, que diz respeito aos fornecedores de insumos, “dentro da porteira” referente à especialização da produção e cultivo e “após a porteira”, que se refere ao armazenamento e comercialização dos produtos finais. Ao relacionar os dois primeiros segmentos, nota-se que a maior mudança se refere ao aumento tecnológico em decorrência dos investimentos aplicados em P&D. Já no segmento “após a porteira”, observa-se além da modernização, o aumento no capital de giro, produção em escala, verticalização produtiva e deslocamento das plantas industriais em busca da localização ótima.

As agroindústrias de transformação, objeto do estudo de caso que será discorrido no capítulo seguinte, encontram-se como “após a porteira”, constituindo um elo fundamental entre os produtores e consumidores finais, embasando assim a demanda dos produtores pelos produtos elaborados “antes da porteira”. Além disto, as agroindústrias constroem um alto grau de encadeamentos produtivos, tanto em via agrícola no consumo de matérias-primas como em via urbana, no processamento e distribuição dos produtos. Outras características intrínsecas dos frigoríficos são o aumento do conhecimento técnico-científico, formação de uma rede de empresas satélites e grande demanda de força de trabalho, fatores que contribuem para o aumento da população urbana e conseqüente desenvolvimento econômico regional.

Segundo o PBDCT (1982), as agroindústrias podem ser classificadas em quatro grandes categorias, sendo as multinacionais autossuficientes, de capital aberto, sistema verticalizado e com seus próprios laboratórios de pesquisas; os oligopólios, geralmente de capital nacional e que, por não possuir laboratórios desenvolvidos, compram a tecnologia importada; as empresas emergentes, de âmbito regional e sem grande capacitação tecnológica

e as agroindústrias de pequeno e médio porte, caracterizadas pela carência de capital de giro e de tecnologia.

4.2 O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE CARNES

A pecuária caracteriza-se como uma das principais atividades produtivas ao longo da história do Brasil, não apenas sob o viés econômico, mas também detém uma função para o desenvolvimento socioeconômico, uma vez que constitui a principal fonte de proteína para a alimentação humana, elemento essencial para a sobrevivência e de células e enzimas. Inicialmente os rebanhos eram criados de modo rudimentar e com pouco conhecimento técnico, assim como também não existiam regulamentos de inspeção para o abate e processamento das carcaças. Este panorama primitivo manifesta-se presente até o início do século XX, quando a expansão do conhecimento técnico advindo das universidades e a crescente demanda por alimento nos centros urbanos justificam pesquisas de melhoramento genético e manejos dedicados ao aumento da produtividade zootécnica.

Apesar da proteína de pescados ser a mais consumida no mundo, 87,2% (FAO, 2014) provém de águas marinhas, atividade basicamente extrativista. Assim, além das carnes de suíno e frango ser a segunda e terceira mais consumidas no mundo, também compõe os complexos agroindustriais mais importantes das cadeias de carnes, formando extensos encadeamentos produtivos na sua elaboração. Em 2015 a carne representou 26% produção total de carnes, alcançando 110 milhões de toneladas, concentrando-se 49,7% na China, 21,1% na União Europeia e 10,1% nos EUA. O Brasil é o quarto maior produtor, com 2,9% do total e o sexto consumidor em termos absolutos, com 2,2% da produção mundial. As exportações de carnes suínas brasileiras representa 15% da produção anual, sendo os principais destinos a Rússia (45%) e Hong Kong (23%) (ABPA, 2016). Já o mercado de carnes de frango concentra 20,50% da produção total nos EUA, 14,54% no Brasil 13,90% na China. (BNDES, 2015, p. 106).

A partir destes dados é possível observar algumas peculiaridades para cada mercado, o setor de carnes suínas apresenta alta concentração de produção, enquanto o setor de aves é mais disperso. Outra especificidade do setor suinícola é o elevado grau de autossuficiência dos países consumidores, assim, pode ser observada a partir da tabela 1 a parcela reduzida da produção dedicada ao mercado externo. Esse fator tornou a carne de frango um importante produto para a expansão dos complexos agroindustriais, uma vez que na década de 2000

tornou-se o principal produto para exportação brasileira na cadeia de carnes, enquanto os cortes suínos destinavam-se em grande parte para o mercado interno (ABPA, 2017).

Entre os maiores importadores estão a Federação Russa, Japão e México, com 60% das importações e os maiores exportadores são UE, seguida por EUA, Canadá e Brasil.

Tabela 1 – Produção, crescimento e comércio mundial de carnes (mil t)

Carnes	Produção (mil t)	Taxa de crescimento anual (2005-2015)	Exportações	Participação exportação na produção total
Pescados	167.285	2,30%	35.228	21,10%
Suíno	110.321	1,60%	7.208	6,50%
Frango	88.712	3,50%	10.273	11,60%
Bovino	58.389	0,40%	9.554	16,64%

Fonte: Relatório do BNDES (2015, p. 106).

Em 1913 instala-se em Barretos (SP) o primeiro frigorífico do Brasil, a ‘Companhia Frigorífica e Pastoral’ e em 1923 é adquirida pelo Grupo Vestey, marcando o início de um oligopólio do capital estrangeiro sobre as indústrias do setor, dominado pela britânica Anglo e mais três empresas norte-americanas, a Wilson, Swift e Armour. Esse período de hegemonia se expande até 1941, quando o Congresso de Pecuaristas de Barreto consegue um Decreto-lei que limita a ampliação de rebanhos e frigoríficos de capital estrangeiro. O processo de nacionalização do setor de carnes manifesta-se a partir de 1940, conduzindo no sentido oposto aos demais setores nacionais, uma vez que a tendência das demais indústrias nacionais era se internacionalizar.

Na década de 1950, o controle de frigoríficos estrangeiros sobre os preços da carne bovina incita uma ala do Congresso Nacional à aprovar medidas destinadas à expandir os frigoríficos nacionais pelo Brasil Central, buscando garantir o abastecimento dos centros urbanos. Segundo Mamigonian (1976, p. 108), a aplicação destas medidas ocorre:

[...] somente em 1951, durante o governo Getúlio Vargas, foram tomadas várias medidas – empréstimos bancários, isenções de taxas, etc. – apoiando a implantação de novos frigoríficos no interior do Brasil Central. Este estímulo foi recebido prontamente pelos invernistas de São Paulo e Mato Grosso, que passaram a montar, na década de 1950, vários frigoríficos nas suas áreas de engorda [...]. Igualmente o governo de Minas Gerais organizou plano de instalação de quatro frigoríficos regionais [...] (MAMIGONIAN, 1976, p. 108).

Neste processo de reter a expansão do capital estrangeiro, manifesta-se o estabelecimento de cooperativas frigoríficas no Sul e Sudeste do país entre as décadas de

1940 à 1970, iniciando a estruturação de um intenso complexo agroindustrial de aves, suínos e soja nestas regiões (BORGES, 2006).

A partir de 1970, com a criação da EMBRAPA e tecnificação dos processos produtivos, forma-se uma sólida cadeia produtiva de grãos e carne, definido por Rizzi (1993, p. 63) como “um marco na industrialização de frango”. Nesse período instalam-se 36 firmas abatedoras de aves no Sudeste, 30 na região Sul e 14 em outros estados brasileiros.

Para Espíndola (2002) a consolidação ocorrida no Sul e Sudeste do país acontece em virtude da modernização tecnológica, da presença de culturas agrícolas chaves na região e das mudanças no hábito alimentar da população. Neste contexto, destacam-se duas grandes agroindústrias na região Sul, a Perdigão e a Sadia.

Para Cleps Jr. (1998, p. 151) o complexo agroindustrial da soja representa um alicerce fundamental para as indústrias de carnes, considerando que:

O complexo de oleaginosas interage com um total de vinte e oito diferentes produtos (óleos, gorduras e grãos), além de que o seu componente principal – a soja - é o que possui maior grau de interrelação com outras cadeias, notadamente com a cadeia rações-carne (CLEPSJR., 1998, p.151).

A partir de 1975 molda-se a base para a industrialização moderna do CAI frigorífico, surgindo a especialização das raças de aves e suínos, o sistema de criação totalmente confinado e a estrutura de integração e parceria. Entre 1975 e 1988 o frango inteiro torna-se o principal produto de exportação e ao longo da década de 1990 inicia-se o processamento de frangos e suínos, expandindo a variabilidade de cortes e produtos (HELLMEISTER FILHO, 2002).

Nos anos 2000 a economia chinesa manifesta uma considerável expansão e aumenta a demanda internacional por alimentos, elevando os preços de produtos processados e matérias-primas, beneficiando as empresas brasileiras de *commodities*. Consolidadas no mercado nacional, as empresas frigoríficas sob a fiscalização do SIF passam à atender o mercado externo (COUTINHO; HIRATUKA; SABATINI, 2005).

A estrutura de governança atual do complexo agroindustrial caracteriza-se pela verticalização do processo produtivo, onde as etapas de produção agropecuária são repassadas as parcerias de integração e o fornecimento dos insumos utilizados mantem-se sob controle das integradoras, como a genética, ração, assistência técnica e demais produtos utilizados. Já a etapa de abate e processamento ocorre em grandes plantas industriais, com alta tecnologia, terceirização de etapas e à cargo da integradora, possivelmente de capital aberto. Esta

estrutura garante segurança e continuidade no fornecimento de animais, qualidade da matéria-prima e rastreabilidade do processo produtivo, permitindo atender mercados mais exigentes e com maiores patamares de preço (FARINA, 1996).

As vantagens da integração também são observadas por Gomes (2008), afirmando para os produtores rurais há segurança no recebimento do repasse do produto, garantia dos preços previamente acordados, assistência técnica, diminuição dos custos necessários para produção e dos riscos, além do usufruto das externalidades geradas no processo, como o aproveitamento de dejetos para agricultura. Para as integradoras, as vantagens são a garantia de matéria prima no momento necessário, controle das etapas de produção, garantia da qualidade exigida pelos consumidores finais e diminuição do capital imobilizado na estrutura produtiva.

Somado à estas vantagens, Crotty (2005) argumenta que o mercado tende cada vez mais à financeirização, sendo que os ativos das empresas centrais são essencialmente não líquidos e a imobilização de capitais à longo prazo apresenta riscos e aumenta os custos onerosos, impactando a lucratividade das empresas e de seus acionistas. Assim, segundo Juruá (2005), as empresas tendem a concentrar sua geração dos lucros em mercados de capitais, títulos de dívidas e valores mobiliários, o que concede maior liquidez e fluxo mais rápido dos recursos, atraindo a atenção dos investidores.

Por outro lado, Porter (1986) aponta algumas desvantagens e riscos associados ao sistema vertical de integração, como flexibilidade reduzida para trocar os parceiros, necessidade de investimentos de capital para construir as granjas, aumento da alavancagem operacional e aumento nos custos de transação.

4.3 EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS: A MARCHA PARA O OESTE

Os projetos de colonização destinados à “ocupação dos espaços vazios” remontam ao Estado Novo, já presentes nos discursos de Getúlio Vargas em 1941 e oficializados nos decretos nº 3.069 de 1941, nº 4.0504 de 1942 e nº 6.117 de 1943, sobre criação de colônias agrícolas e núcleos agroindustriais (VARGAS, 1941). Entretanto, é a partir do regime militar nos anos de 1970 que inicia-se a concretização da ocupação econômica das regiões Norte e Centro-Oeste, atendendo à interesses geopolíticos do governo militar que mostrava-se preocupado com a vulnerabilidade do território nacional às “invasões estrangeiras” e à interesses econômicos, relacionados com a exploração de recursos naturais e incorporação produtiva destas áreas para aliviar tensões e conflitos por terras na região Sul.

O projeto de colonização é inicialmente estruturado pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado em 1972, no qual destaca-se como estratégia para a ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste a abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, a desapropriação de terras devolutas para projetos de colonização e concessão de subsídios para a fluxos migratórios. Em 1975 é lançada uma segunda versão do plano, o II PND, porém com uma novo viés à respeito da ocupação, reforçando também a incorporação no sentido econômico para atender demandas do comércio internacional:

A ocupação de novas áreas deverá continuar, como processo importante de expansão da agropecuária, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola, e tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído colocou à disposição do setor imensas áreas do Centro-Oeste e na Amazônia” (Br. Pres., 1974:42).

A expansão da nova fronteira agrícola começa a se consolidar, convergindo com estudos realizados ainda na década de 1960 pelo IPES que defendiam o fato de o “território brasileiro não necessitar de reforma agrária, mas de um planejamento de ocupação” (Delgado, 1988, p. 62). No II PND o Centro-Oeste detém uma participação mais centralizada nas políticas colonizadoras, contando também com fomento da SUDECO, criada em 1967 no contexto desenvolvimentista da CEPAL, do PRODECER em 1974 e POLOCENTRO em 1975.

Adjacente às políticas desenvolvimentistas, inicia-se nos anos 1970 a expansão do cultivo da soja no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, avançando na década seguinte para o Centro-Oeste junto com os colonizadores sulistas. Este avanço da soja torna-se possível em virtude de um conjunto de fatores, como desenvolvimento de cultivares adaptadas ao cerrado, formação de conhecimento técnico-científico advindas da EMBRAPA, plantio direto, modernização agrícola resultada da Revolução Verde, desenvolvimento de infraestrutura logística e mercado de demanda internacional crescente.

Este arranjo de fatores em associação à boa cotação da *commoditie* no mercado internacional provocou um impulso do cultivo da soja na década de 1990 e consolidou a economia agrícola no Centro-Oeste, atraindo para a região multinacionais no comércio de grãos, indústrias de óleos, farelos e rações, além de expandir o plantio também para outras regiões (MÜLLER, 1989).

Essa expansão das atividades agrícolas segmentou o Brasil em quatro regiões produtoras de cereais, que de acordo com Cleps Júnior (1998, p. 88) são:

1) Região Tradicional: formada pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo; 2) Região de Expansão Consolidada: compreende os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal; 3) Região de Expansão Recente: abrange a Bahia, Piauí e Maranhão; 4) Região de Potencial de Expansão: formada por Rondônia, sul do Amazonas, leste do Pará, sul do Maranhão e leste do Tocantins.

A partir dos anos 2000 é desencadeada uma crise de estagnação no modelo produtivo agrícola mato-grossense, gerada pela falta de dinamismo da economia regional, altos custos de escoamento da produção e queda significativa dos preços da soja no mercado internacional. Por outro lado, as unidades frigoríficas concentradas na região Sul também começam a encontrar obstáculos para sua expansão, limitadas pelo alto do preço do milho na região decorrente de desequilíbrios entre oferta e demanda e excessiva concorrência de empresas similares. Assim, encontrando no Centro-Oeste unidades de processamento de soja estruturadas, milho à baixo custo e condições climáticas favoráveis à produção agropecuária, as empresas do setor de carnes adotam estratégias de expansão e implementam novas unidades no cerrado brasileiro, estruturando assim cadeias produtivas de carne/grãos na região (MAZZALI, 2000)

Segundo Talamini, Santos Filho e Canever (1998), as questões ambientais também compõem um expressivo limitante para expansão das atividades de suínos e aves na região Sul, como o odor, poluição dos recursos hídricos e o manejo dos dejetos, estimulando ainda mais a migração sentido ao Centro-Oeste. Somado à isto, apesar do Centro-Oeste situar-se distante dos grandes centros, encontra-se próximo de mercados potenciais, como as capitais das regiões Norte e Centro-Oeste e, no caso das plantas situados em Goiás, próximas ao Distrito Federal, Triângulo Mineiro e Grande Belo Horizonte, afirmando assim que “a partir do final da década de 80 tem crescido o interesse na expansão [de aves e suínos] para regiões não-tradicionais, como para os estados da região Centro-Oeste” (TALAMINI; CANEVER; SANTOS FILHO, 1998, P. 1).

Este movimento migratório das indústrias de carnes também é verificado no estudo de Helfand e Rezende (1998), o qual dedica-se à compreender até que ponto a diferença nos custos dos grãos justifica o deslocamento das agroindústrias do Sul para o Centro-Oeste, realizando para isto uma análise da estrutura espacial dos preços de milho e da distribuição dos estoques de aves e suínos entre as regiões, concluindo que:

Assim, parece-nos que, apesar de baixos custos com ração poderem ter sido um componente da motivação, a oportunidade de captar economias de escala na produção e reduzir os custos de transação pode estar sendo fator-chave de atração da produção para o Centro-Oeste [...]. A vantagem do deslocamento para o Centro-

Oeste poderá crescer ao longo do tempo se os custos de transporte forem reduzidos. Caminhões mais eficientes, melhor infraestrutura, melhor desregulamentação das ferrovias e melhor utilização dos contêineres, tudo isso tem o potencial de reduzir os custos de transporte no médio e longo prazo. (HELFAND; REZENDE, 1998, p. 32).

De encontro à este ponto de vista, ao observar a instalação da Perdigão/BRF em Rio Verde, Faveret Filho e Paula (1998) concorda que de forma isolada o menor custo de insumos não representa um fator determinante para este novo arranjo espacial, uma vez que os custos para deslocamento do produto final até os mercados consumidores também aumentaria, admitindo como fatores atrativos novas formas de organização que permitem otimizar os ganhos de escala, uma vez que “Nos últimos anos, o padrão tradicional começou a dar mostras de esgotamento. Os custos logísticos e de gerenciamento de um grande número de integrados vêm crescendo excessivamente. [...] supervisionar os contratos de milhares de pequenos integrados, tudo isso é fonte de custos pouco compatíveis com um negócio de margens reduzidas” (FAVERET FILHO; PAULA, 1998, P. 128-129).

Ainda na observação dos fatores atrativos para o deslocamento, Goulart (2012, p. 104) aponta como benefícios custos inferiores com equipamentos em virtude da baixa amplitude térmica entre o dia e a noite, estabilidade no regime pluviométrico e conseqüente segurança na safra de grãos, condições ambientais para o manejo de dejetos e condições topográficas menos acidentadas, facilitando a edificação de granjas.

Assim, os novos projetos desenvolvidos no Cerrado brasileiro pelas cadeias produtivas de aves e suínos mostram-se alinhados com as teorias clássicas da localização ao aproximar-se dos polos produtivos e reduzir os custos com transporte de matéria-prima, angariando também vantagens ao desfrutar de outros fatores atrativos. Em contrapartida, alguns elementos da estrutura produtiva devem ser alterados, como deslocamento e qualificação de mão de obra, fornecimento de premissas básicas de bem-estar para esse contingente populacional e desenvolvimento de empresas de apoio ao processo produtivo.

5 O ESTUDO DE CASO DA BRF EM LUCAS DO RIO VERDE (MT)

O presente capítulo destina-se à apresentar o estudo de caso acerca da planta industrial frigorífica para abate de aves e suínos da BRF S.A. em Lucas do Rio Verde (MT) e as transformações na estrutura socioeconômica municipal possivelmente decorrentes da implantação da empresa motriz na região.

Inicialmente é abordado o contexto histórico de Lucas do Rio Verde, seu processo de colonização, atributos geográficos e a conjuntura econômica regional. Em seguida discorre-se sobre a empresa objeto do estudo de caso, delineando o desenvolvimento das empresas Sadia S/A e Perdigão, até sua fusão em 2009 para formar a BRF. Posteriormente apresenta-se o complexo agroindustrial da companhia em Lucas do Rio Verde, detalhando sua estrutura produtiva e investimentos aplicados, assim como o processo de implantação da unidade fabril no município e os fatores que induziram a escolha da localização pela empresa.

Por fim são apresentados os dados socioeconômicos do município dispostos em série histórica, extraídos a partir do IBGE Cidades. O recorte temporal destes dados varia conforme estão disponíveis na fonte, extraído-se em todos eles a retrospectiva temporal máxima disponível. Não foi construído um modelo econométrico que busque quantificar com exatidão o impacto da empresa na economia do município, entretanto, a partir da exposição dos dados *cross section* evidenciam-se claras alterações nos indicadores a partir de 2007, quando iniciam-se as operações de abate de aves e 2009 o abate de suínos.

5.1 A HISTÓRIA DE LUCAS DO RIO VERDE

A história de Lucas do Rio Verde tem início na década de 1970, resultado da interação entre conflitos agrários decorrentes da construção de hidrelétricas e demarcação de terras indígenas na região de Ronda Alta (RS) e da política desenvolvimentista do Regime Militar, cujo lema “ocupar para não entregar” priorizava políticas de expansão para novas fronteiras agrícolas, especialmente para a região amazônica. Assim, em 1976, sob a gestão do General Ernesto Geisel, o governo militar decreta a desocupação de aproximadamente 270 mil hectares no Médio-Norte de Mato Grosso, destinados à reforma agrária e que seriam ocupados por estas famílias sulistas. Conforme a ata de fundação:

Com a necessidade de assentamento de famílias de agricultores sem-terra do município de Ronda Alta (RS), o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Batista Figueiredo, através do Decreto nº 86.307, declarou a área como

prioritária para fins de reforma agrária, e pelo Decreto nº 86.306, ambos de 24 de agosto de 1981, desapropriou grande parte da gleba”.

A ocupação da região ocorre através da abertura da rodovia Cuiabá/Santarém, prevista no Plano de Integração Nacional (PIN) e iniciada em 1971 durante o governo do General Emílio Médici, compondo uma extensão da BR-163 que interliga as regiões Norte e Sul do país. As obras foram executadas pelo 9º BEC, situado em Cuiabá e responsável por avançar sentido ao norte e pelo 8º BEC, situado em Santarém e avançando sentido ao sul, sendo o ponto de encontro a divisa entre os estados do Mato Grosso e Pará, na Serra do Cachimbo. Este encontro dos dois batalhões, representando também a conclusão da obra, ocorre em 1976.

Entretanto, o INCRA constitui a implantação do projeto de assentamento apenas em 1981, constituindo uma agrovila pertencente ao município de Diamantino. Em 1986 é constituída como distrito e no ano de 1988, em virtude da expansão das atividades agrícolas e com 5.500 habitantes conquista a emancipação político-administrativa. O nome deriva da homenagem à Francisco Lucas de Barros, seringalista que habitava a região durante a ocupação e ao Rio Verde, curso d'água que corta o território municipal.

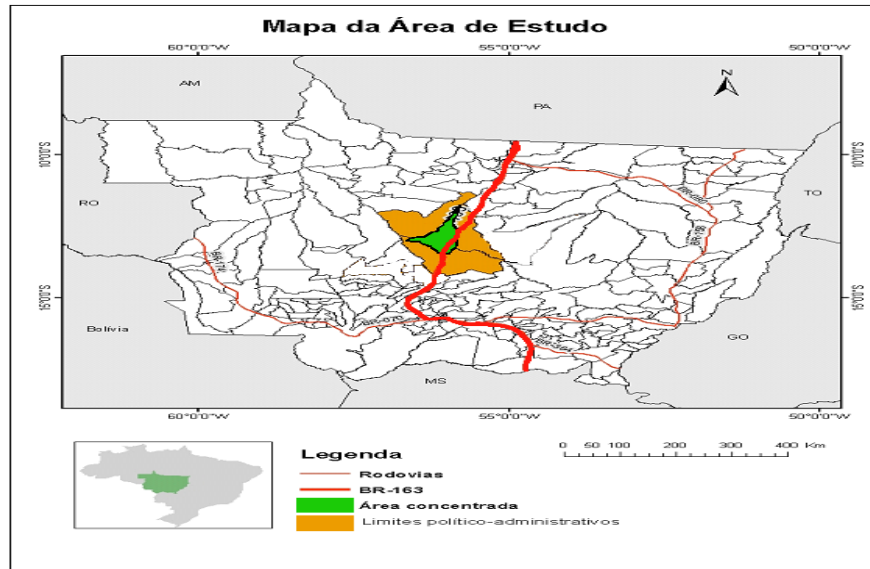
5.1.1 Geografia Local

O município localiza-se no Centro-Oeste do Brasil, na mesorregião do Norte Mato-grossense e integra a microrregião do Alto Teles Pires, sob as coordenadas geográficas de latitude 13° 01' 59" Sul e longitude 55° 56' 38" Oeste, com 398 metros de altitude, distante 334 km ao norte de Cuiabá. Por ser uma região de Cerrado, o solo predominante é do tipo latossolo distrófico, naturalmente com baixa fertilidade e arenoso. Por localizar-se em uma área de transição, denominada de Amazônia Legal, a vegetação varia entre Cerrado e Floresta Amazônica, com temperatura média anual de 27,7 °C e sob o clima classificado como Tropical de Savana, com duas estações bem definidas. A precipitação pluviométrica média anual é de 2.300 mm, porém predominante entre os meses de setembro a abril, que compõe a estação chuvosa e elevam os níveis do Rio Verde, Cedro, Divisão e o Córrego Lucas.

A população estimada pelo IBGE (2018) é de 63.411 habitantes, sendo 40.095 eleitores, vivendo 93,19% na zona urbana, com IDH de 0,768, considerado e ocupando a segunda colocação no ranking de Mato Grosso. A extensão territorial do município é de 3.645,23 Km², divididos entre área urbana, rural, o distrito de Groslândia e nove Agrovilas: Itambiquara, Nossa Sr^a. do Rosário, Campinho Verde, KM 30, Nossa Sr^a. Aparecida, Santa

Bárbara, Santa Teresinha, São Cristóvão e Nossa Sr^a. Consoladora. A localização de Lucas do Rio Verde no Mato Grosso é apresentada na Figura 6, assim como os municípios limítrofes destacados em laranja, que são Sorriso, ao norte e ao leste; Nova Mutum, ao sul Tapurah ao oeste.

Figura 6 – Mapa da localização de Lucas do Rio Verde no estado



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Vieira (2008).

5.1.2 Economia do Município

A economia do município de Lucas do Rio Verde fundamenta-se no setor agrícola, regimentado pelo cultivo de duas monoculturas de lavoura temporária, a soja e o milho. O cultivo de soja define-se como safra de verão, sendo permitido o plantio entre 16 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, não sendo permitindo permanência da cultura após 15 de junho, em função de restrições sanitárias para controle de ferrugem asiática (DOU, 2015). O cultivo de milho caracteriza-se como segunda safra, sendo plantado logo após a colheita de soja. Além destas duas *commodities* também se cultiva o algodão como safra seguinte à soja, fomentando grandes estruturas de beneficiamento de fibra. Em 2015 foram produzidas mais de 765 mil toneladas de milho, 718 mil toneladas de soja e mais de 78 mil toneladas de algodão (IBGE, 2015).

O complexo soja e milho representa cerca de 1% da produção nacional de grãos, fomentando um ciclo responsável pela formação de grandes propriedades na região, caracterizadas por alta tecnificação, expressiva aplicação de capital e cultivo intensivo do solo, possibilitando um aumento significativo da produtividade da oleaginosa (gráfico 13). Quanto

à atividade agropecuária, Lucas do Rio Verde abriga a maior planta industrial frigorífica da América Latina, com potencial de abate para 700.000 aves e até 9.000 suínos, se operar em três turnos. Através da Lactivit o município também possui uma cadeia produtiva de leite, chegando a 21000 litros de leite/mês (LUCAS DO RIO VERDE, 2016).

As pequenas propriedades restringem-se em torno da cidade, dedicadas à produção de leite, mel, peixes, verduras e hortaliças para abastecer o mercado local, efetuando as vendas para os mercados privados, feiras de produtor local ou para merenda escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PIB de Lucas do Rio Verde em 2015 foi de R\$ 2.997.831 mil reais e o PIB per Capita de R\$ 51.982 mil. O salário médio da população foi estimado em 2.8 salários mínimos/mês. A matriz energética baseia-se na Pequena Central Hidrelétrica Canoa Quebrada, situada no Rio Verde entre os municípios de Lucas do Rio Verde e Sorriso. Inaugurada em 2007, sua potência energética é de 28 MW, com capacidade de fomentar o consumo para de 100 mil habitantes, vendendo a energia excedente para a Eletrobrás (Proinfa).

Investe-se muito em desenvolvimento sustentável nessa região, uma vez que faz parte do Bioma Amazônia Legal e Cerrado. Existe o programa Lucas do Rio Verde Legal que é uma parceria do município juntamente com a procuradoria do estado, a secretaria estadual de meio ambiente uma ONG chamada TNC. Esse projeto tem como finalidade a regulamentação das propriedades rurais da cidade em acordo socioeconômico com a conservação ambiental.

5.2 O GRUPO BRF

O grupo Brasil Foods S.A. é uma das maiores companhias de alimentos do mundo e a 8ª maior empresa brasileira em 2016, possuindo US\$ 13,7 bilhões em ativos e receita de US\$ 14,1 bilhões. Hoje os produtos da companhia alcançam mais de 150 países, empregam diretamente mais de 100 mil funcionários e distribuí 50 fábricas em oito países, Argentina, Brasil, Emirados Árabes, Holanda, Reino Unido, Tailândia, Turquia e Malásia, resultado de uma vertiginosa política de internacionalização. A empresa surge da fusão de duas gigantes do setor em 2009, a Sadia S/A e Perdigão.

Este monumental empreendimento industrial tem origem simples, sendo o oeste catarinense o ponto de partida das duas empresas ainda na primeira metade do século XX. A Perdigão é fundada em 1934 na cidade de Videira por Saul Brandalise, dez anos depois, em

Concórdia, é assinada a ata de fundação da Sadia S/A. Este início é registrado na Revista Sadia 50 anos: construindo uma história (1994, p. 110):

No dia 7 de junho de 1944, em Concórdia, meio oeste catarinense, 27 acionistas, liderados por Atilio Fontana, assinam a ata de fundação da Sadia. O cenário não poderia se mais simples - um pequeno moinho de trigo e os alicerces e as paredes de um frigorífico de suínos em construção [...]. Em pouco tempo, produtos como farinha, banha, lingüiça e salame começaram a levar a marca Sadia cada vez mais longe, vencendo os atoleiros das estradas e a lentidão dos trens”.

A partir dos anos 50 as duas empresa acompanham o fluxo de expansão do setor de carnes no mercado interno, favorecidas pela localização propícia para a atividade e por políticas governamentais que visavam expandir as atividades de capital nacional frente às estrangeiras. A partir de 1970, os avanços de tecnologias de processamento, ganhos de melhoramento genético advindas da EMBRAPA e difusão dos campos de soja e milho pelo Brasil propiciam a expansão das atividades frigoríficas, que encontram nos centros urbanos brasileiros um representativo mercado para seus produtos.

O comércio com os grandes centros leva a Sadia S/A a inaugurar uma planta industrial na zona oeste da capital paulista, a Frigobrás - Companhia Brasileira de Frigoríficos e a os primeiros contratos de exportação de carnes bovina e suína in natura congeladas – que nas décadas seguintes seria o acesso da empresa para mercados estrangeiros (SADIA..., 2005).

Na década de 1980 a empresa é favorecida pela “Revolução Verde”, que consegue reduzir custos de produção e expandir seus negócios sentido ao Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. O aumento expressivo nas vendas e produção consolida a criação da *Sadia Trading*, uma extensão da empresa destinada à centralizar as operações comerciais no exterior, estabelecendo relações com o Oriente Médio, Japão e Hong Kong. Nos anos 90 a companhia já comercializava para 40 países e destaca-se como as maiores exportadoras brasileiras. Ao longo desta década a companhia utiliza a infraestrutura destinada aos frigoríficos também para processar outros itens, como margarinas sob a marca Qualy e sobremesas com a aquisição da Miss Daisy, aumentando a diversificação de seus produtos e expandindo sua abrangência de mercado.

Após três tentativas de fusão, sendo estas em 1999, 2002 e 2006, em maio de 2009 as empresas Sadia e Perdigão se unem e a companhia passa a se chamar Brasil Foods S.A., na qual a Perdigão detém 68% das ações e a Sadia 32%. A sede é estabelecida em Itajaí (SC) e realiza-se uma oferta pública na tentativa de captar R\$ 4 bilhões, apesar da nova companhia já nascer com uma dívida de R\$ 10,19 bilhões. Diferente das tentativas anteriores, a fusão

resulta de uma profunda crise econômica da Sadia S/A após grandes perdas no mercado financeiro por uso de derivativos em 2008, decorrente da crise do *subprime*.

A concessão desenfreada de empréstimos hipotecários de alto risco nos Estados Unidos aliada ao desemprego e a elevação das taxas de juros a partir de 2006 aumentaram abruptamente o índice de inadimplência dos norte-americanos, que sendo detentores de financiamentos de longo prazo de imóveis não conseguiram cumprir os contratos e arrastaram vários bancos para situação de insolvência. Estes imóveis também estavam ligados a várias instituições financeiras mediante operações de derivativos, refletindo sobre índices e bolsas de valores de todo o mundo. Após a crise se alastrar pelas potências econômicas mundiais e países emergentes, o Dólar sofre forte valorização logo que os investidores resgatam suas aplicações, elevando as taxas de captação e gerando problemas de liquidez de curto prazo no sistema financeiro.

A prática do uso de derivativos para mitigar os riscos às variações cambiais e preços de commodities é natural, entretanto, algumas corporações utilizam deste meio para angariar receitas além das necessidades de suas atividades operacionais, configurando assim atividades especulativas sobre a ferramenta de derivativos. Segundo Filius (2010), entre 1996 e 2007 o lucro operacional da Sadia representava 57% do lucro absoluto da companhia, enquanto os 43% restantes resultaram de transações financeiras.

Até 2008 a Sadia ocupava o posto de maior empresa do setor alimentício brasileiro com receita bruta no ano de 12,2 bilhões de reais, quando ocorreu o primeiro prejuízo anual ao longo dos 64 anos de história (SANTOS, 2011). Em 2006 e 2007 os balanços manifestavam uma sólida situação econômica da Sadia S/A, sendo o faturamento elevado em 25% no período, ao saltar de R\$ 8 bilhões para R\$ 9.9 bilhões. Entretanto, em 2008 a dívida dolarizada e os derivativos foram afetados pela variação cambial e comprometeram a estabilidade financeira da Sadia S/A. No intuito de reduzir a exposição ao risco da variação cambial sobre os derivativos a Administração da Companhia decidiu liquidar antecipadamente parte das operações, assumindo o prejuízo no valor de R\$ 544,5 milhões. Após sucessivas altas do Dólar e rolagem de dívidas, a Sadia S/A encerra o ano com prejuízo de R\$ 2,5 bilhões.

O produto que gerou a expressiva perda financeira para a Sadia em 2008 é conhecido como *Target Range Forward* (TARF). Santos (2011, p. 7) classifica esta operação como:

Transação determinava entre as partes envolvidas uma taxa de câmbio pela qual as empresas venderiam seus dólares a cada mês (Strike). Caso o valor do dólar chegasse a ficar abaixo do Strike combinado, a empresa poderia vender uma

quantidade de dólares para uma instituição financeira por esse valor. Porém, caso o câmbio se depreciasse, a empresa teria que vender a instituição financeira uma quantidade representando duas vezes a taxa combinada (Strike). Portanto, considerando o cenário negativo de desvalorização cambial, a empresa deveria vender uma quantidade duas vezes maior do que comprara em um cenário favorável,

Impossibilitada de adquirir financiamento a partir do capital próprio a empresa obriga-se a recorrer aos bancos e em 2008 o passivo bancário era de R\$ 8.5 bilhões. O conjunto destes fatores catastróficos derrubou a credibilidade da Sadia junto com os investidores e as ações (SDIA4) que eram negociadas a R\$ 10,40 em 19/09/2008 caíram para 5,23 em 29/09/2008 e R\$ 2,56 em 09/03/2009 (ECONOMIA UOL, 2013). Na tentativa de recuperação a Sadia anuncia sua fusão junto a Perdigão em meados de 2009, aprovada pelo CADE em Julho de 2011.

Da fusão até o momento atual a companhia apresenta uma agressiva expansão no mercado externo, adquirindo outras companhias e estabelecendo *joint ventures* nos Emirados Árabes, Hong Kong, Macau, Kuwait, Cingapura, Tailândia, Malásia e Turquia. Destaca-se também a criação da subsidiária “Sadia Halal” em 2016, detentora dos ativos relacionados à produção e comercialização para os mercados muçulmanos.

5.2.1 O complexo agroindustrial em Lucas do Rio Verde

A edificação do complexo agroindustrial da Sadia S.A. em 2006 na cidade de Lucas do Rio Verde tem forte embasamento em condições locais de produção, entretanto, a escolha da região para implantar a unidade industrial deve-se primeiramente ao contexto macroeconômico das cadeias produtivas de grãos nos anos 2000 e às políticas de reorganização produtiva das empresas do setor de carnes frigoríficas no Brasil. Apesar do ritmo crescente das exportações de cereais para a China no início do século, a economia das regiões agrícolas começa a manifestar sinais de esgotamento produtivo em decorrência do sistema de cultivo monocultor e dos altos custos de escoamento, agravando-se em 2004 com o câmbio valorizado e retração dos preços da soja no mercado internacional. Por outro lado, as empresas frigoríficas começam a encontrar dificuldades para expandir suas atividades no Sul do país em função do aumento nos preços de milho, concentração de concorrentes por insumos e limitações ambientais (MACEDO; MORAIS, 2011)

Até 2005 o médio norte de Mato Grosso já havia consolidado um amplo complexo agroindustrial para beneficiamento de soja, entretanto, a ausência de empresas do setor de carnes obrigava os produtores e processadoras à exportar o grão *in natura* e seus derivados

para outros mercados, reduzindo o valor agregado da *commoditie* na região. Observando este desequilíbrio na estrutura de mercado das regiões agrícolas, as empresas do setor de carnes adotam novas estratégias de expansão e migram parte do processo produtivo para os cerrados brasileiros, sendo possível verificar a instalação de frigoríficos em mais municípios do eixo da BR-163, como a Perdigão e a Excelência em Nova Mutum e a Anhambi em Sorriso.

Inserida no contexto de reorientação das atividades produtivas, a Sadia S/A anuncia em 2005 a construção no interior de Mato Grosso da maior planta industrial frigorífica da companhia, representando mais que uma mudança de localização, mas uma alteração no paradigma produtivo, adotando um processo industrial mais moderno, com produção em grande escala e integrando-se à uma cadeia de carne-grãos mais robusta.

A planta industrial gera 5.000 empregos diretos e 18.000 indiretos, com investimentos totais estimados em R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 600 milhões provenientes da empresa e R\$ 600 milhões com parcerias, como o FCO e o BNDES, dos quais R\$ 213 milhões foram destinados à construção da estrutura agropecuária, formada pelo sistema de integração e distribuído para 72 produtores rurais através do agente financeiro Unibanco. Destes produtores parceiros, 20% são produtores de pequeno porte, com receita anual de até R\$ 160 mil, 50% classificados como médio porte, com faturamento ao ano de R\$ 160 mil à R\$ 1 milhão e 30% de grande porte, com receita anual acima de R\$ 1 milhão.

O capital aplicado possibilita a implantação de 132 granjas destinadas ao fomento da indústria, sendo 89 unidades de frango de corte, 34 de terminação de suínos, oito unidades produtoras de leitão e duas produtoras de ovos incubados (BNDES, 12/12/06). Entretanto, estes números pertencem à primeira fase do projeto, sendo previsto um segundo estágio que contempla a implantação de até 368 novas granjas, sendo 250 para frangos de corte, 100 unidades para terminação de suínos, dez para criação de leitões e oito para produção de ovos incubados. Além das granjas de cria, recria e engorda, o complexo inclui um abatedouro de aves para 120 milhões de aves/ano, 1,2 milhões de suínos/ano, um segmento de industrializados, incubatório e uma fábrica de rações com capacidade para produzir até 1,5 milhões de ton/ano, consumindo 400 mil toneladas de farelo de soja e 900 mil toneladas de milho.

A Sadia encarrega-se do fornecimento de pintinhos para as granjas de frango de corte, leitões para as granjas de engorda e das aves de postura e matrizes para a unidade de criação, além de fornecer também a ração, medicamentos, assistência técnica e logística. Aos integrados cabe o fornecimento da mão-de-obra, cumprimento dos padrões, pagamento de

energia elétrica e custos com depreciação da instalação, porém este último apenas a partir do final do financiamento, previsto em 10 anos.

Quanto aos subsídios fiscais estaduais, a Sadia S/A desfruta isenção de 75% do ICMS nas operações interestaduais por 15 anos e poderá ter desconto de até 75% do Imposto de Renda por estar na área da Amazônia Legal, desde que invista o valor descontado no próprio negócio. Quanto aos subsídios e doações municipais, estão fundamentados na Lei Nº 1272, de 25 de maio de 2006, posteriormente promulgados pelas leis municipais Nº 1300, de 20 de julho de 2006, Lei Nº 1475, de 28 de novembro de 2007 e Lei Nº 1908, de 09 de dezembro de 2010, concedendo à empresa uma área de 400 hectares para a instalação da indústria, direito para aquisição de 50 hectares destinados ao incubatório, assistência na pavimentação da planta industrial e suas vias internas, viabilização da parceria com a Caixa Econômica Federal para construção de 3000 unidades habitacionais até 2009 e concessão dos benefícios fiscais pertinentes aos tributos de competência municipal (impostos, taxas e contribuições de melhoria) pelo período de 10 anos, bem como conceder os benefícios fiscais quanto ao ISSQN às empresas contratadas diretamente pela SADIA para prestarem serviços na construção civil da planta industrial, cessando o benefício no início das atividades industriais.

5.3 OS IMPACTOS SOCIOECONOMICOS NO MUNICÍPIO

A presente seção destina-se à apresentar os principais dados socioeconômicos do município de Lucas do Rio Verde, extraídos do IBGE Cidades e dispostos em séries históricas. A partir desses dados realiza-se uma análise buscando demonstrar a existência de uma correlação entre as variações dos indicadores municipais com a implantação da unidade frigorífica da BRF em Lucas do Rio Verde, considerando que o início da construção do complexo agroindustrial ocorre em 2006 e as atividades de abate foram iniciadas de forma gradual em meados de 2008, aumentando exponencialmente até 2010. Em 2011 conclui-se o departamento de industrializados, um setor estratégico na planta que reduz significativamente as perdas por condenação e sequestro de carcaças. O recorte temporal utilizado para cada dado limita-se à sua disponibilidade na fonte de pesquisa, assim, existe variação quanto à retrospectiva para cada indicador analisado, extraindo-se em todos eles o período máximo disponível.

Os indicadores analisados foram selecionados a partir da relação que estabelecem com as atividades econômicas da empresa objeto do estudo, de acordo com a importância na economia municipal ou pela sua capacidade de explicar o contexto histórico de forma mais

abrangente, demonstrando se houve outros fenômenos de destaque na economia municipal que pudessem impactar no comportamento dos dados.

Inicialmente são apresentados os indicadores relativos ao Produto Interno Bruto do município, detalhando os valores adicionados dos três setores da economia, agropecuário, industrial e de serviços, estando à preços correntes e ajustados à série retrogradada das Contas Nacionais. Referente ao PIB Industrial, apresenta-se também uma comparação da evolução do indicador de Lucas do Rio Verde frente à Nova Mutum e Sorriso, municípios com estrutura econômica semelhante. Posteriormente discorre-se sobre os dados referentes ao Cadastro Central de Empresas e incluindo todas as pessoas jurídicas ativas no município, abrangendo o número de empresas ativas, pessoal ocupado, salário bruto e média salarial. Em seguida são retratados os dados referentes à produção agrícola municipal, fornecendo informações sobre a produção total de soja, milho, estoque de aves e suínos, por ser essas as atividades pertinentes ao processo produtivo da empresa matriz.

Por fim, são evidenciados os dados referentes às finanças públicas, segmentados em despesas orçamentárias e receitas orçamentárias, além das arrecadações do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dos Impostos Líquidos de Subsídios sobre Produtos a preços correntes e as Operações de Crédito comparadas novamente aos municípios de Nova Mutum e Sorriso. As despesas orçamentárias estão segmentadas em Investimentos e em Obras e Instalações. As receitas orçamentárias dividem-se em receitas correntes, de contribuição, receita tributária e receitas de impostos, detalhado entre impostos de IPTU e ISS.

5.3.1 Produto Interno Bruto e valor adicionado por setor¹

O Produto Interno Bruto representa a soma de todos os bens e serviços produzidos por uma economia em determinado período, sendo utilizado para determinar a riqueza das nações. Entretanto, o indicador é incapaz de considerar o capital físico, humano e o natural de uma nação, assim como também não consegue mensurar como essa riqueza se distribuí, tornando-se alvo de críticas quanto ao seu uso para indicar o desenvolvimento. Apesar disto, o PIB é o principal indicador para definir os níveis de crescimento das economias, que por sua vez é condição indispensável para o desenvolvimento (SOUZA, 1999, p. 20).

Assim, atividades que possam gerar recursos e renda para a população não refletem diretamente na qualidade de indicadores sociais, mas são seus precursores. Neste sentido,

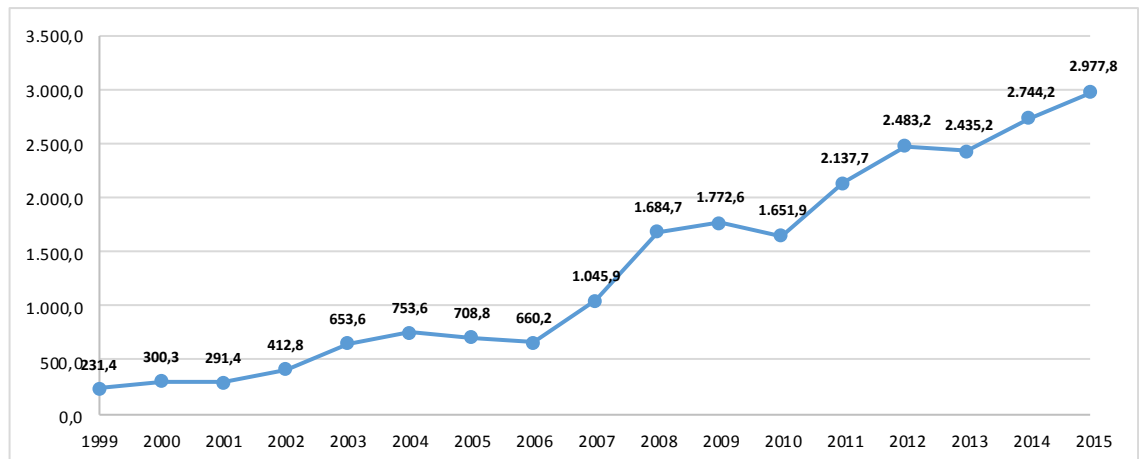
¹ Os gráficos 1, 2, 3, 4, 5, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 são apresentados a preços correntes para manter-se conforme disponíveis na fonte dos dados, IBGE Cidades.

Santos (2007, p. 130) define as indústrias para exportação como atividades capazes de inserir a economia local em uma dinâmica global de mercado e induzir alterações na estrutura econômica da região, desencadeando o crescimento das receitas que, futuramente, pode converter-se em desenvolvimento:

Quando uma pequena cidade abriga indústria de exportação, o emprego resultante pode introduzir um elemento de distorção em nosso esquema, ao estimular a criação do comércio moderno. Há, entretanto, uma questão de escala e, de toda forma, este tipo de atividade não tem efeito multiplicador direto sobre outras atividades urbanas, especialmente se estabelecimentos modernos de comércio ou de serviços são criados por uma empresa industrial para uso exclusivo de seus empregados. Por outro lado, os supermercados e outros tipos de comércio moderno não se restringem a um mercado limitado.

Ao analisar a série histórica do PIB total de Lucas do Rio Verde observa-se que entre 1999 à 2006 o crescimento total acumulado é de 185%, perfazendo média de 16% ao ano. A construção do complexo industrial inicia-se em 2006, deste ano à 2015 o mesmo indicador apresenta evolução de 351%, elevando para a média anual de 18,2% ao ano. Nos dois primeiros anos após o estabelecimento da empresa o crescimento médio anual foi de 59,7%, evidenciando uma clara alteração na estrutura econômica do município.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto a preços correntes, 1999 – 2015 (em R\$ x 1.000.000)

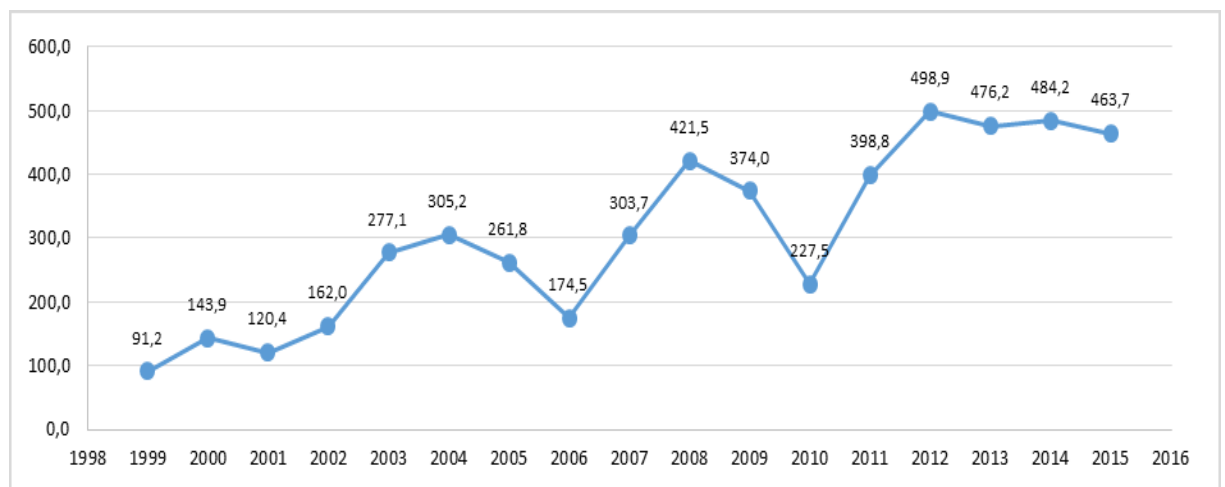


Fonte: IBGE Cidades, 2018.

Quanto aos valores adicionados no Produto Interno Bruto pelo setor agropecuário observa-se um crescimento a partir de 2001, mantendo-se crescente até 2004, processo decorrente do câmbio desvalorizado frente ao dólar e dos altos preços da soja no mercado internacional. Em 2005 o câmbio inicia um processo de valorização e, somado a quebra de safra no Mato Grosso, desencadeia-se uma profunda crise no setor que se estende

até 2006, acumulando uma queda de 42,82% neste período. A recuperação do setor a partir de 2007 não responde à um fator local, mas sim à conjuntura internacional do preço da soja. Em 2006 a produção de etanol a partir de milho nos EUA se expande a área de cultivo desta cultura, reduzindo a área de soja em 16%, somado a este fator a quebra de safra na China reduz a oferta da *commoditie* e eleva o preço da saca (60 kg) de R\$ 30,00 para R\$ 37,00 entre julho a novembro, elevando também a participação do setor no PIB.

Gráfico 2 – Valor adicionado bruto a preços correntes pela Agropecuária, 1999 – 2015
(em R\$ x 1.000.000)

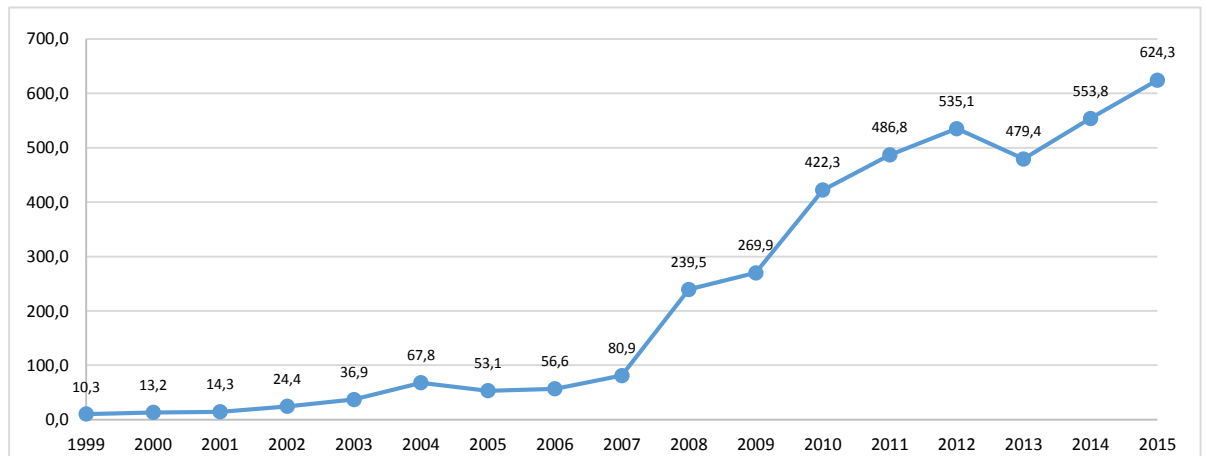


Fonte: IBGE Cidades, 2018.

A próxima série de dados explana o valor adicionado ao PIB municipal pelo setor industrial, o mais impactado pela implantação do complexo agroindustrial da Sadia S.A. e também um dos mais relevantes para o desenvolvimento da economia regional, uma vez que gera demanda não apenas sobre os produtos agrícolas, mas também para diversos elementos necessários no processo de transformação, como força laboral e empresas dedicadas à prestação de serviços. A atividade industrial garante independência e estabilidade à economia nacional, agrega valor à matéria-prima, promove o desenvolvimento tecnológico, a urbanização e exerce um papel fundamental no equilíbrio da balança de pagamentos. Segundo a CNI (2018), para cada R\$ 1,00 produzido na indústria brasileira são gerados R\$ 2,32 na economia nacional, enquanto a agricultura gera R\$ 1,67 e o comércio e serviços R\$ 1,51.

Entre 1999 e 2006 o valor adicionado ao PIB pelo setor industrial em Lucas do Rio Verde totalizou crescimento de 449%, sendo a média anual de 27,55% para o período. Entre 2006 e 2015 o crescimento acumulado do mesmo indicador totaliza 1003%, elevando a média anual à 30,57%.

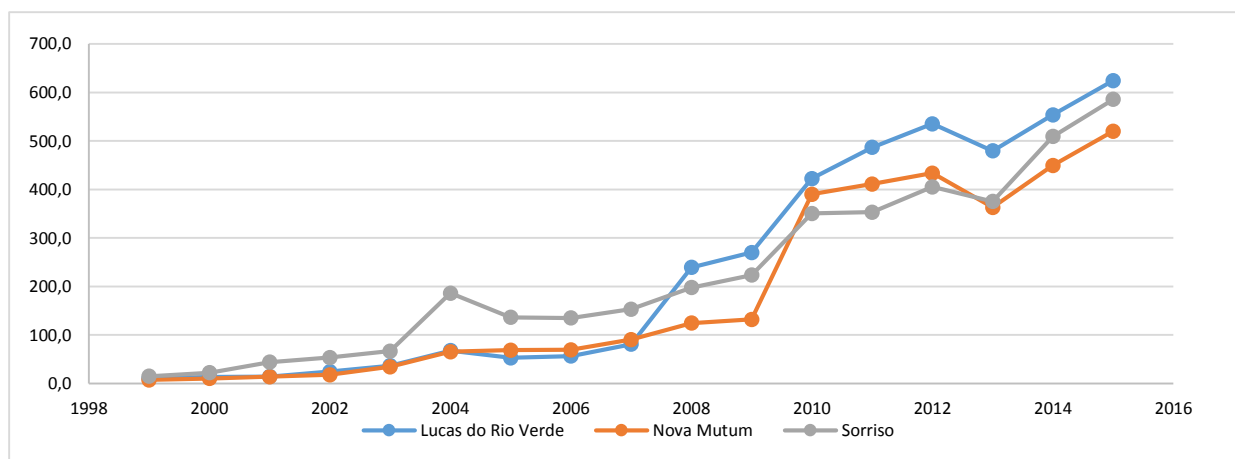
Gráfico 3 – Valor adicionado bruto a preços correntes pela Indústria, 1999 – 2015
(em R\$ x 1.000.000)



Fonte: IBGE Cidades, 2018.

Quando se compara o PIB industrial de Lucas do Rio Verde com Nova Mutum e Sorriso pode-se observar que até 2007 o valor adicionado do setor secundário é inferior aos dois municípios, entretanto, em 2008 quando iniciam as operações de abate Lucas do Rio Verde ultrapassa os dois municípios, mantendo-se em à frente até o ultimo resultado divulgado. O salto no valor adicionado do setor industrial também pode ser observado em Nova Mutum no ano de 2010, quando são iniciadas as operações de abate de aves da Perdigão.

Gráfico 4 – Comparação do valor adicionado bruto a preços correntes pela Indústria, 1999-2015
(em R\$ x 1.000.000)



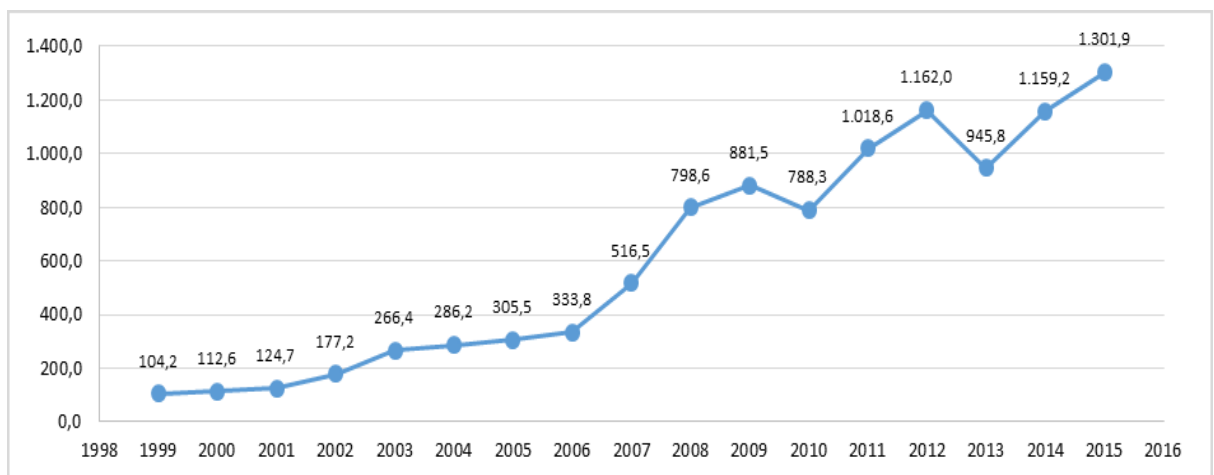
Fonte: IBGE Cidades, 2018.

Semelhante à curva do setor industrial, o valor adicionado ao PIB pelo setor de serviços e comércio também apresenta um salto exponencial nos dois primeiros anos seguintes à instalação do complexo agroindustrial, acumulando um crescimento absoluto de

139,25%, média de 57,42% ao ano. Entretanto, ao comparar a retrospectiva histórica antes e depois da instalação têm-se uma queda na média anual, decrescendo de 18,09% no período de 1999 a 2006 para 16,33% entre 2006 a 2015. Esse decréscimo decorre possivelmente de o período analisado após a instalação ser maior e da tendência natural do setor de serviços se estabilizar depois de algum tempo, já que os prestadores de serviços aumentam sua estrutura produtiva de acordo com exigências dos contratantes.

Apesar de ser constituído por atividades bastante heterogêneas, três atividades detêm 78,8% das receitas operacionais líquidas do setor terciário no âmbito nacional (IBGE, 2015), sendo estes os transportes e seus serviços auxiliares, serviços de administrativos e serviços de comunicação. Assim, a redução da participação nos anos de 2010 e 2013 podem ser atribuídas à queda do setor agropecuária, grande demandante de transportes.

Gráfico 5 – Valor adicionado bruto a preços correntes por Serviços e Comércio, 1999 – 2015
(em R\$ x 1.000.000)



Fonte: IBGE Cidades, 2018.

5.3.2 Cadastro Central de Empresas

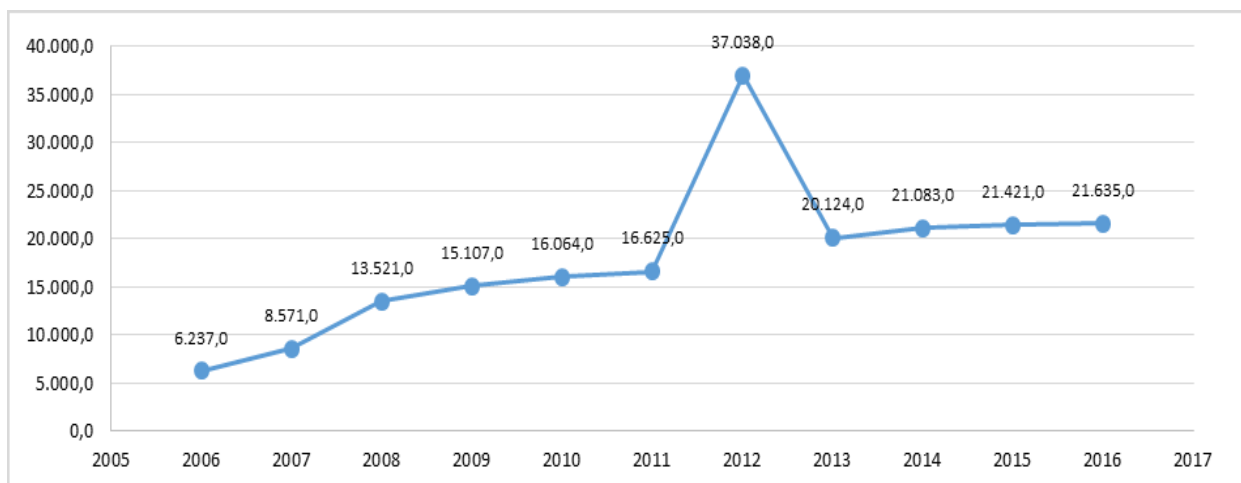
A seguir são apresentados os dados referentes ao Cadastro Central de Empresas, CEMPRE, constituído por todas as empresas e organizações formalmente registradas e ativas no CNPJ dentro do ano analisado, incluindo as áreas da Agropecuária, Indústria, Construção, Comércio e Serviços. Até 2006 a classificação era baseada na versão 1.0 da CNAE, sendo atualizada em 2007 para a versão 2.0 com o objetivo de manter a comparabilidade internacional e atualizar o cadastro para acompanhar as mudanças no sistema produtivo das empresas. Nesta atualização o critério de empresas consideradas ativas foi alterado, provocando uma redução de aproximadamente 25% no total de empresas do CEMPRE. Entre

as variáveis disponíveis, foram selecionados os indicadores de Pessoal Ocupado, Salário Bruto, Média Salarial e Empresas atuantes no município.

O primeiro indicador do CEMPRE a ser apresentado é o Pessoal Ocupado, constituído pelo total de pessoas assalariadas em exercício da atividade no último dia do período analisado, incluindo horistas e mensalistas com ou sem vínculo empregatício, podendo o contrato de trabalho ser por tempo indeterminado ou temporário. O processo produtivo das indústrias frigoríficas apresenta, por natureza, alta demanda por mão de obra operacional, necessitando inclusive uma abrupta alteração na estrutura habitacional de Lucas do Rio Verde para comportar o alto contingente populacional imigrante e tornando o Pessoal Ocupado um dos indicadores mais influenciados pela inserção da empresa no município.

Apesar da série histórica para esse indicador iniciar somente em 2006, o Pessoal Ocupado no município apresenta um crescimento acumulado de 246,90% entre início das construções do complexo até o último dado disponível, subindo à uma taxa média anual de 13,25%. Seguindo a tendência dos indicadores anteriores, o avanço do Pessoal Ocupado também ocorre principalmente nos dois primeiros após a instalação do complexo industrial, crescendo à média anual de 47,24% neste período. Quanto ao pico observado em 2012, não foi constatado alterações significativas na estrutura produtiva da empresa, assim como também não houve alterações na metodologia de análise pelo IBGE, permanecendo incompreendido.

Gráfico 6 – Pessoal ocupado, 2006-2016 (em número de pessoas)

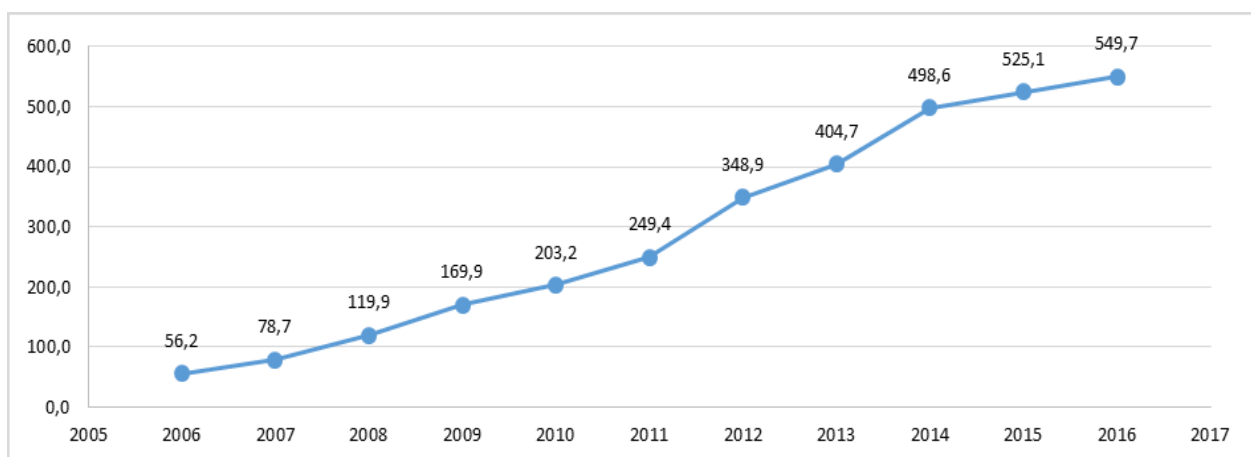


Fonte: IBGE Cidades, 2018.

Em consequência do acréscimo de Pessoal Ocupado, a variável de Salário Total e outras Remunerações também tende a aumentar. Esse indicador é determinado pela

soma dos salários fixos, pró-labore, honorários, comissões, 13º salário, abono de férias, gratificações e participações nos lucros, sem a dedução de INSS e recolhimento de imposto de renda. O crescimento médio anual desta variável é de 25,61%, acumulando um crescimento total de 878,12% durante o período de 10 anos.

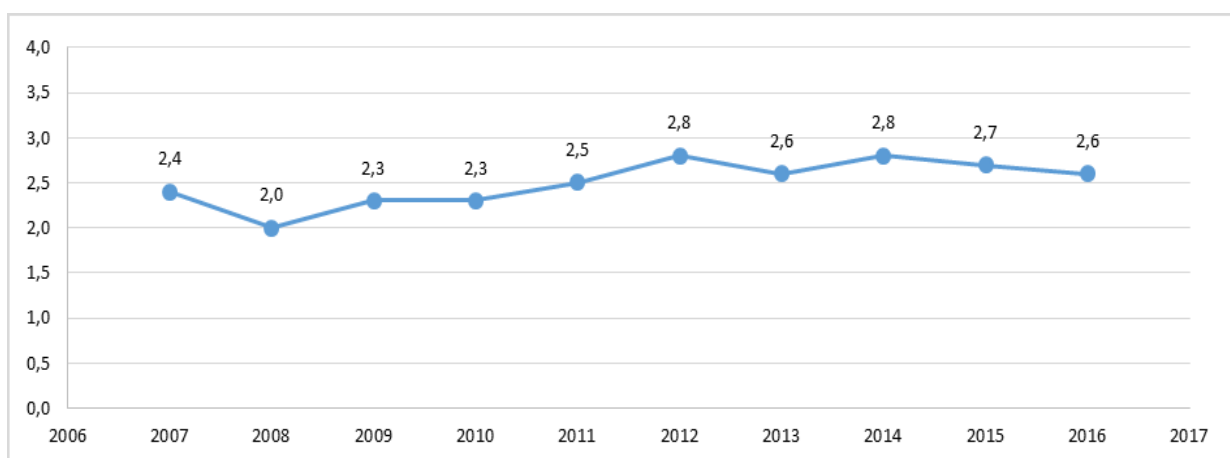
Gráfico 7 – Salários e outras remunerações, 2006-2016 (em R\$ x 1000)



Fonte: IBGE Cidades, 2018.

O salário médio mensal, por sua vez, é obtido a partir da razão entre o salário total e outras remunerações no ano sobre o Pessoal Ocupado, dividido por 13 e ajustado ao salário mínimo vigente no período. O comportamento desta variável não pode ser explicado apenas pela inserção da empresa no município, entretanto, é natural que após estabelecida na região o sindicato dos trabalhadores se fortaleça, melhorando o nível dos salários e remunerações.

Gráfico 8 – Salário médio mensal, 2006-2016 (em salários mínimos)



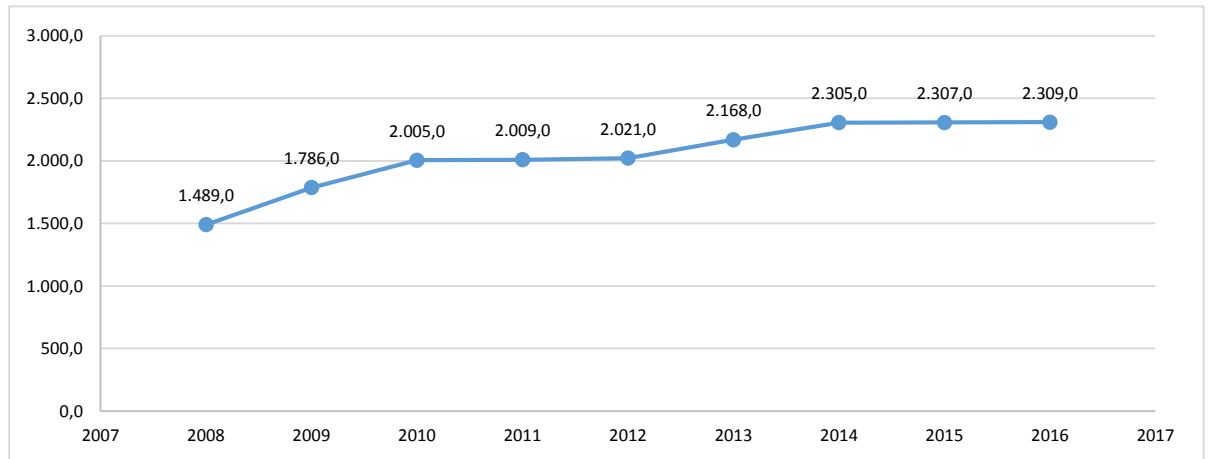
Fonte: IBGE Cidades, 2018.

Para encerrar as séries históricas relacionadas ao CEMPRE é apresentado o número de empresas e organizações atuantes no município, com recorte temporal disponível entre 2008 à 2016. A fonte prioritária dos dados é o IBGE, entretanto, é possível o cadastro de determinadas empresas constar apenas no RAIS, sendo assim incorporados à fonte principal. A metodologia utilizada para compor está variável foi atualizada em 2007, alterando os critérios para classificar as empresas como ativas. Nesta nova classificação, considera-se como atuantes apenas as empresas e organizações que se enquadram nos seguintes critérios: empregar cinco ou mais funcionários independentes situação cadastral, de zero à quatro funcionários e declarada como em “atividade” para o ano de referência no RAIS ou empresas e organizações que, independente da situação do cadastro ou condição da atividade, possuíram informação econômica nas pesquisas anuais do IBGE.

O indicador para o município possui informações disponíveis apenas dois anos depois do início da construção, apesar disso ainda é possível observar a concentração do crescimento nos dois primeiros anos do recorte temporal. No período de 8 anos a variável apresentou um crescimento médio anual de 5,60% e acumulado de 55,07%, sendo que deste total 62,93% ocorreu entre 2008 a 2010, onde o crescimento médio anual é 16,04%.

Este crescimento inicial pode ser explicado com base na estrutura administrativa da companhia, que ainda na década de 1980 incorporou a terceirização das atividades-meio em seu sistema produtivo para alavancar o processo de internacionalização. A terceirização permite disponibilizar mais recursos para a atividade-fim, reduzir a estrutura operacional e os riscos trabalhistas, repassando etapas da cadeia produtiva à diversas empresas satélites que se instauram no município dedicadas a prestar serviços exclusivamente para a empresa motriz.

Além destas empresas, o próprio aumento no contingente populacional estimula a abertura de firmas voltadas para o comércio local. Após os primeiros anos da implantação a empresa motriz estabiliza a cadeia produtiva e conclui o processo de expansão, tornando o mercado local mais equilibrado, o que explica a incolumidade do indicador.

Gráfico 9 – Número de empresas atuantes, 2008-2016 (em unidades)

Fonte: IBGE Cidades, 2018.

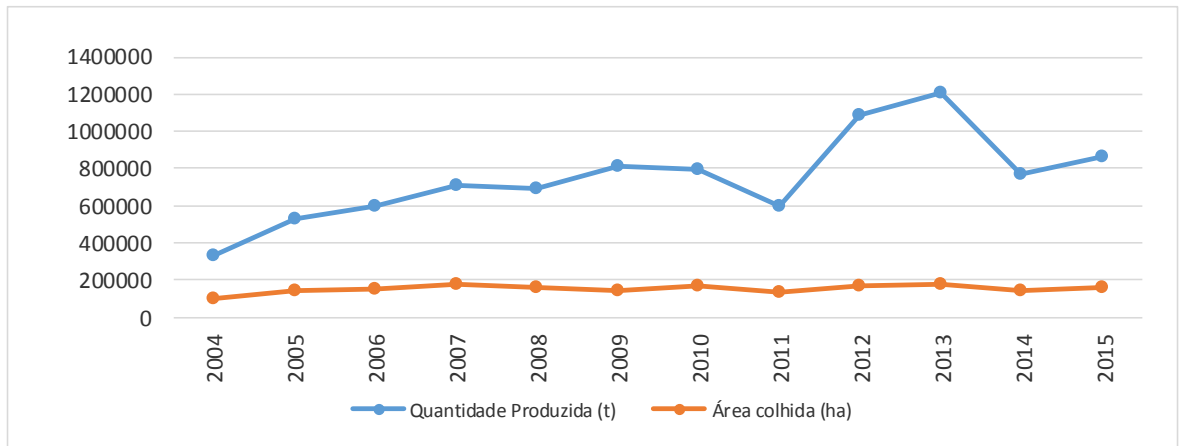
5.3.3 Produção agrícola e pecuária

As próximas séries históricas retratam os principais indicadores da produção agropecuária em Lucas do Rio Verde, destacando as culturas de soja e milho para agricultura, por ser as principais na economia local e na alimentação dos animais abatidos no complexo agroindustrial, e para pecuária foi selecionado o volume de aves e suínos alojados no município. Estas quatro variáveis estão profundamente articuladas e compõem uma cadeia produtiva sinérgica, onde cada atividade é beneficiada pelos ganhos de produtividade da cadeia anterior ou seguinte. A rotação entre soja e milho potencializa o desempenho agrônômico, otimiza o uso de maquinários e compõe a base alimentar de aves e suínos, que por sua vez gera demanda pelos cereais, equilibra os preços na região e cria externalidades positivas ao município no beneficiamento dos produtos finais.

A produção de soja e milho está diretamente correlacionada, sendo a soja cultivada como safra de verão e o milho como segunda safra, plantado logo após a colheita da soja. Por ser cultivado como safra adicional e se estender pelo período da seca, a produtividade do milho está mais sujeita a intempéries climáticas, o que justifica a maior oscilação quando comparado à soja. Quanto a produção crescente, justifica-se pela evolução de milhos híbridos que apresentam produtividade consideravelmente maior e desenvolvimento de cultivares de soja mais precoces que permitem antecipar o plantio do milho, sem, entretanto, apresentar alteração significativa na área plantada, mesmo após a introdução do complexo agroindustrial na região.

O crescimento acumulado da produção total no período de 11 anos foi de 160,83%, compondo crescimento médio anual de 9,10% ao ano. Em contrapartida, o acréscimo da área plantada nesse período foi de 60,0%, crescendo à média anual de 4,36%.

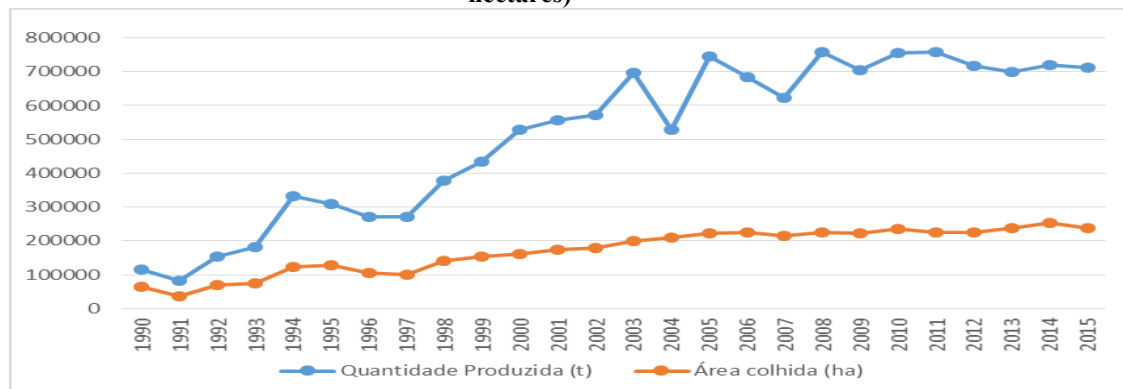
Gráfico 10 – Produção total de milho e área colhida de milho, 2004-2015 (em toneladas e hectares)



Fonte: IBGE Cidades, 2018.

A série histórica para a área plantada de soja entre 2004 a 2015 apresenta um comportamento ainda mais estagnado quando comparada ao milho, crescendo à média anual de 1,18% e acumulando crescimento absoluto de apenas 13,74% ao longo de 11 anos. Já a produção cresceu 34,91% nesse período, compondo a taxa média de 2,76% ao ano. Apesar deste crescimento, é importante ressaltar que a safra de 2004 foi acometida por severos problemas climáticos e recuou 24,31% em relação à 2003, que se considerado no recorte temporal reduz o crescimento médio ao ano para 0,19%, conforme o gráfico 13, embasado em dados do município.

Gráfico 11 – Relação entre produção total de soja e área colhida, 1990 – 2015 (em toneladas e hectares)

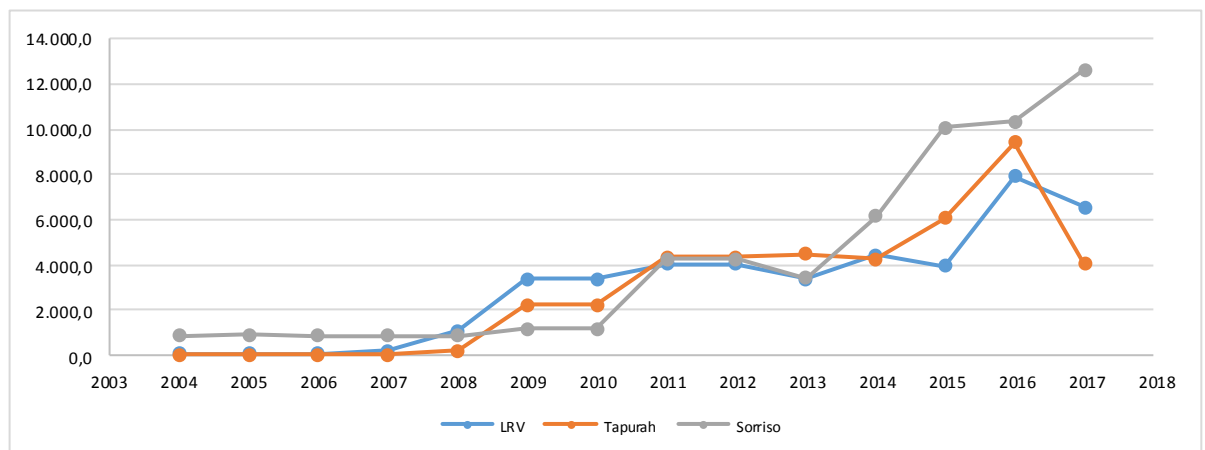


Fonte: Prefeitura de Lucas do Rio Verde, Perfil Socioeconômico, 2016, p.71. Elaboração do próprio autor.

A demonstração do crescimento parco das principais *commodities* da economia local contribuí para respaldar os objetivos do estudo, demonstrando que o crescimento observado no produto interno bruto, indicadores sociais e nas finanças públicas sofrem influência de algum outro fator além das atividades primárias, evidenciando a importância do complexo agroindustrial no desenvolvimento socioeconômico do município.

Diferente da produção agrícola, os indicadores relacionados à pecuária manifestam um crescimento exponencial no volume de animais alojados. Entre 2004 e 2016 o volume de aves alojadas em Lucas do Rio Verde cresceu 8213%, expansão observada basicamente a partir de 2008, quando são iniciadas as operações produtivas do complexo agroindustrial e o alojamento das granjas de frango de corte. Do início do recorte temporal até 2007 a avicultura não possuía representatividade na economia da região, neste ano é iniciado o alojamento das matrizes para compor o rebanho de abate e em 2008 as granjas de frango de corte começam a operar, manifestando um crescimento vertiginoso no volume de aves alojadas, não apenas em Lucas do Rio Verde, mas também nos municípios vizinhos que aderem à integração. O crescimento médio anual entre 2004 e 2006 de Lucas do Rio Verde é - 8,96%, evoluindo para 58,54% a.a. entre 2006 a 2016.

Gráfico 12 – Rebanho efetivo de galináceos, 2004 - 2017 (em cabeças)



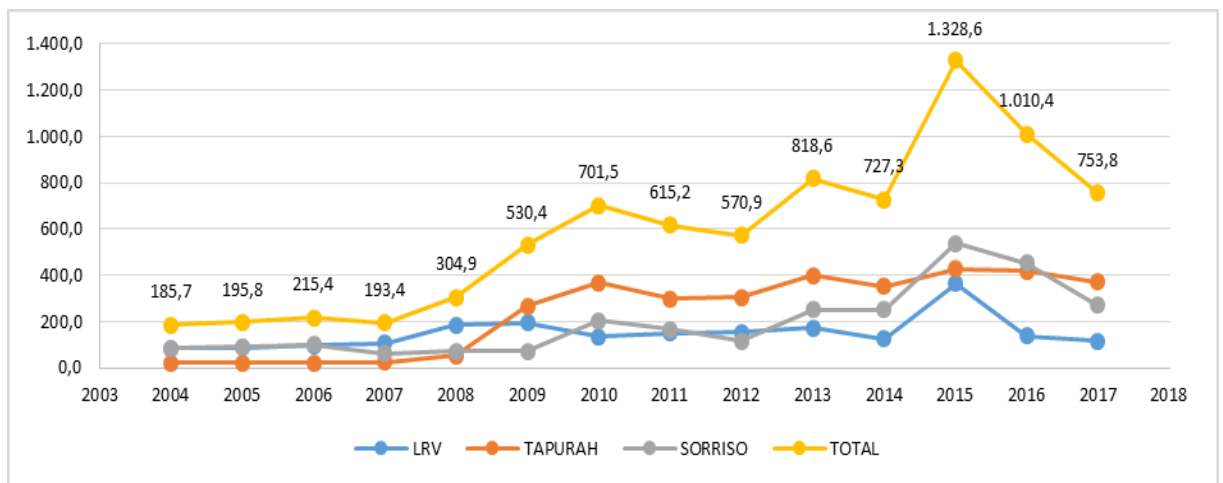
Fonte: IBGE Cidades, 2018.

Semelhante ao volume de aves, o número de suínos também apresenta notável crescimento a partir de 2007, porém em menor intensidade e com diferenças na distribuição geográfica. O número de cabeças alojadas nos três municípios que compõem a integração de suinocultura acumulou um crescimento total de 305,9% em 13 anos, progredindo em média 11,38% ao ano. Entre 2004 e 2007 a expansão acumulada representou apenas 4,14%, em

média 1,36% a.a., enquanto o período entre 2007 a 2017 acumula ampliação de 289,7%, crescendo à média anual de 14,5%.

Apesar de representativa, a ampliação do volume alojado de suínos é significativamente inferior ao volume de aves. Esta diferença resulta da existência de uma cadeia suinícola no município antecedente à implantação da Sadia, assim, o município já dispunha de uma estrutura produtiva oriunda da COOPERLUCAS, sendo este fator um dos atrativos para a escolha da localização do complexo agroindustrial. Outra diferença com a expansão avícola que pode ser observada é a distribuição das granjas, estando as granjas de frango concentradas em Sorriso, enquanto a suinocultura centraliza-se em Tapurah. Esse arranjo justifica-se por premissas sanitárias, buscando evitar disseminação de doenças entre as espécies. No suíno a *Salmonella* manifesta-se de modo subclínico e sem restrições de mercado, em contrapartida, na cadeia avícola esta bactéria representa um risco preocupante, podendo ocasionar inclusive em descartes de produtos processados.

Gráfico 13 – Rebanho efetivo de suínos, 2004 - 2017 (em cabeças x 1000)



Fonte: IBGE Cidades, 2018.

5.3.4 Finanças públicas²

O crescimento observado na produção agropecuária, na participação dos setores da indústria e serviços no produto interno bruto e a expansão dos indicadores sociais e do CEMPRE procedem da intensificação das atividades econômicas e refletem diretamente sobre a administração municipal, aumentando a Receita Orçamentária disponível para gerir as

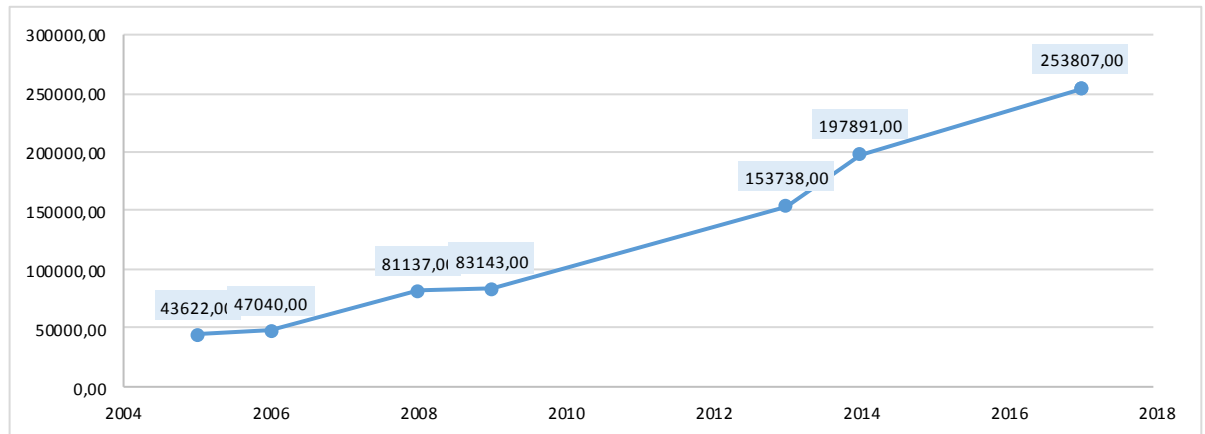
² As séries históricas apresentam as receitas orçamentárias do município e não segregam àquelas geradas exclusivamente pela empresa BRF. As receitas orçamentárias exclusivas da BRF não foram disponibilizadas pelo município.

demandas dos serviços públicos prestados à população. Desta forma, a seção a seguir discorre sobre as finanças públicas de Lucas do Rio Verde, segmentando-a em receitas orçamentárias e despesas empenhadas, abordando as principais variáveis e correlacionando a oscilação destas com o contexto histórico do município e do complexo agroindustrial. Além das despesas e receitas orçamentárias, apresenta-se também o valor do Fundo de Participação dos municípios (FPM), os Impostos, Líquidos de Subsídios sobre produtos a preços correntes e as operações de crédito das instituições financeiras.

Os dados sobre as finanças públicas são elaborados para as três esferas de governo e agregados ao Sistema de Contas Nacional, seguindo as recomendações metodológicas da Organização das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A fonte primária de informações para os Estados e Municípios é o FINBRA e o SICONFI, sendo complementadas pelo sistema do SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional e pelos dados contábeis do FGTS e PIS/PASEP. Através destas fontes são elaborados os indicadores de receitas, despesas, transações líquidas com ativos e passivos, resultado operacional bruto e líquido, valor adicionado por setor e impostos sobre produção, renda e patrimônio.

A primeira série histórica aborda as Receitas Orçamentárias, conforme o § 1º do art. 8º da Lei nº 4.320/1964, representam os recursos financeiros disponíveis para a execução das políticas públicas e para atender as necessidades da sociedade, sendo classificadas de acordo com sua natureza em seis níveis, compostos por categoria econômica, origem, espécie, rubrica, alínea e subalínea. Por compor praticamente a totalidade do orçamento público, as Receitas Orçamentárias são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico regional, tornando sua análise obrigatória para o entendimento das transformações ocorridas na economia regional.

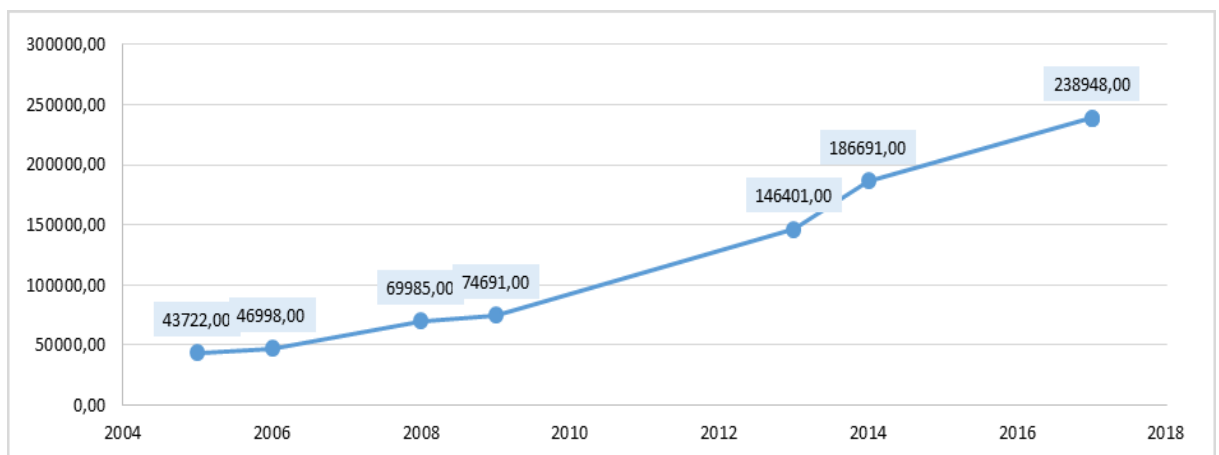
A série histórica inicia em 2005 e se estende até 2017, neste período o crescimento acumulado das Receitas Orçamentárias totaliza 481,83%, avançando à média de 15,80% a.a. Os dados disponíveis para o período anterior à inserção do complexo agroindustrial, ocorrida em 2006, são insuficientes para consolidar a análise de forma efetiva, porém, ao comparar o crescimento da Receita Orçamentária entre 2005 e 2006, o crescimento médio anual é 7,83%, enquanto no período de 2006 à 2017 verifica-se um crescimento à média de 16,56% a.a., acumulando 439,55%.

Gráfico 14 – Receitas orçamentárias, 2005 - 2017 (em R\$ x 1000)

Fonte: IBGE Cidades, 2018.

A Receita Orçamentária é classificada em duas categorias econômicas, as Receitas Correntes e Receitas de Capital, abrangendo na primeira as receitas tributárias, contribuições, receitas patrimoniais, receitas da agropecuária, indústria e serviços e outras receitas correntes, já as Receitas de Capital englobam as operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas da categoria.

As Receitas Correntes compõem uma parcela considerável do montante arrecadado pelas Federações, assim, a sua oscilação é bastante similar à expansão das Receitas Orçamentárias, observada entre 2005 e 2017. Neste período as Receitas Correntes de Lucas do Rio Verde cresceram à média anual de 15,20%, totalizando 446,50%.

Gráfico 15 – Receitas orçamentárias / Correntes, 2005 - 2017 (em R\$ x 1000)

Fonte: IBGE Cidades, 2018.

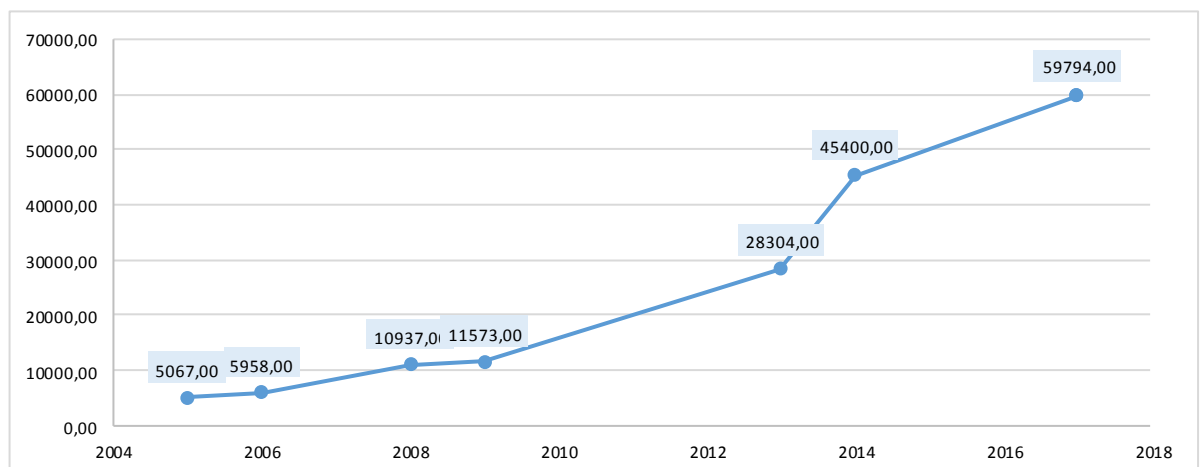
Dentro das Receitas Correntes encontram-se as Receitas Tributárias, abrangendo a soma dos recursos provenientes de impostos, taxas e contribuições. Nos impostos enquadram-

se os rendimentos públicos sobre a renda e o patrimônio dos contribuintes, como IPTU, IPVA, ITBI, ISSQN e outros, já por taxa entende-se todos os tributos gerados pela utilização de algum serviço público prestado ao contribuinte, por exemplo a TFE e TCL, e nas Contribuições de Melhoria compreendem as arrecadações sobre a valorização imobiliária decorrente das obras públicas, como pavimentação de vias.

As receitas tributárias constituem uma das maiores parcelas da receita orçamentária, representando 18,84% do orçamento total do município em 2016, deliberado em R\$ 240.920.103,93. As receitas tributárias são diretamente influenciadas pelo crescimento da economia regional, incidindo sobre a produção e circulação e também sobre a renda e patrimônio. O crescimento das receitas tributárias alcançou 1080% entre 2005 e 2017, progredindo à média de 22,83% a.a. Diferente das variáveis anteriores que manifestam notável expansão nos primeiros anos após a instalação do complexo, as receitas tributárias mantêm-se com baixo crescimento até 2013, quando apresentam um avanço súbito de 60,40% no ano seguinte. O aumento ocorrido a partir de 2014 pode ser explicado pelo encerramento do período de subsídios sobre alíquotas de tributação do município concedidos em 2006 para atrair a empresa, conforme descrito no Art. 1º, parágrafo XIII da Lei 1272/2006:

Conceder empresa SADIA os benefícios fiscais pertinentes aos tributos de competência municipal (impostos, taxas e contribuições de melhoria), pelo período de 10(dez) anos, nos termos da legislação municipal pertinente (Lei Complementar nº 37/2005 - PRODEL), bem como conceder os benefícios fiscais quanto ao ISSQN às empresas contratadas diretamente pela SADIA para prestarem serviços na construção civil da planta industrial, cessando o benefício tão logo a SADIA inicie suas atividades (Lei 1272/2006, p.1).

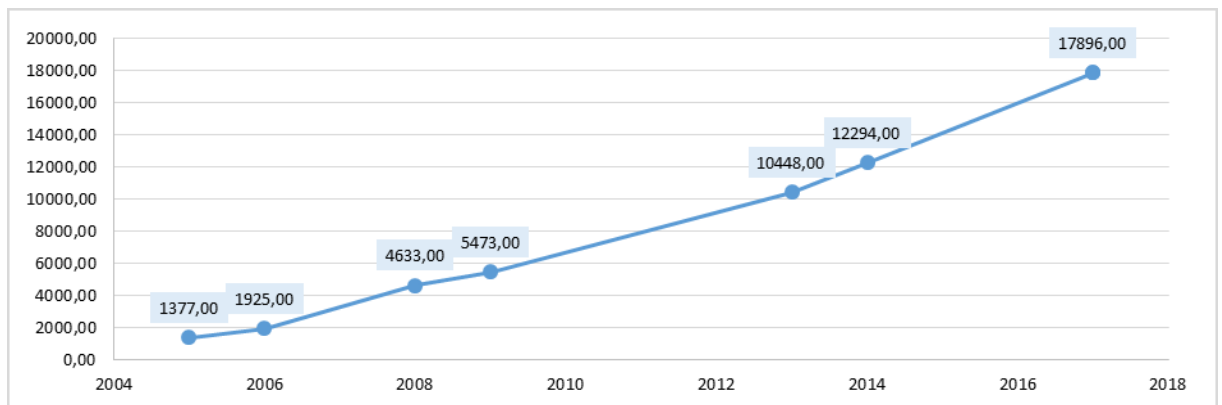
Gráfico 16 – Receitas orçamentárias / Tributária, 2005 - 2017 (em R\$ x 1000)



Fonte: IBGE Cidades, 2018.

Segmentando as receitas tributárias encontra-se o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), tributo de competência municipal e recolhido por empresas e profissionais liberais estabelecidos no município, incidindo sobre o consumo dos serviços especificados pela Lei Federal e transcritos no Código Tributário de cada município. Com recorte temporal de 2005 à 2017, as receitas originadas do ISS apresentaram um crescimento acumulado de 1200% no período, avançando à média de 23,83% a.a.

Gráfico 17 – Receitas orçamentárias / Impostos / Imposto sobre Serviços, 2005 - 2017 (em R\$ x 1000)

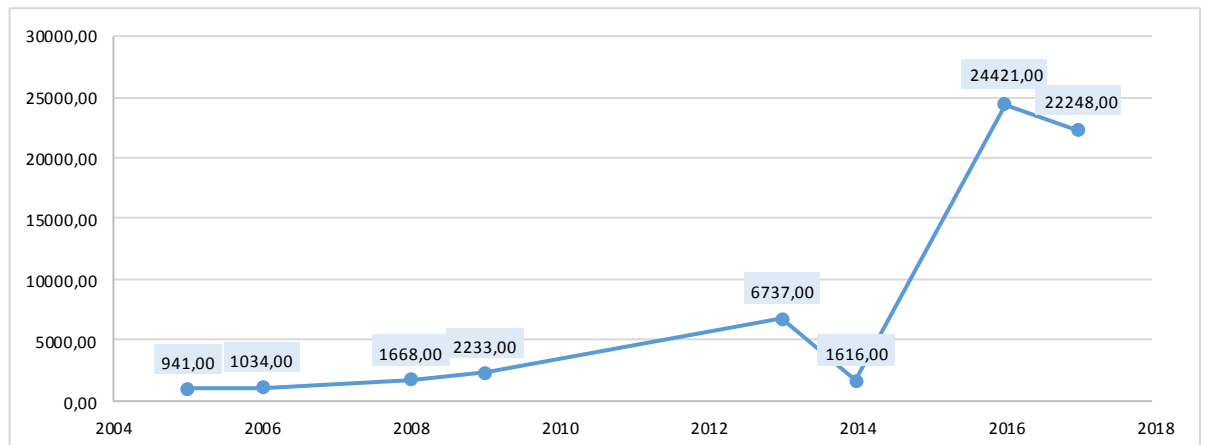


Fonte: IBGE Cidades, 2018.

A próxima série de dados discorre sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, tributo também de competência municipal, compõe em conjunto com o ISS uma das principais fontes de recursos de natureza interna dos municípios, aplicando tributação sobre a propriedade de imóveis situados em zona urbana, sob posse de pessoas físicas ou jurídicas. O IPTU abrange dois modos de tributação, o Imposto Predial é aplicado quando há benfeitorias construídas e o Imposto Territorial Urbano quando não há edificações sobre os terrenos, tendo este a alíquota de tributação maior, objetivando estimular construções e evitar especulação imobiliária. A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, recebendo subsídios à medida que o contribuinte atende à critérios do Plano Diretor Municipal, como calçada, grama ou outras benfeitorias.

Os recursos arrecadados com o IPTU em Lucas do Rio Verde manifestaram crescimento acumulado de 2264,30% entre os anos de 2005 a 2017, entretanto, 1277% deste crescimento concentra-se entre 2015 e 2017, período coincidente com o término da isenção dos impostos municipais concedidos à Sadia S.A., contribuindo para explicar a súbita expansão das arrecadações do Imposto Predial e Territorial Urbano.

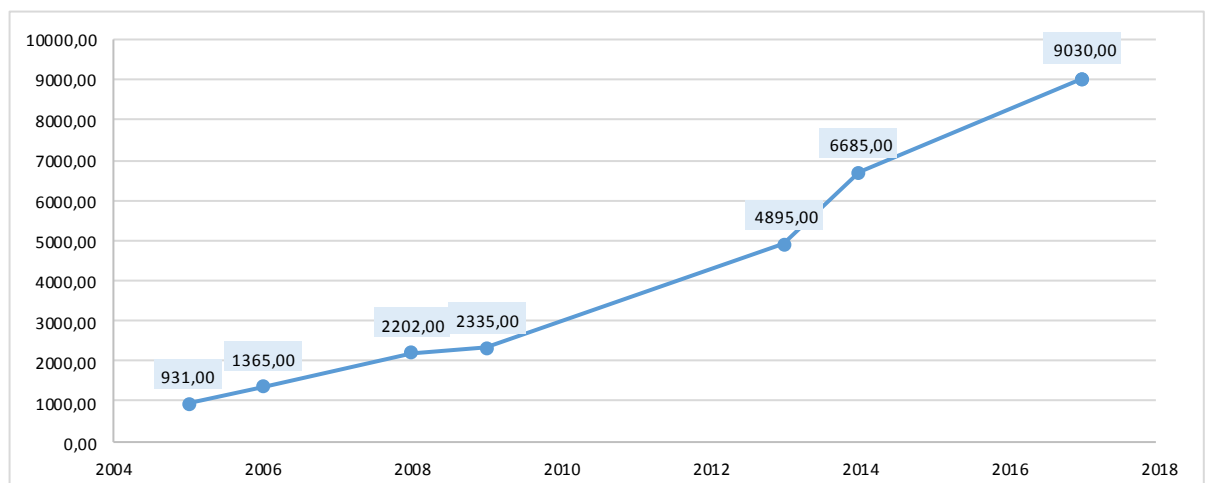
Gráfico 18 – Receitas orçamentárias / Impostos / Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial - IPTU, 2005 - 2017 (em R\$ x 1000)



Fonte: IBGE Cidades, 2018.

Outro componente da receita corrente são as receitas de contribuições, abrangendo as arrecadações provenientes de contribuições sociais, corporativas, interventivas e o COSIP, destinado ao custeio do serviço de iluminação pública. As contribuições sociais são destinadas à atender as demandas de assistência e previdência social e educação, como seguro-desemprego e custeio do sistema “S” de ensino, à exemplo o SENAI e SENAC. As contribuições corporativas arrecadam recursos para os conselhos de fiscalização profissional e contribuição sindical, estando este sob competência da União. Por fim, as contribuições ainda podem ser classificadas em Interventivas (CIDE), aquelas que incidem sobre a economia de forma interventiva através do financiamento de ações em determinados segmentos, amparada nos termos do art.149 da Constituição Federal.

Gráfico 19 – Receitas orçamentárias / Contribuição, 2005 - 2017 (em R\$ x 1000)

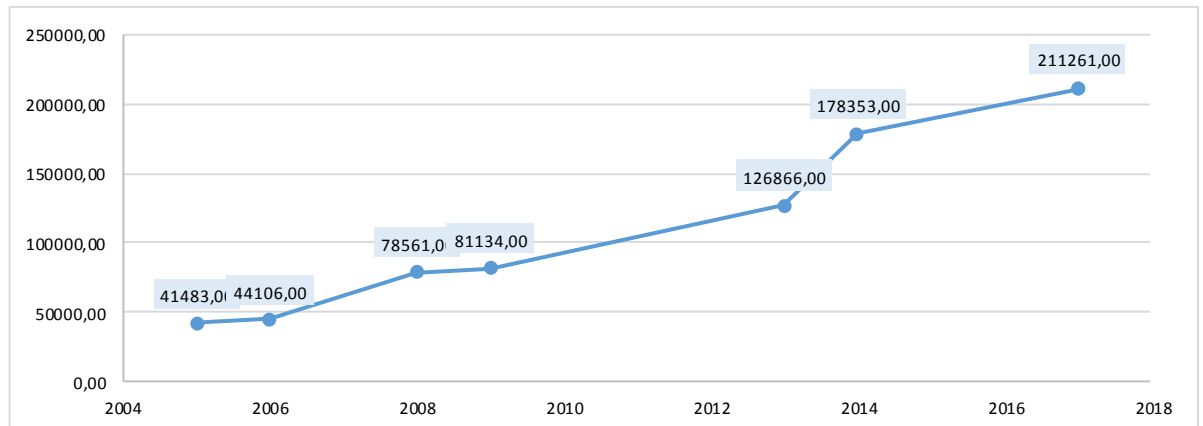


Fonte: IBGE Cidades, 2018.

O montante dos recursos arrecadados pelas três esferas públicas é integrado ao Tesouro Nacional e, seguindo as leis da Constituição Federal, distribuídos aos municípios e Estados para custear as Despesas Públicas, segmentada em Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias. As Despesas Orçamentárias abrangem os dispêndios previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), elaborada pelo Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo, enquanto os gastos que não foram previstos no planejamento orçamentário classificam-se como Despesas Extra Orçamentárias, independentes da autorização do Legislativo e composta basicamente pelas restituições de valores arrecadados, cauções, aumento do ativo financeiro e recolhimento de consignações.

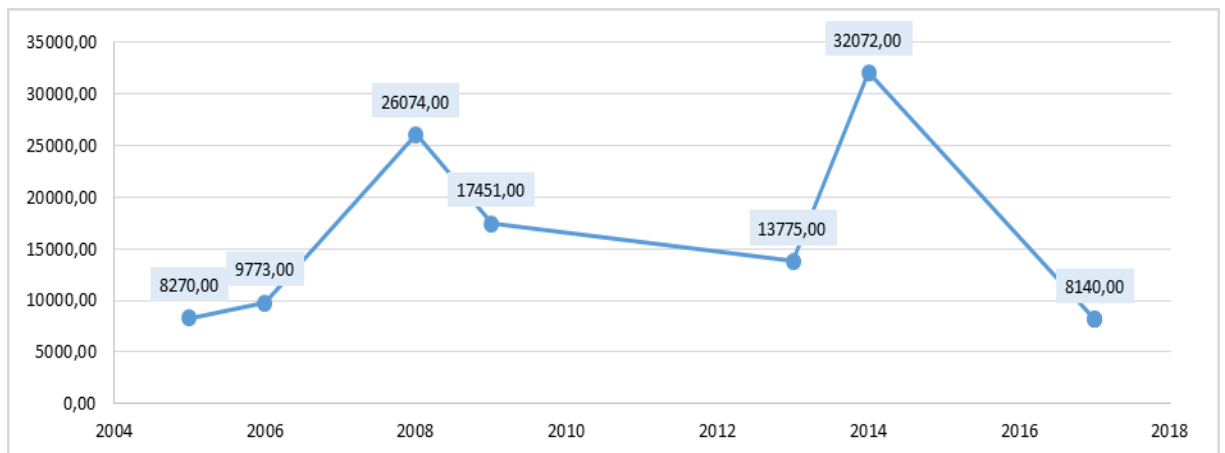
Sancionada no art. 12 da Lei 4.320/1964, a Despesa Orçamentária compreende a soma dos recursos destinados ao custeio da administração pública, programas governamentais, serviços prestados à população e investimentos de infraestrutura, segmentados de acordo com a natureza da despesa, incluídas na categoria econômica das Despesas Correntes ou Despesas de Capital. As Despesas Correntes representam os recursos para custeio do Estado e serviços públicos prestados à sociedade, já nas despesas de capital encontram-se os dispêndios de investimentos, inversões financeiras e transferências de capital. Tanto as despesas correntes quanto as despesas de capital devem ser obrigatoriamente autorizadas pelo Poder Legislativo, figurar-se na Lei Orçamentária Anual e atender aos requisitos compulsórios previstos na Lei de Diretriz Orçamentária, sendo estes a “utilidade, legitimidade, discussão pública, possibilidade contributiva, oportunidade, hierarquia de gastos e previsão em lei” dos recursos aplicados, devendo também não ultrapassar as receitas totais para preservar o equilíbrio das finanças públicas.

O desenvolvimento e diversificação das atividades econômicas no ambiente regional reflete direta e positivamente sobre as receitas disponíveis para a gestão pública, elevando a população residente no município e, por consequência, a demanda de serviços públicos e investimentos de infraestrutura. Assim, ao analisar o comportamento das Despesas Orçamentárias entre 2005 e 2017 é possível identificar uma proporção de crescimento similar as Receitas Orçamentárias, crescendo 409,2% no período e manifestando um súbito aumento de 2013 a 2014.

Gráfico 20 – Despesas orçamentárias, 2005 - 2017 (em R\$ x 1000)

Fonte: IBGE Cidades, 2018.

A próxima série histórica descreve a oscilação das despesas com investimentos, componente das despesas de capital e que abrangem os dispêndios empenhados para aquisição de novos bens ou serviços que serão integrados ao patrimônio público, como obras, instalações, compra de máquinas, equipamentos, softwares ou outros. Nesta variável observa-se um comportamento diferente das receitas orçamentárias, oscilando com mais intensidade e em curtos espaços de tempo. Essas variações bruscas decorrem da natureza do indicador, que reflete as necessidades de infraestrutura do município no período analisado e, ao ser atendidas, não serão necessárias no ano seguinte, atribuindo os custos futuros de manutenção às receitas correntes. No recorte temporal observa-se dois grandes picos, o primeiro em 2008 quando são iniciadas as atividades produtivas e em 2014, fase de notável expansão nos valores agregados do setor industrial e de serviços.

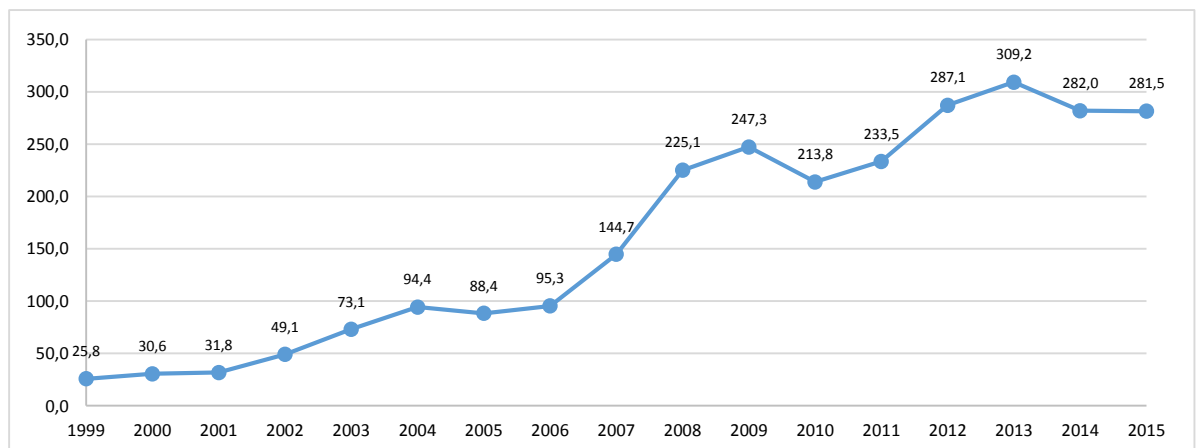
Gráfico 21 – Despesas orçamentárias / Investimentos, 2005 - 2017 (em R\$ x 1000)

Fonte: IBGE Cidades, 2018.

A próxima série de dados corresponde aos Impostos, Líquidos de Subsídios, Sobre Produtos, a preços correntes. Este indicador é formado a partir das taxas e contribuições líquidas arrecadadas pelo município e incidem sobre todos bens e serviços produzidos, importados ou transacionados de qualquer forma. O valor dos subsídios, por contabilizar um desconto, é sempre negativo. Os impostos sobre produtos são obtidos a partir das Contas Regionais e abrangem as esferas do governo federal, estadual e municipal. Neste indicador inclui-se impostos como IPI, Impostos de Importação, IOF, PIS, Cofins, ICMS, ISS, entre outros, obtidos a partir da Secretaria da Receita Federal.

Por se tratar de um indicador diretamente afetado sobre as atividades de produção, verifica-se uma resposta imediata após o início da construção do complexo industrial, apresentando um crescimento médio ao ano de 53,7% em 2007 e 2008, apresentando relativa estagnação até 2011. Apesar de necessitar de uma análise mais profunda sobre tributações, este movimento de crescimento entre 2006-2008 e 2010-2013 e posterior estabilização pode estar relacionado com as políticas de subsídios municipais apresentadas no item 5.3. Para atrair a empresa, foi concedido um período de 15 anos isenção de 75% sobre o ICMS e IR, dois tributos produtivos, assim, quando a construção é concluída em 2008 e inicia-se as atividades operacionais, os subsídios começam a ser contabilizados. Da mesma forma, o crescimento a partir de 2010 pode ser atribuído à construção do segmento de industrializados, que é concluído em 2012 e novamente os subsídios contam como fator de subtração na arrecadação.

Gráfico 22 – Impostos, Líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes, 1999 –2015
(em R\$ x 1.000.000)

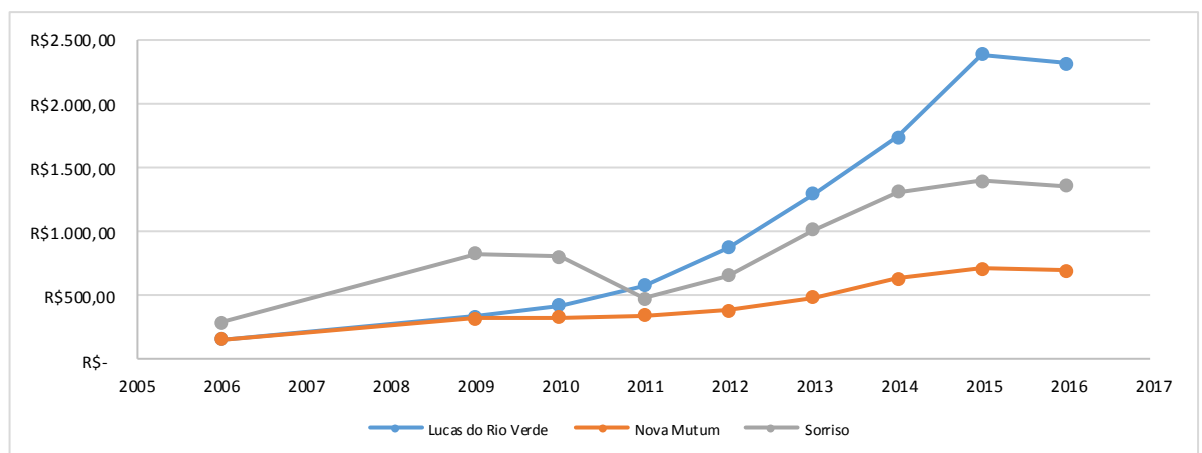


Fonte: IBGE Cidades, 2018.

A seguir retrata-se as operações de crédito de Lucas do Rio Verde em comparação aos municípios de Nova Mutum e Sorriso, selecionados em virtude da similaridade da estrutura produtiva e econômica. A definição de operações de crédito está fundamentada no art. 29, III, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, enquadrando todos compromissos financeiros de empréstimos e financiamentos, como abertura de crédito, emissão de título, aquisição financiada de bens, recebimentos antecipados originados de venda e arrendamento mercantil. Este indicador correlaciona-se com o desempenho das instituições financeiras, refletindo diretamente sobre os níveis de consumo e investimento na economia local. Em 2006 Lucas do Rio Verde possuía o menor volume de operações em relação aos outros dois municípios e mantém-se estagnado até 2009, quando é iniciado um avanço progressivo das transações e se sobrepõe inclusive à Sorriso, município com maior PIB total e população.

A variável não disponibiliza a natureza e origem das transações, como também não decompõe se as operações derivam de pessoas físicas ou jurídicas, assim, não é possível atribuir o crescimento exclusivamente ao complexo industrial, podendo, entretanto, ser feita uma correlação das transformações e investimentos internos à empresa. O início da construção ocorre em 2006, porém as atividades de abate são iniciadas apenas em 2008 e de forma gradual. Neste ano ocorre a expansão dos contratos de parcerias para construção das granjas, simultaneamente com o crescimento de imigrantes contratados para a produção. Em 2010 é construída a planta de industrializados, processo caracterizado por forte terceirização tanto na construção quanto nas atividades produtivas. Desta forma, o conjunto formado pela expansão das construções rurais, aumento populacional e das firmas dedicadas à prestação de serviço pode ter intervindo significativamente na expansão das operações de crédito.

Gráfico 23 – Operações de crédito, 2006 – 2016 (em R\$ x 1.000.000)

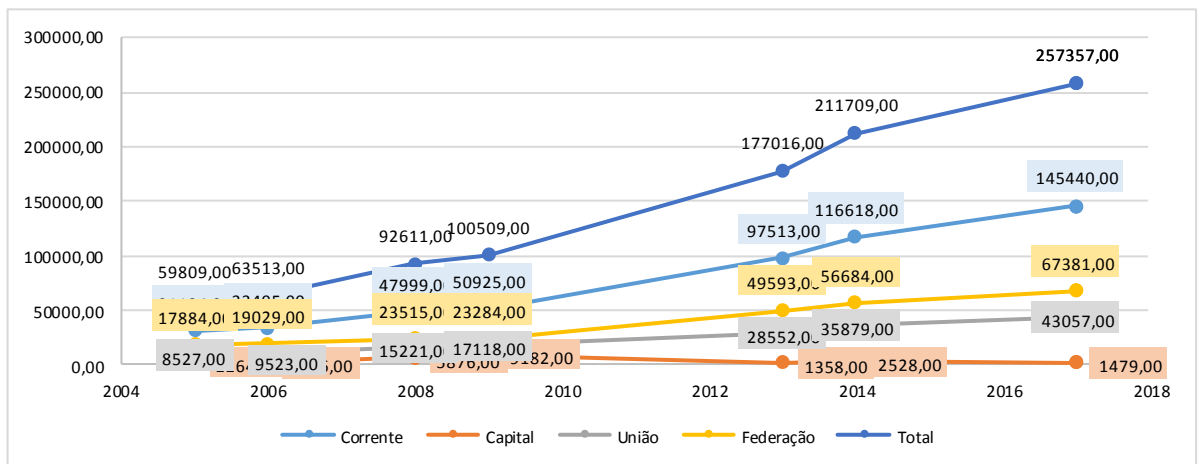


Fonte: IBGE Cidades, 2018.

A próxima série histórica dedica-se a descrever a evolução da Receita de Transferências repassadas à Lucas do Rio Verde entre 2005 a 2017, segmentando-a em transferências correntes, transferências de capital e transferências intergovernamentais, repassadas via união e unidade Federativa. Como transferências correntes define-se os recursos recebidos para atender as despesas correntes, sem necessidade de contraprestação à fonte dos recursos. As transferências de capital destinam-se ao financiamento de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo e, por fim, as Transferências Intergovernamentais designam os repasses entre as esferas de governo com o objetivo de proporcionar maior equilíbrio fiscal entre os entes federados. Além destas fontes a União também repassa recursos às federações pelo Fundo de Participação dos Municípios, ICMS, IPVA, ITR e CFEM.

Ao fragmentar a participação de cada forma de transferência observa-se que em 2017 as Transferências Correntes concentraram 56,5% dos repasses totais, seguida das Receitas Intergovernamentais via Unidades Federativas com 26,18% e Intergovernamentais via União com 16,73%, sendo as Transferências de Capital a menos representativa, com apenas 0,57%. No que tange ao crescimento das arrecadações as Transferências Intergovernamentais via União apresentaram a maior evolução, com 405%, seguida das Transferências Correntes com 367% e das Federativas com 276%, as Transferências de Capital, no entanto, decresceram 34,6%.

Gráfico 24 – Receitas orçamentárias / Transferências / Correntes, Capital e Intergovernamental / União e Unidade da Federação, 2005 - 2017 (em R\$ x 1000)



Fonte: IBGE Cidades, 2018.

Para completar o conjunto das principais fontes da Receita Pública apresenta-se à seguir o decurso das arrecadações oriundas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sancionado no art. 159, inciso I, regimentando as origens da receita e diretrizes para distribuição aos municípios. Compete ao Tribunal de Contas da União os cálculos da participação de cada município na distribuição dos recursos, sendo o principal determinante a população residente estimada pelo censo do IBGE e dividida em 16 faixas, tornando o coeficiente de participação fixo acima de 156.216 habitantes. O TCU também possui a incumbência de fiscalizar a destinação dos recursos aos beneficiários e acompanhar a classificação dos recursos que compõem o Fundo (TCU,2008).

O Art. 159 determina que a União repasse ao FPM 23,5% da arrecadação líquida do IR e IPI e devem ser distribuídos conforme a Lei nº 5.172/1966 – CTN, onde 10% são repassados às Capitais, 86,4% pertencem aos Municípios do interior e 3,6% constituem o Fundo de Reserva, destinados aos Municípios do interior acima de 142.633 habitantes (TCU, 2008). Outra questão relevante aos repasses decorre da participação diferenciada dos Estados na distribuição, de acordo com a Resolução do TCU nº 242/1990. Assim, é possível que Municípios com o mesmo coeficiente populacional de Estados distintos podem receber valores financeiros diferentes. A distribuição financeira dos recursos do FPM para Municípios do Interior é obtida por da equação:

$$V = (C \times (PE \times \text{FPM-Int})) / S$$

Onde:

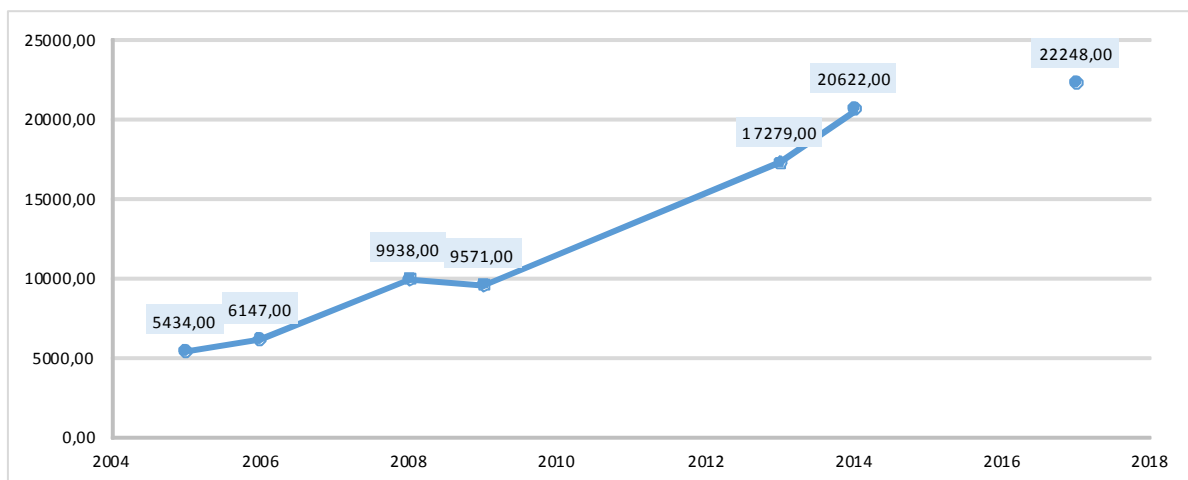
V = Valor da cota do Município

C = Coeficiente individual do Transferências governamentais constitucionais 19 Município;

PE = percentual de participação do Estado de origem no FPM-Interior.

FPM-Int = valor financeiro do FPM destinado aos Municípios do Interior.

S = Somatório de coeficientes de todos os Municípios do Estado.

Gráfico 25 – Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, 2005 - 2017 (em R\$ x 1000)

Fonte: IBGE Cidades, 2018.

Na participação do FPM o município de Lucas do Rio Verde também apresentou significativa expansão, acumulando 309,4% de crescimento entre 2005 e 2017, em média 12,46% a.a. Além dos aumentos de arrecadação à nível federal, o crescimento desta variável também pode ser explicado pela expansão da população residente em Lucas do Rio Verde, pois à medida que a população amplia o município passa a integrar outras faixas de coeficiente de participação no FPM, elevando assim os valores recebidos.

6 CONCLUSÃO

Sincrônicas com os objetivos iniciais do estudo, as séries históricas apresentadas no capítulo anterior comprovam nítidas transformações nos indicadores econômicos de Lucas do Rio Verde nos anos seguintes à 2006, manifestando taxas de crescimento superiores às verificadas em períodos anteriores, instituindo um marco revolucionário na economia regional. Em virtude dos múltiplos elementos influentes na dinâmica econômica não é possível creditar o crescimento integralmente ao complexo frigorífico, entretanto, verifica-se que as maiores alomorfias coincidem com a introdução da empresa no município e situam-se nos setores industrial e de serviços. O vínculo entre o avanço dos indicadores e o complexo frigorífico é reafirmado ao constatar a estagnação dos níveis de produtividade e área colhida de soja e milho, *commodities* agrícola, base da economia local.

Os indicadores apresentam períodos de expansão, estagnação e, eventualmente, retração diferentes, decorrentes das singularidades de cada variável e das necessidades do município e da empresa. Logo, no primeiro ano da inserção verifica-se expansão de despesas com obras e investimentos, enquanto o valor adicionado pela indústria e serviços e o volume de galináceos e suínos manifesta-se a partir de 2008, quando iniciam as atividades operacionais. As intercorrências verificadas decorrem de características intrínseca do setor frigorífico, caracterizado por alta demanda de mão de obra, necessidade de grandes obras de infraestrutura pública e privada, aumento na demanda por *commodities* agrícolas e dinamização da cadeia produtiva regional.

Em virtude da dimensão considerável da mão de obra empregada no processo produtivo, fez-se necessário induzir fluxos migratórios para o município, elevando a população local, a demanda por serviços públicos e privados e, conseqüentemente, as receitas e despesas administrativas do município. A intensificação observada tipifica o processo de crescimento econômico regional, fortalecendo o erário municipal e oportunizando novos investimentos e prestação dos serviços públicos.

As explicações teóricas que explicam o estudo de caso são verificadas ainda no século passado, regressando às premissas da teoria da localização de Weber, aos encadeamentos produtivos de Hirschman e às receitas de exportação de North. A escolha do município está fundamentada nos fatores propostos por Weber, que ponderam o impacto da distância dos insumos de produção contraposto aos centros consumidores, os custos para atrair e locar a mão-de-obra e as forças internas da aglomeração. Em Hirschman com o aumento expressivo dos estabelecimentos e valor adicionado ao PIB pelos setores industrial e terciário e, na Teoria

da Base Exportadora de North através das receitas obtidas de exportações primárias, angariando capital para desencadear o crescimento econômico.

A pesquisa respalda os prognósticos que propõe a existência de conexões sinérgicas entre o frigorífico da BRF e o avanço econômico luverdense, demarcando os estágios e a direção em que ocorrem as variações. O estudo também pode ser extrapolado para outras regiões, restringindo-se à ambientes econômicos com estrutura produtiva similar e sendo adaptado às particularidades do espaço regional analisado.

Torna-se obrigatório também destacar as limitações desta pesquisa, servindo também como ponto de partida para novos estudos acerca do tema. Apesar de evidenciar os impactos, o estudo não é capaz de quantificá-los, o que é possível mensurar a partir de modelos econométricos e métodos de análise regional, como o quociente locacional (QL) e coeficientes de localização (CL), redistribuição (CRi) e reestruturação (Cr).

Conclui-se assim que o impacto da empresa sobre a estrutura social e econômica do município é inquestionável e axiomático, dinamizando as atividades produtivas e rompendo a estagnação econômica decorrente do esgotamento produtivo regional, processo reforçado pela retroalimentação positiva do sistema. Ao mesmo tempo é importante ressaltar que o crescimento populacional gera novas demandas por bens e serviços públicos que devem ser criteriosamente atendidos pelo poder público, harmonizando as necessidades da dimensão econômica e social.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE - ABIEC. **Perfil da Pecuária no Brasil: Relatório Anual 2016**. 2016. Disponível em: <http://www.girodobo.com.br/wp-content/uploads/2016/09/Perfil-da-Pecu%C3%A1ria-no-Brasil-ABIEC.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL - ABPA. **Relatório Anual 2016**. 2016. Disponível em:< <http://abpabr.com.br/setores/avicultura/publicacoes/relatorios-aneais/2016>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- AGOSÍN, M.; TUSSIE, D. **Globalización, regionalización y nuevos dilemas en la política de comercio exterior para el desarrollo**. Fondo de Cultura Económica. México. Julio-Septiembre de 1993.
- ALVES, F. D.; MAIA, Adriano C. **Teorias sobre o espaço e a questão rural-urbano. p.47-64**. In: FERREIRA, Darlene Ap. O.; FERRERA, Enéas F. (Org.). **Estudos Agrários: Conceitos e Práticas**. Rio Claro: Pós-Graduação em Geografia - IGCE, 2009.
- ANHAMBI Alimentos. Disponível em: <http://www.anhambi.com.br/institucional>. Acesso em: setembro de 2018.
- AZZONI, C. R. Teoria da localização e evidência empírica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 10., 1982. **Anais...** ANPEC, 1982.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BASTOS, S. Q. A. **Reflexões sobre o desenvolvimento local: a partir da análise do processo de industrialização de Juiz de Fora (MG)**, FEA/UFJF, 2007.
- BECATTINI, G. El distrito marshalliano. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (ed.). **Las regiones que ganan**. Valência: Alfons el Magnànim, 1994.
- CAPELLO, R. **Regional economics**. Routledge, 2006. (Routledge advanced texts in economics & finance).
- CARDOSO, F. Originalidade da cópia: a CEPAL e a ideia de desenvolvimento. In: CARDOSO, F. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CASTRO, A. C.; FONSECA, M. da G. D. A dinâmica agroindustrial do Centro Oeste. Brasília: IPEA, 1995.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em Economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - ABER**, Minas Gerais, v.2, n.1, p.9-32, 2007.
- CAVALCANTE, L. R. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. Salvador: Universidade Federal da Bahia - Escola de Administração, 2004.

CHRISTALLER, W. Die zentralen orte in süddeutschland. Jena: Gustav Fischer Verlag, 1933. Translation: **The central places of southern Germany**. Englewood Cliffs-NJ: Prentice-Hall, 1966.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

CLEPS JÚNIOR, J. **Dinâmica e Estratégias do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do Triângulo Mineiro. Rio Claro. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de São Paulo, 1998.

CROTTY, J. **Os efeitos do incremento de produção e do mercado de capitais na era neoliberal**. Political Economy Research Institute (PERI). University of Massachussets Amherst, 2005. (Working Paper Series, 44)..

CRUZ, R. Marcos teóricos para a reflexão sobre as desigualdades regionais: uma breve revisão da literatura. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, Salvador, ano 2, n. 3, p. 54-66, jan. 2000.

COELHO, F. D. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: COELHO, F. D.; FONTES, A. (org.). **Desenvolvimento econômico local**: temas e abordagens. Rio de Janeiro: IBM, SERE/FES, 1996, p. 9-25.

DINIZ,C.C.; SANTOS, F.B. **Zona de livre comércio como política de desenvolvimento regional e tecnológico: o caso de Manaus**. 1994.

DUARTE, V. N. Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, n. 31, p. 194-205, jan./jun. 1976.

ESPÍNDOLA, C.J. **As Agroindústrias do Oeste Catarinense: o caso Sadia**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2002.

FAVERET FILHO, P.; PAULA, S. R. L. de. Um estudo da integração a partir do Projeto Buriti, da Perdigão. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 123-134, mar. 1998.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **The state of world fisheries and aquaculture**: opportunities and challenges. Roma: FAO, 2014.

FARINA, E. M. M. Q. **Reflexões sobre desregulamentação e sistemas agroindustriais**: a experiência brasileira. São Paulo: USP, 1996 (Tese de Livre-Docência em Economia).

FONSECA, P. C. D.; HAINES, A. F. **Desenvolvimentismo e Política Econômica**: um cotejo entre Vargas e Perón. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.21, n. especial, 2012.

FONSECA, P. C. D. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. **Revista Economia**, Brasília, v. 13,n. 3b, p. 843-866, set./dez. 2012.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P. When is the economy monocentric? Von Thünen and Chamberlin unified. **Regional Science and Urban Economics**, v. 25, p. 505-528, 1995.

GOMES, A. P. W. et al. Sistema de integração na avicultura de corte: um estudo de caso na região de Viçosa – MG. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 66., 2008, Rio Branco-Acre. **Anais...** Rio Branco, 2008. CD – ROM.

GOULART, G. T. **Capital Agroindustrial e Economia Regional**: estudo sobre a organização produtiva da empresa perdigão no sudoeste de goiás e seus reflexos [dissertação] Florianópolis, SC, 215 p.2012.

HELFAND, S. M.; RESENDE, G. C. **Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil**: o papel do Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 55p.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Indicadores IBGE**: estatística. 2018. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/lucas-do-rio-verde/panorama>. Acesso em: 28 set. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. A CF/88 e as desigualdades regionais. In: CARDOSO JUNIOR, J. C.; CASTRO, P. R. F.; MOTTA, D. M. (Org.). **A constituição brasileira revisitada**: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas regional, urbana e ambiental. Brasília: Ipea, 2010. V. 2.

IPEA/IBGE/NESUR-IE/UNICAMP. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Campinas: Unicamp, 1999.

ISARD, W. **Location and space economy**: a general theory relation to industrial location, market areas, land use trade and urban structure. Cambridge: MIT Press, 1956.

JURUÁ, J. Z. **Acumulação patrimonial e financeirização**: uma resenha livre do texto de François Chesnais sobre 'O capital portador de juros'. UERJ, 2005.

KRUGMAN, P. Increasing returns and economic geography. **Journal of Political Economy**, v. 99, p. 483-499, 1991.

KRUGMAN, P. **Development, geography, and economic theory**. 4th ed. Massachusetts: MIT Press, 1998.

LAMBERT, D. M.; STOCK J. R. **Strategic Logistic Management**. 3rd ed. EUA: Richard D. Irwin, 1992.

LIBERATO, R. C. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. p.127-136. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.18, n.29. 2008.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no pós-guerra: o Caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009.

LOPES, R. L.; CAIXETA FILHO, J. V. Logística de localização aplicada à suinocultura: um estudo para o estado de Goiás. **Preços Agrícolas**, ano 11, n. 133, p. 19-25, nov. 1997.

LÖSCH, A. Die räumliche ordnung der wirtschaft. Jena: Gustav Fischer, 1940. Translation: **The economics of location**. New Haven-CN: Yale University Press, 1954.

LÖSCH, A. The nature of economic regions. In: FRIEDMANN J., ALLONSO, W. **Regional development and planning: a reader**, Cambridge, MIT, 1969. p. 107-115.

LUCAS DO RIO VERDE. **Lei Complementar nº 1272/2006, de 11 de agosto de 2006**. Zoneamento do Uso e da Ocupação do Solo Urbano do Município de Lucas do Rio Verde, MT.

MACEDO, F. C.; MORAIS, J. M. L. **Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional**. Revista Gepec, v. 15, n. 1, p. 82-98, jan./jun. 2011.

MAMIGONLAN, A. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central Pecuário. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 51. São Paulo: AGB, 1976.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: Difel, 1985.

MARKUSEN, A. Sticky places in slippery space: a typology of industrial districts. **Economic geography**, v. 72, n. 3, p. 293-313, July 1996.

MARIETTO, M. G. B. **Um modelo de Localização Industrial: Estudo de Potencialidade de Agroindústrias no Estado de Mato Grosso do Sul**. 1990. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

MESQUITA, O. V. **O modelo de Von Thunen: uma discussão**. 1978. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R. M. T. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ et al (org.). **Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011, p.43-77.

MONASTERIO, L.; REIS, E. **Mudanças na concentração espacial das ocupações nas atividades manufatureiras 1872-1920**. Rio de Janeiro: Ipea, 2008. (Texto para Discussão, n. 1.361).

MOTTA, F. O. **Manual de localização industrial: uma tentativa de adequação da teoria à realidade**. Recife: BNB/ETENE, 1960.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**, SP, Ed. Hucitec e educação, 1989, 149 p.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária – UFMG, 1960. Edição original de 1957.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Lisboa: Saga, 1965.

NORTH, D. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy**, v. 63, n. 3, p. 243-58, 1955

NORTH, D. Agriculture in regional economic growth. **Journal of Farm Economics**, v. 41, n. 5, p. 943-51, 1959.

NORTH, D. C. Teoria da Localização e Crescimento Econômico. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, 1977. p. 291-313.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PACHECO, R. Prerrogativas Locacionais face à economia globalizada: uma introdução conceitual. **Inserção na Economia Global: Uma Reapreciação**. Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 1997. (Pesquisas, 08).

PÁGINA RURAL. **Sadia coloca em operação armazém de cereais e granjas de aves e suínos em Lucas do Rio Verde**. 04 de julho de 2007. Disponível em <http://www.paginarural.com.br/noticia/71652/mato-grosso-sadia-coloca-em-operacao-armazem-de-cereais-e-granjas-de-aves-e-suinos-em-lucas-do-rio-verde>. Acesso em setembro de 2018.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Livraria Moraes, 1969.

PERROUX, F. O Conceito de Polo de Desenvolvimento. In: FAISSOL, S. (org.). **Urbanização e Regionalização: relações com desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 97- 110.

PORTER, M. Aglomerados e competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. In: **Competição = On Competition: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTER, M. E. **As vantagens competitivas**. São Paulo: Campus, 1986.

PORTER, M. E. **The competitive advantage of nations**. New York: Free Press, 1990.

REVISTA SADIA, **50 anos: Construindo uma História**, junho de 1994, São Paulo: Prêmio.

RIPPEL, R. **Os encadeamentos produtivos de um complexo agroindustrial: um estudo de caso da FRIGOBRÁS-SADIA de Toledo e das empresas comunitárias**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – UFPR, 1995.

RIZZI, A. T. **Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria alimentar**: o caso da indústria de frangos no Brasil. Tese de doutorando, Campinas, 1993.

ROCHA, Betty Nogueira. Tecendo os pontos da trama: o aspecto multiterritorial das redes sociais na migração. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 4., Santa Cruz do Sul, 2008.

SALOMÃO, I. C. **O Desenvolvimento em Construção**: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro. 2013. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, A. M. S. Penalva. **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SCHUMPETER, J. **The theory of economic development**: an inquiry into profits, capital, credit, interest and business cycle. 1912.

SCOTT, A. J. Flexible production systems and regional development: the rise of new industrial spaces in North America and western Europe. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 12, n. 2., 1988.

SILVA NETO, R. O papel das administrações municipais no processo de desenvolvimento local: uma proposta para a Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, R. M.; SILVA NETO, R. (org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC, 2004. p. 333-364.

SOUZA, M. F. **Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial**. Campinas, 1999. Tese (Doutorado) - Unicamp/IE.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, N. J. Publicado originalmente na Revista Perspectiva Econômica, da UNISINOS (São Leopoldo, RS, v. X, n. 25, p. 117-130, março 1980).

TALAMINI, D.J.D.; CANEVER, M.D.; SANTOS FILHO, J.I. **Vantagens Comparativas regionais na produção de aves e suínos**. 1998.

TIEBOUT, C. M. Exports and regional economic growth. **The Journal of Political Economy**, v. 64, n. 2, p. 160-164, 1956.

THÜNEN, J. H. V. **The isolated state**. New York: Pergamon Press, 1966. Edição original de 1826.

VALOR ECONÔMICO. **Lucas do Rio Verde torna-se o único município 100% mapeado**. 20 de junho, 2008.

SADIA aplica R\$ 800 milhões no Mato Grosso. **Valor Econômico**, 20 set. 2005. Disponível em: <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/sadia-aplica-r-800-milhoes-no-mato-grosso/20050920-075705-1360>. Acessado em setembro de 2018.

VARGAS, G. A instrução profissional e a educação. In: **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1941, v. 2, p. 116.

VIEIRA, N. M. **O espaço em movimento**. In: Paper redigido no âmbito da disciplina Teoria e Epistemologia em Geografia ministrada pelo professor Ivaldo Lima no Programa de Pós-graduação em Geografia (Mestrado) da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2008.

WEBER, M. **Theory of the Location of Industries**. Chicago: University of Chicago, 1929.